

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: POLÍTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

JAQUELINE TONDATO SENTINELO

O NEGRO E A NAÇÃO INTEGRAL POR MEIO DAS PÁGINAS DO
PERIÓDICO INTEGRALISTA *A OFFENSIVA*

MARINGÁ
2011

JAQUELINE TONDATO SENTINELO

O NEGRO E A NAÇÃO INTEGRAL POR MEIO DAS PÁGINAS DO
PERIÓDICO INTEGRALISTA A *OFFENSIVA*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais. Linha de Pesquisa: Política e Movimentos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. João Fábio Bertonha.

MARINGÁ
2011

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

S478 Sentinelo, Jaqueline Tondato
O negro e a nação integral por meio das páginas do
periódico integralista A Offensiva / Jaqueline
TondatoSentinelo. -- Maringá, 2011.
179 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. João Fábio Bertonha

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Programa de Pós-Graduação em História.

1. Ação Integralista Brasileira. 2.
Intolerância. 3. Jornal A Offensiva. 4. Negro. 5. Questão
Racial. 6. Nacionalismo. 7. Autoritarismo. 8. Imprensa
Integralista. 9. Nação Integral. 10. Fascismo. 11.
Miscigenação. 12. Nação Brasileira. 13. História do Brasil.
I. Bertonha, João Fábio, orient. II. Universidade Estadual
de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Programa de Pós-Graduação em História III. Título.

320.5330981CDD 21.ed.

AHS-000018

JAQUELINE TONDATO SENTINELO

O NEGRO E A NAÇÃO INTEGRAL POR MEIO DAS PÁGINAS DO
PERIÓDICO INTEGRALISTA A *OFFENSIVA*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais. Linha de Pesquisa: Política e Movimentos Sociais.

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Natália dos Reis Cruz
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Sidnei José Munhoz
Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. João Fábio Bertonha (orientador)
Universidade Estadual de Maringá

Dedico esta pesquisa

Aos meus pais, João e Vilma, que me ensinam a amar, em todos os momentos.

À Sandra, quem me ensinou as primeiras letras e palavras.

À Viviane, quem me ajudou a perceber o mundo com “outros olhos”.

À Margarida, quem me ajudou a perceber que é preciso continuar, sempre.

Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa acadêmica requer muito tempo de solidão para reflexão e estudo. Entretanto, o apoio, incentivo, presença e ajuda de certas pessoas são fundamentais para a concretização da pesquisa. Durante os vinte e quatro meses do Mestrado, muitas pessoas estiveram presentes em minha vida, vocês foram essenciais! Por isso, agradeço

Ao Professor Doutor João Fábio Bertonha, pela gentileza, disposição, atenção e paciência com que me orientou desde a montagem do projeto de pesquisa até a conclusão da dissertação. Obrigada pelas leituras, correções e sugestões para o texto e por compartilhar com clareza e simplicidade o seu conhecimento histórico que foi indispensável para a confecção e conclusão da pesquisa. Muito obrigada pelas palavras de incentivo, por acreditar na minha capacidade e, principalmente, por me ensinar pelas tuas ações que, algumas vezes, o direito é um privilégio.

Ao Professor Doutor Ângelo Aparecido Priori, que assumiu o risco de me orientar oficialmente, mesmo sem saber o que viria pela frente. Obrigada pelas sugestões interessantes feitas ao texto da qualificação, pelas sugestões de leitura, por compartilhar gentilmente seu conhecimento histórico, pelo auxílio institucional e por estar sempre disposto a contribuir.

Aos professores que participaram das bancas de qualificação e de defesa. À Professora Doutora Natália dos Reis Cruz, da Universidade Federal Fluminense, obrigada pela leitura e pelos comentários pertinentes ao tema, pelos questionamentos que me fizeram repensar e rearticular alguns posicionamentos em relação ao assunto racismo e, claro, pela disposição em vir a Maringá participar da banca de defesa. Ao Professor Doutor Sidnei José Munhoz, da Universidade Estadual de Maringá, obrigada pelas correções e comentários atentos e sempre pertinentes, pelas valiosas sugestões e questionamentos ao texto e também pela dedicação e gentileza profissional, que tenho o privilégio de compartilhar desde o período em que cursei a graduação nesta Universidade.

A todos os meus queridos professores que acrescentaram algo de bom durante toda a caminhada pessoal, intelectual e acadêmica. Agradeço especialmente aos professores da graduação e da pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, que compartilharam seu conhecimento histórico, contribuindo para a minha formação acadêmica e para a realização da presente pesquisa. Agradeço carinhosamente à Professora Doutora

Renata Lopes Biazotto Venturini e ao Professor Doutor Sezinando Luiz Menezes, profissionais admiráveis que ajudaram a despertar em mim a paixão pelo magistério.

Ao amigo de pesquisa Odilon Caldeira Neto, pelo companheirismo, disposição e atenção nas trocas de informações, acadêmicas ou burocráticas. Obrigada, principalmente, pela paciência e disposição em me ouvir sempre, mesmo que virtualmente.

Aos colegas do Geint (Grupo de Estudos do Integralismo) e de área de pesquisa, pela troca de informações e experiências, pelas reflexões, pelas indicações e disponibilização de fontes e referências essenciais para o aprimoramento da pesquisa. Em especial, aos colegas Murilo Antonio Paschoaleto e Rafael Athaides.

Aos colegas de pós-graduação (veteranos, colegas de turma e calouros), pela troca de informações, pelos momentos de reflexão durante as aulas e pelos momentos de descontração durante os intervalos ou fora da universidade. Obrigada, Márcio, Paulinho, Rosângela, Odilon, Glória, Dani, David, Aninha, Paty, Karlinha, André, Luis Fernando, Rodrigo, Tiago, Murilo.

Aos funcionários das bibliotecas, secretarias e centros de documentação que frequentei. Em especial ao Edson da Silva, funcionário do Centro de Documentação da Universidade Estadual de Maringá, pelo atendimento na utilização da leitora e digitalizadora de microfimes, essencial para a leitura dos documentos utilizados como fontes para a pesquisa. À Giselle Moraes, secretária do Programa de Pós-graduação em História da UEM, pela disposição e paciência com que solucionava minhas dúvidas. Aos funcionários do Cedem da Unesp, campus de Assis, pela atenção com que me atenderam e disponibilizaram o jornal da Frente Negra Brasileira, *A voz da Raça*.

À Capes, pelos dez meses de bolsa, que permitiram que eu me dedicasse exclusivamente à dissertação no último ano de pesquisa.

Aos meus pais, João e Vilma, pelo amor, paciência e serenidade com que me ensinaram a caminhar neste mundo e pelo apoio ao longo de toda a minha caminhada. Não há palavras para demonstrar a gratidão pelo amor, carinho e aconchego que encontro nos meus inúmeros e esperados retornos para a casa de vocês, que também será sempre minha.

Às minhas amadas irmãs, Sandra e Viviane, que, mesmo distantes, demonstraram seu apoio, carinho e atenção. Agradeço à Sandra por ter me ensinado a escrever as primeiras letras e palavras, pelo cuidado, atenção e interesse constantes durante toda a minha caminhada acadêmica, pela ajuda financeira, e pela correção do *abstract* desta pesquisa. Agradeço à

Viviane pelo apoio em todas as etapas da minha vida acadêmica. Obrigada também pelas palavras de carinho e afeto nos momentos difíceis e por acreditarem na minha capacidade.

À minha família, avós, tios, tias, primos e primas, por me apoiaram e acreditaram em mim e por compreenderem as minhas ausências nas reuniões familiares. Em especial à avó Irene, avó Hermínia, avô Júlio (*in memoriam*), tio Cuti e tia Suzana, pelo apoio e interesse constante na minha vida acadêmica.

À minha “família norte-americana”, James, Julie, Scott e Lee (*in memoriam*), pelo carinho, apoio, incentivo e interesse na minha pesquisa. James, obrigada pelos livros e pela ajuda na correção do *abstract* desta pesquisa.

Aos meus amáveis amigos, pelas palavras de apoio e incentivo, por compreenderam minha ausência e, principalmente, pela paciência com meu mau humor, em muitos momentos.

À minha querida amiga Margarida, pelo companheirismo em todos os momentos. Obrigada por estar sempre presente e disposta (mesmo cansada), pelos “puxões de orelha” ao longo das inúmeras leituras e correções do texto, pela disposição, atenção e principalmente paciência com que me ouviu, orientou e corrigiu nos infinitos telefonemas (desesperados ou não) ou pessoalmente durante todo o período da pesquisa. Obrigada por me ajudar a perceber que é preciso continuar, apesar dos obstáculos, pela tua valiosa amizade e pelo carinho de sempre.

À Mariana, que me fez sorrir em muitos momentos em que sentia vontade de chorar.

À minha querida amiga-irmã Ludi, por sempre se mostrar presente e disposta a me ajudar, pelo carinho e paciência com minha ausência e com meu mau humor. Ao Bruno, obrigada por atender meus telefonemas e pela disposição em me ajudar com as “ferramentas do *word*”.

Aos meus amigos da época de graduação que continuam queridos e amáveis. Obrigada pelo companheirismo desde a graduação, nas salas de aulas, nos bares, nos cafés ou nas nossas casas. Obrigada pelo interesse, incentivo e apoio nas minhas decisões acadêmicas e profissionais, pela paciência e compreensão sempre. Enfim, obrigada por me ajudarem a perceber que o conhecimento histórico é construído muito além das paredes de uma sala de aula. Obrigada, Jorge, Tiago, Déia, Hugo, Tati, Gustavo e Julio.

Aos amigos de república. Ao Murilo, pelos jantares e conversas, sempre agradáveis. À Mayra, pela paciência e por tentar me ensinar que, às vezes, é preciso calar.

À família Corsi, pelo acolhimento nos almoços e eventos familiares para que eu me sentisse “em casa” e pelo carinho que demonstram por mim.

A uma *Força Superior*, que ainda não descobri onde está ou de onde vem. Mas sem a qual, em alguns momentos, não teria continuado.

Enfim, a todos que me ouviram atentos (por interesse, curiosidade ou respeito) falar sobre a minha pesquisa nos momentos em que eu precisava desabafar, e àqueles que “desapareciam” esporadicamente porque sabiam que eu precisava ficar sozinha com meus pensamentos.

A todos vocês, o meu sincero **Muito Obrigada!**

SENTINELO, Jaqueline Tondato. **O negro e a nação integral por meio das páginas do periódico integralista *A Offensiva***. Dissertação (Mestrado em História). 2011. 179 f. Universidade Estadual de Maringá: Maringá, 2011.

RESUMO

A presente pesquisa aborda o nacionalismo, a questão racial, e o negro na ideologia da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento político de caráter fascista que existiu no Brasil na década de 1930 (1932-1937), por meio da sua imprensa. Caracteriza o projeto de nação desenvolvido pela AIB e analisa como a questão racial estava relacionada ao nacionalismo e à proposta de nação integralista. Avalia a presença do negro na proposta de *nação integral*, a partir da análise das publicações sobre o assunto veiculadas em um dos principais periódicos integralistas, o jornal *A Offensiva*, que circulou em território nacional entre 1934 e 1938. Enfatiza que a AIB se considerava como a única organização política capaz de consolidar a unidade nacional no Brasil, o que seria feito quando ela ascendesse ao poder e instituísse seu projeto de nação. Conclui, enfatizando que a proposta de *nação integral* considerava a constituição miscigenada da população brasileira a partir da “mistura” das três *raças* (branca, negra e índia) presentes na sociedade nacional desde o processo histórico de colonização como peculiaridade da nacionalidade brasileira, e avaliando que a intolerância integralista estava mais ligada a elementos políticos, culturais e econômicos do que raciais, sendo que os elementos considerados pela AIB como constituintes da identidade nacional, ou seja, da *brasilidade*, foram delineados autoritariamente, ao excluir elementos culturais das etnias estrangeiras presentes na sociedade brasileira e ao caracterizar os inimigos políticos e econômicos da pátria como ideologias alienígenas, a partir do que considerava inimigos da AIB.

Palavras-chave: Ação Integralista Brasileira. Intolerância. Jornal *A Offensiva*. Nação Integral. Negro. Questão racial.

SENTINELO, Jaqueline Tondato. **O negro e a nação integral por meio das páginas do periódico integralista *A Offensiva***. Dissertação (Mestrado em História). 2011. 179 f. Universidade Estadual de Maringá: Maringá, 2011.

ABSTRACT

This research encompasses the ideology of nationalism and racial issues on the Brazilian Integralism or Integral Nationalism movement (AIB – *Ação Integralista Brasileira*) by looking into its own press. The AIB was a political fascist movement that existed in Brazil in the 1930's (1932-1937). The study characterizes the project of a nation developed by AIB and examines how the racial issue was related to nationalism and the national proposal of AIB. The study evaluates the roles of blacks in the proposed integral nation, from the analysis of publications from the most important newspaper of Integralism character, *A Offensiva*, which was circulated in the national territory between 1934 and 1938. It emphasizes that the AIB considered itself the only political organization that was prepared to consolidate the national unit in Brazil, which would be achieved when the movement ascended to power and implemented its project of a consolidated nation. The research concludes by emphasizing that the AIB philosophy for an integral nation included the miscegenation of the Brazilian population. The "mixture" is composed of three *races* (White, Black and Indian). AIB considered that the *mestizo* was part of the national society throughout the historical process of colonization, thus the *mestizo* represented a peculiarity of Brazilian nationality. The intolerance of the Integral Nationalism movement was more linked to political, cultural and economic aspects rather than racial elements. In addition, the manner in which the AIB considered the Brazilian national identity (*brasilidade*) was outlined in an authoritarian fashion, and excluded foreign cultural elements of ethnic groups present in Brazilian society, and characterized the economic and political enemies of the fatherland as alien ideologies according to what one considered enemies of the AIB.

Keywords: Black people. Brazilian Integralism Action. Integral Nation. Intolerance. Newspaper *A Offensiva*.. Racial issue.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Modelo de capa do periódico <i>A Offensiva</i> na primeira fase	100
Figura 2 – Modelo de capa do periódico <i>A Offensiva</i> na segunda fase	101
Figura 3 – Capa de <i>A Offensiva</i> com propaganda sobre o plebiscito da AIB	103
Figura 4 – Nota publicada em <i>A Offensiva</i> sobre a candidatura de Plínio Salgado à presidência	103
Quadro 1 - Número de artigos e notas que abordam assuntos relacionados à população negra publicados no jornal <i>A Offensiva</i> (1934-1938), POR TEMA	105
Figura 5 - Dario de Bittencourt na Revista <i>Anauê!</i>	122

LISTA DE SIGLAS

ABC	Associação Brasileira de Cultura
AIB	Ação Integralista Brasileira
ANL	Aliança Nacional Libertadora
CCP	Centro Cívico Palmares
FNB	Frente Negra Brasileira
IAGP	Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambucano
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGSP	Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
LBHM	Liga Brasileira de Higiene Mental
LDN	Liga de Defesa Nacional
LPSB	Liga Pró-Saneamento do Brasil
RIHGB	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
SDN	Sociedade das Nações
SESP	Sociedade Eugênica de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I	19
Raça e nacionalidade no Brasil: as teorias raciais e o lugar dos negros na nação brasileira entre o final do século XIX e início do XX (1870-1930)	19
Identidade nacional no início do período imperial: a construção da brasilidade pela literatura romântica e pelo Estado nacional	21
A identidade nacional no final do período imperial: a inserção do negro na nação brasileira	24
O negro e as teorias racistas na Europa e no Brasil	30
O racismo científico europeu: a Europa privilegiada por suas raças	33
A recepção das teorias racistas no Brasil. Como a elite intelectual brasileira assimilou as teorias racistas europeias?	40
A miscigenação como empecilho: o mestiço é degenerado e a nação brasileira está condenada ao fracasso	42
A miscigenação orientada para o branqueamento	46
<i>O bom mestiço</i>. A mestiçagem não é o problema. O povo brasileiro precisa de educação e saúde, a solução está no poder centralizado	50
A eugenia no Brasil. Uma medicina social.....	55
CAPÍTULO II.....	59
Nacionalismo e questão racial na proposta de (re)construção da nação brasileira desenvolvida pela Ação Integralista Brasileira na década de 1930	59
Criação e organização da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)	64
O nacionalismo na Ação Integralista Brasileira	71
A questão racial na Ação Integralista Brasileira	77
O caboclo é mestiço. A mestiçagem como representante da nacionalidade brasileira para a AIB	90

CAPÍTULO III	96
O negro como parte do projeto de nação da Ação Integralista Brasileira nas páginas de <i>A Offensiva</i> (1934-1938)	96
O periódico integralista <i>A Offensiva</i> (1934-1938)	98
Os negros na sociedade brasileira e em <i>A Offensiva</i>: civilizar para integrar?.....	106
Os negros, a nação <i>integradora</i> e a propaganda ideológica integralista	118
A Abolição da escravidão e a <i>verdadeira liberdade</i> do Brasil.....	129
A guerra da Abissínia (1935-1936): a batalha da Itália pela civilização da Etiópia...136	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
REFERÊNCIAS	154
ANEXOS	166

INTRODUÇÃO

A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi uma instituição política nacional criada em 1932 e existiu oficialmente até 1937 no Brasil. A estrutura político-administrativa, a simbologia utilizada e o aparato ideológico da AIB eram semelhantes às características dos movimentos fascistas europeus criados a partir da década de 1920, que cresceram em número e importância, adquirindo grande evidência política na década de 1930.

Com uma ideologia marcada fortemente pelo nacionalismo, o antiliberalismo, o anticomunismo e a antidemocracia, a valorização de elementos como a hierarquia, a disciplina, a ordem e a figura de um chefe supremo com poder praticamente ilimitado e a utilização de símbolos e rituais como elementos de socialização dos militantes, a AIB constituiu-se como uma organização política que pode ser englobada no rol dos fascismos¹.

Apesar de ser possível considerar a AIB como movimento político fascista, é necessário atentar às especificidades dessa organização em relação aos outros partidos políticos com o mesmo caráter criados em diversos países do mundo no período.

Nessa perspectiva, o nacionalismo é um elemento particularmente interessante. Ao mesmo tempo em que aproxima a AIB dos outros fascismos (por fazer parte da ideologia fascista), o nacionalismo também os distancia, pois, ao defender as particularidades e o fortalecimento (econômico, político, cultural) da sua nação diante das demais, transforma-se em um elemento de disputa de poder internacional². Assim, compreender o nacionalismo da AIB contribui para entender melhor o caráter e a existência dessa instituição política brasileira no contexto nacional e internacional.

Há um aspecto que deve ser conectado ao nacionalismo integralista, o *racismo* ou a *questão racial*. Este elemento não pode ser compreendido se desvinculado da proposta de nação desenvolvida pela AIB. Além disso, ele deve ser considerado de maneira distinta da forma que assumiu em outros movimentos fascistas. No caso alemão, por exemplo, o racismo,

¹ Para caracterizar a natureza ideológica fascista da Ação Integralista Brasileira, consideramos o “modelo” de fascismo(s) desenvolvido por Silva (2000) e os trabalhos que consideram a AIB como movimento político fascista, especialmente Trindade (1979, 1986), Cavalari (1999) e Bertonha (2000b, 2008). Além disso, é importante enfatizar que, atualmente, a maior parte da historiografia especializada sobre o assunto tende a considerar o caráter fascista da AIB. Para a produção historiográfica sobre o Integralismo, ver Bertonha (2010).

² Uma análise interessante sobre o nacionalismo presente nos diversos fascismos como elemento contraditório (até certo ponto) pode ser verificada em Bertonha (2000a). O autor apresenta que o nacionalismo representava unidade e diversidade entre variados movimentos fascistas, pois era um elemento comum à ideologia fascista ao mesmo tempo em que defendia as particularidades do país em que o movimento político se organizara.

identificado pelo *arianismo*, pode ser considerado como a principal característica ideológica do nazismo. Já na AIB, a questão racial é mais complexa, pois insere diversos elementos na discussão que permitem questionar a existência de um racismo integralista de acordo com os moldes racistas tradicionais.

Geralmente, o racismo integralista é abordado a partir do antissemitismo, elemento particular e fortemente defendido por um dos principais ideólogos da AIB, Gustavo Barroso. Contudo, pesquisas recentes atentam ao fato de que este não é o único aspecto relevante da intolerância integralista. A relação entre a AIB e as etnias existentes no Brasil vem sendo abordada pela historiografia devido à presença de “minorias” nas fileiras do partido integralista, como imigrantes alemães e italianos, por um lado, e afrodescendentes, por outro.

Nesse sentido, há diversas pesquisas que explicam a adesão de imigrantes italianos de São Paulo e de alemães das colônias do sul à AIB, considerando a proximidade entre a doutrina integralista e as ideologias do fascismo italiano e do nazismo, respectivamente. Além disso, as pesquisas consideram os fatores regionais econômicos e políticos para analisar essa adesão³.

A participação dos negros na AIB foi menos estudada pela historiografia. A presença de afrodescendentes no movimento fascista brasileiro, vista negativamente por aqueles que consideravam a superioridade dos brancos em relação às outras *raças*, pode ser entendida como um diferencial em relação aos outros fascismos. Assim, a tentativa de compreender como e porque um movimento político de caráter fascista, que pressupõe a existência do elemento *racismo*, teria permitido, valorizado e até instigado a participação de negros nas suas fileiras é o que orienta esta pesquisa.

Para investigar essa problemática utilizamos as publicações que abordavam os afrodescendentes e/ou assuntos interessantes à população negra brasileira veiculadas em um dos principais periódicos integralistas, o jornal (semanário, depois diário) *A Offensiva*, considerado a voz do movimento e do chefe nacional da AIB, que circulou em território nacional entre 1934 e 1938 e a bibliografia sobre o tema. Nesse sentido, é importante enfatizar que a AIB possuía uma *estrutura de imprensa*⁴ conscientemente orientada para a

³ Sobre a presença de imigrantes italianos e alemães na AIB e as relações entre o a doutrina integralista e a fascista italiana e alemã, *vide* os trabalhos de Bertonha e Gertz, respectivamente.

⁴ Sobre a estrutura e a importância da imprensa para a Ação Integralista Brasileira *vide* Cavalari (1999) e Oliveira (2009) e Simões (2009).

disseminação de suas ideias entre os integralistas e como forma de propaganda a todos os brasileiros possíveis adeptos ao movimento.

Assim, a escolha do jornal *A Offensiva* como principal fonte para a pesquisa está relacionada à importância da imprensa e especificamente deste periódico para o movimento integralista, ao número considerável de publicações que abordavam o negro no referido jornal e às potencialidades de um trabalho historiográfico realizado *por meio* da imprensa⁵.

Como qualquer fonte de pesquisa em História, a utilização do periódico *A Offensiva* permite constatar alguns aspectos acerca do assunto analisado em detrimento de outros. Por um lado, é possível identificar que a importância atribuída ao afrodescendente pela AIB estava relacionada ao nacionalismo integralista e à proposta de *nação integral* que consideravam o negro como parte da nacionalidade brasileira. Além disso, a análise das fontes permite indicar alguns elementos que poderiam ter atraído afrodescendentes para um movimento político de caráter fascista. Por outro lado, as fontes não permitem apresentar o número de militantes negros filiados à AIB nem generalizar as motivações para a sua adesão ao movimento integralista.

Para analisar as publicações referentes à população afrodescendente no jornal *A Offensiva*, entendemos que a participação dos negros na AIB e a visão do movimento político sobre a população negra brasileira estão relacionadas à forma peculiar que a *questão racial* ou a intolerância foi abordada pela AIB. Consideramos ainda que a questão racial não pode ser desvinculada do nacionalismo integralista e do projeto de *nação integral*.

Para a realização da pesquisa, também é necessário avaliar o contexto nacional em que a AIB existiu. Na década de 1930, a elite intelectual e política nacional estava preocupada em reconstruir o país (depois da Revolução de 1930) e consolidar a unidade nacional no Brasil, instituindo uma nação forte e civilizada nos moldes do que se entendia como tal no mundo ocidental. As discussões acerca das possibilidades de o Brasil se firmar como nação inquietava a intelectualidade nacional desde o final do século XIX, especialmente a partir da década de 1870.

A partir daquele período, em linhas gerais, a *intelligentsia* brasileira compreendia que para desenvolver e civilizar o país seria necessário considerar primeiramente suas particularidades em relação às outras nações. A principal peculiaridade do Brasil seria a constituição miscigenada da sua população, devido à existência de três *raças*, branca (portuguesa), índia e negra, desde o processo histórico de colonização do país. Esta

⁵ Para a discussão sobre a utilização da imprensa na pesquisa histórica ver Luca (2006, p. 111-153).

consideração implicou na formulação de diversas propostas de desenvolvimento do país, considerando o povo brasileiro mestiço.

Assim, a AIB foi criada em um momento considerado de reconstrução nacional em que havia diversas formulações acerca da nação brasileira desenvolvidas pela intelectualidade nacional desde as últimas décadas dos oitocentos. Os ideólogos da AIB defendiam que a nova organização política brasileira era a única capaz de consolidar a *verdadeira unidade nacional* no Brasil. Dessa forma, a proposta de nação da AIB, intrínseca ao seu nacionalismo e à qual a intolerância ou *questão racial* integralista deve ser conectada, se insere nas discussões da década de 1930 sobre as possibilidades de estabelecer no Brasil uma nação forte e civilizada.

Nessa perspectiva, a presente pesquisa se constitui de três capítulos. No primeiro, intitulado *Raça e nacionalidade no Brasil: as teorias raciais e o lugar dos negros na nação brasileira entre o final do século XIX e início do XX (1870-1930)*, apresenta-se as diversas abordagens sobre a consolidação da nação no Brasil que inserem o negro como parte da nacionalidade brasileira desenvolvidas pela *intelligentsia* nacional no período delimitado.

No segundo capítulo, *Nacionalismo e questão racial na proposta de (re)construção da nação brasileira desenvolvida pela Ação Integralista Brasileira na década de 1930*, apresenta-se como a questão racial presente na ideologia integralista está vinculada ao nacionalismo e ao projeto de nação desenvolvido pela AIB, evidenciando-se que a proposta de *nação integral* considerava a miscigenação entre o negro, o português e o índio como parte da nacionalidade brasileira. Dessa forma, relaciona-se a intolerância integralista à proposta de *nação integradora* da AIB.

Finalmente, no terceiro capítulo, cujo título é *O negro como parte do projeto de nação da Ação Integralista Brasileira nas páginas de A Offensiva (1934-1938)*, articula-se a proposta de nação da AIB com um aspecto que pode ser inserido na problemática da *questão racial*, ou seja, a presença de negros no movimento integralista. É neste capítulo que são analisadas as publicações que se referiam à população negra do Brasil veiculadas em um dos principais periódicos integralistas, o jornal *A Offensiva* (1934-1938).

Dessa forma, pretende-se contribuir para o conhecimento sobre um dos aspectos importantes mas pouco estudado da doutrina integralista, a *questão racial* e/ou a intolerância. Ao apontar a visão que a AIB tinha acerca do negro, relacionando-a à *questão racial* presente na proposta de nação integralista, bem como ao indicar alguns dos motivos que teriam levado os negros a aderirem ao movimento político, entende-se que a pesquisa colabora com a

compreensão sobre o importante movimento político de caráter fascista que existiu no Brasil na década de 1930.

CAPÍTULO I

Raça e nacionalidade no Brasil: as teorias raciais e o lugar dos negros na nação brasileira entre o final do século XIX e início do XX (1870-1930)

A raça ariana, reunindo-se aqui a duas outras totalmente diversas, contribui para a formação de uma sub-raça mestiça e crioula, distinta da européia. [...] Não vem ao caso discutir se isto é um bem ou um mal; é um fato e basta.

(Silvio Romero).

Não existe nação sem povo. Esta assertiva no que se refere à constituição de uma nação na sua concepção moderna deveria ter a última palavra substituída por *raça* se pensássemos no Brasil do final do século XIX, e poderia ser mantida da forma original ou ter a última palavra substituída por *cultura* se considerássemos o Brasil da década de 1930. É nesse sentido que a discussão deste capítulo será abordada.

Nesse intervalo de tempo foram inúmeras as discussões feitas pela intelectualidade brasileira sobre que tipo de nação o país deveria constituir, ou como e por quem a nação deveria ser instituída, levando-se em consideração a composição étnica do país em três *raças*: branca, negra e índia. O assunto é essencial para a presente pesquisa, cujo objetivo principal é demonstrar como uma dessas raças – a negra – foi abordada por uma organização política que se considerava, na década de 1930, a instituição representante da *verdadeira nacionalidade brasileira*⁶.

Não temos como proposta abordar as discussões teóricas acerca da questão sobre o que caracteriza uma nação, mas é importante destacar que consideramos que a nação deve ser compreendida em sua acepção moderna, ou seja, na sua relação com a existência de um Estado moderno, que age com o objetivo de estabelecer uma identidade coerente para o povo que o compõe, caracterizando assim a existência de uma nação moderna⁷.

⁶ Trata-se da Ação Integralista Brasileira (AIB), existente no Brasil entre 1932 e 1937, que será melhor apresentada no capítulo seguinte.

⁷ Para a interpretação utilizada acerca do conceito moderno de nação considera-se principalmente o trabalho de Hobsbawm (1990). Entretanto, podemos destacar outros autores importantes que consideram a nação na sua relação com o Estado moderno: Elie Kedourie, Ernest Gellner e Benedict Anderson.

Destaca-se ainda que o termo *raça* se refere às características morfológicas/biológicas e psicológicas dos seres humanos, enquanto *etnia* está ligada à pertença (consciente) a um grupo ou comunidade com características próprias comuns, como língua, nacionalidade, e religião, entre outras.

As tentativas de conceituação e diferenciação desses termos existem desde o final do século XIX, momento em que a ideia de *raça* (no sentido biológico) se fortaleceu no meio científico e intelectual brasileiro sob influência das teorias racistas europeias criadas para classificar hierarquicamente os indivíduos. Teorias políticas e explicações científicas estabelecidas pelas ciências sociais e humanas se apropriaram do termo atribuindo-lhe novos significados.

No Brasil, até a década de 1930, os pensadores interessados em discutir a constituição da nação brasileira, partindo da composição da sua população, utilizaram basicamente o termo *raça* para se referir aos diferentes povos que fazem parte da sociedade nacional. Até mesmo aqueles que abordaram o assunto em contraposição às teorias pessimistas sobre a composição racial e sobre a miscigenação do povo brasileiro, ou do ponto de vista cultural, utilizaram a denominação *raça* – pelo menos algumas vezes – para se referir a europeus (brancos), negros, índios e asiáticos (chineses e japoneses).

Ponderando as discussões acerca das diferenças entre os conceitos de *raça* e *etnia*, bem como considerando o contexto em que foram ou são utilizados, entendemos que para compreender o período delimitado para este capítulo devemos utilizar o termo *raça*⁸. Por isso, nesta pesquisa, utilizaremos a denominação *questão racial* como referência a todas as discussões que envolvem a composição étnica do povo brasileiro.

Nesse sentido, no presente capítulo, apresenta-se uma síntese sobre como os intelectuais brasileiros se preocuparam em entender a sociedade em que viviam entre o final do século XIX e início do XX e como fizeram previsões ou propuseram medidas, positivas ou negativas, em relação à constituição da nação recém independente, considerando a composição étnica da população do país.

É importante frisar que o foco da pesquisa está na relação entre nação e *raça*/povo, ou seja, na abordagem sobre a questão racial na(s) concepção(ões) de nacionalidade brasileira, e especificamente em como o negro era inserido nas discussões, posto que é o assunto que mais

⁸ Atualmente, o termo *raça*, no sentido de diferenciação dos indivíduos tem pouca credibilidade. No entanto, não é possível compreender o período delimitado para esta pesquisa sem levar em conta o conceito. Isto porque consideramos, na perspectiva de Nancy Stepan (2005), que os conceitos científicos, como *raça*, são construídos histórica e socialmente por indivíduos inseridos em determinado contexto.

interessa à pesquisa. O período delimitado para este capítulo é o compreendido entre as décadas de 1870 e 1930.

Identidade nacional no início do período imperial: a construção da brasilidade pela literatura romântica e pelo Estado nacional

A busca pela definição de uma nacionalidade brasileira se iniciou antes do período tratado neste capítulo. Já na primeira metade do século XIX, no contexto posterior à Independência política do Brasil conquistada em 1822, houve um esforço em estabelecer uma identidade para o país. Não obstante, foi no período de crise do regime imperial, e principalmente depois da instituição da República que os intelectuais se debruçaram com maior obstinação buscando argumentos e explicações consideradas científicas para discutir projetos e alternativas com o objetivo de cumprir a tarefa de consolidar a nação brasileira, levando em consideração a composição étnica do país em três raças: branca, negra e índia.

A construção da “nova nação independente” objetivada no período imperial pressupunha uma identidade diferente das estrangeiras, que passava, necessariamente, pela ideia de que o país possuía particularidades históricas e culturais e era constituído de um povo específico. Entre os projetos que se delinearão neste sentido, destacam-se o movimento literário romântico e as iniciativas culturais do governo imperial.

Nessa perspectiva, o Romantismo é reconhecido como o primeiro movimento literário nacional⁹. Os poetas e romancistas que deram início ao estilo romântico no Brasil valorizavam os elementos considerados nacionais, como a natureza e o povo brasileiro, com o objetivo de mostrar que os românticos eram os responsáveis por resgatar as raízes da nação para demonstrar que o país possuía uma identidade, que poderia e deveria ser representada por uma literatura nacional nascente.

Para tanto, os autores românticos utilizaram como tema de suas produções a natureza primitiva, pura e rica em fauna e flora do período colonial, e a figura do indígena como primeiro habitante do Brasil e, por isso, representante das raízes do homem brasileiro. Dessa

⁹ Sobre o movimento literário romântico no Brasil e sua relação com a construção de uma identidade nacional, ver Candido (1993).

maneira, o Indianismo¹⁰ pode ser considerado uma das principais características do Romantismo, cujo principal expoente foi José de Alencar, que enaltece o índio como representante da nação e do povo brasileiro. Outros autores, como Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães também utilizam o indígena como tema de suas poesias, mas exaltam principalmente as características naturais do país na tentativa de demonstrar uma *brasilidade* ou identidade brasileira. É nos romances de Alencar, portanto, que se destaca a tentativa de estabelecer a figura indígena como representante da identidade brasileira.

No contexto da recém emancipação política do país, o governo imperial também se ocupou em fortalecer a imagem do Brasil como um Estado-nação bem constituído e organizado. A existência de uma tradição histórico-cultural brasileira contribuiria para confirmar tal imagem. Por isso, o governo procurou investir na recuperação e registro do que considerava como raízes históricas, culturais e naturais da nação e do povo brasileiro. Para tanto, seria necessária a criação de uma instituição que reunisse estratégias e pessoas capazes de realizar pesquisas e organizar informações sobre o passado e as tradições nacionais. Então, um grupo de importantes homens do Império criou em 1838 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)¹¹, adotando como modelo o Instituto Histórico de Paris, criado em 1834, que apresentava os mesmos objetivos.

Como o nome indica e a influência da instituição francesa corrobora, o principal objetivo do IHGB era registrar a história oficial do Brasil. Para divulgar os estudos e ideias do Instituto, foi fundada em 1839 a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB), na qual eram veiculados assuntos diversos relacionados à história, geografia e sociedade brasileiras, como estudos sobre as populações indígenas, por exemplo.

O objetivo de escrever a história do Brasil pode ser exemplificado pelo concurso realizado pelo IHGB em 1844 e divulgado na sua revista oficial, que pretendia promover a discussão sobre a história nacional. O concurso premiaria o trabalho que melhor expressasse como a história do Brasil deveria ser escrita. Ironicamente, o estudo vencedor foi o realizado por um estrangeiro, o alemão Carl Friedrich Philipp von Martius, intitulado *Como se deve escrever a história do Brasil*.

¹⁰ O índio foi amplamente utilizado como tema na poesia e prosa romântica entre 1840 e 1860, caracterizando o Indianismo do Romantismo. (CANDIDO, 1993, p. 18).

¹¹ A Assembleia Geral de fundação do IHGB foi realizada em 21 de outubro de 1838 com a presença de 27 pessoas previamente escolhidas, os membros fundadores do Instituto. Essas informações podem ser encontradas no sítio oficial do IHGB. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/ihgb2.php>> (Acesso em: 16 jun. 2010).

No texto, o autor enfatiza que para escrever a história do Brasil seria necessário apreciar e considerar as particularidades do país e destacava como uma das principais singularidades a composição étnica do povo brasileiro, formado por negros, brancos e índios. Esta interpretação foi retomada mais tarde, no final do século XIX, momento em que tanto os integrantes do IHGB como os demais intelectuais brasileiros se dedicaram com afinco às formulações de possibilidades para a consolidação da nação brasileira, rearticulando concepções estrangeiras sobre raça e nação para adaptá-las à realidade nacional. (SCHWARCZ, 1993).

Paradoxalmente, tanto o romantismo de Alencar e de outros escritores do período quanto o IHGB, no ímpeto de contribuírem para a consolidação da nação brasileira, estiveram marcados pela influência estrangeira nas suas percepções sobre o nacional. A exaltação da natureza tropical como forma de representar a originalidade brasileira presente na poesia romântica tinha influência estrangeira, tanto no que se refere à constituição da natureza como tema para a literatura quanto na imagem construída dessa natureza:

[...] ao lado do nacionalismo há no Romantismo a miragem da Europa: o Norte brumoso, a Espanha, sobretudo a Itália, vestíbulo do Oriente byroniano. Poemas e mais poemas cheios de imagens desfiguradas de Verona, Florença, Roma, Nápoles, Veneza, vistas através do Shakespeare, Byron, Musset, Dumas, e das biografias lendárias de Dante ou Tasso, num universo de oleogravura semeado de gôndolas, mármore, muralhas, venenos, punhais, veludos, rendas, luas e morte. (CANDIDO, 1993, p. 16).

Além disso, o negro praticamente não fazia parte da sociedade brasileira “imaginada” pelos românticos. Seria da união do elemento selvagem das terras brasileiras – o índio – com o branco civilizado – o português – , implícito em *O Guarani* e explícito em *Iracema*, que nasceria o primeiro brasileiro: caboclo.

Como veremos adiante, foi principalmente a partir das décadas de 1870 e 1880 que os negros começaram a preocupar a elite dirigente e intelectual do país e passaram a ser considerados parte componente da sociedade brasileira. Isto porque o fim da escravidão no Brasil era avaliado como inevitável e próximo pela elite nacional que, em um primeiro momento, sentiu-se ameaçada pelas manifestações violentas dos negros que lutavam pela sua liberdade. (AZEVEDO, 1987).

O estereótipo do índio “europeizado” e a ausência do negro na prosa romântica¹² foram observados pelos intelectuais brasileiros no final do século XIX, momento em que eles tentavam se afirmar como cientistas e/ou se julgavam capazes de orientar as discussões sobre a construção da nacionalidade brasileira. Para tanto, propuseram alternativas e soluções mais pragmáticas que as anteriores, considerando os problemas reais do país. Esses intelectuais estavam inculcados pelo ideário liberal, e a partir da década de 1860, por novos ideais que se fortaleciam no país: o republicanismo e o positivismo.

A identidade nacional no final do período imperial: a inserção do negro na nação brasileira

As décadas de 1860 e especialmente 1870 representam o momento em que as tentativas de fortalecer a concepção de nação brasileira tomaram um novo rumo e conquistaram maior evidência na sociedade devido a dois fatores fundamentais: o contexto de transformações políticas e sociais no país e a recepção de novas ideias científicas que se desenvolviam na Europa, principalmente no que se refere às raças.

Alguns acontecimentos contribuíram para transformações relevantes nas relações entre os diferentes povos que viviam no país naquele período, e, conseqüentemente, na maneira com que a *intelligentsia* nacional analisava a composição racial da nação.

A Guerra do Paraguai (1864-1870) foi um desses acontecimentos. Por ser o primeiro conflito armado envolvendo a nação brasileira independente e colocando todo o país contra um inimigo comum, a guerra contribuiu para fortalecer a imagem de nação do Brasil. Colaborou também para modificar a estrutura social vigente devido à libertação de escravos proporcionada pela lei de 1866, que definia que os escravos alistados ao Exército que lutassem na guerra receberiam a alforria quando retornassem ao Brasil.

O processo de emancipação dos escravos que culminou na lei Áurea (1888) e a conseqüente ascensão do trabalho livre também foram essenciais para a mudança na percepção acerca da nação brasileira pela *intelligentsia* nacional. Esse processo não pode ser desvinculado do grande número de imigrantes brancos europeus que se estabeleceram no país como mão de obra livre e dos esforços empreendidos tanto pelos governos provinciais quanto

¹² A poesia romântica aborda o negro, mas não como representante da nacionalidade e sim como mártir da escravidão, como se pode ler nos poemas de Castro Alves.

pelo governo federal em atrair esse contingente. Além disso, a Proclamação da República (1889) modificou, mesmo que apenas teoricamente no início, a concepção sobre cidadania, incluindo os negros como cidadãos brasileiros.

A importância desses acontecimentos está no fato de que um novo elemento passou a fazer parte da sociedade brasileira: o negro livre. Mesmo que ele estivesse presente nesta sociedade desde o período colonial e que Von Martius já chamasse a atenção sobre a importância do negro, sem destacar se escravo ou livre, para a singularidade da história brasileira, foi a partir da década de 1870, quando se entendia que o fim do trabalho escravo era inevitável e estava próximo¹³ e que, portanto, as relações entre negros e brancos logo se modificariam, que a elite intelectual e política nacional passou a investir na formulação de respostas para a pergunta sobre o que fazer com o negro, considerado quase que unanimemente como um ser humano inferior, no momento em que o Brasil parecia estar pronto para alcançar o patamar das nações europeias¹⁴.

Ao mesmo tempo em que a sociedade brasileira se transformava estrutural e institucionalmente, o campo do conhecimento também se modificava. Parte dos intelectuais brasileiros passou a se denominar como homens de ciência, em contraposição aos homens das letras, ou seja, aqueles que faziam literatura. Esses homens da ciência afirmavam-se como os únicos capazes de diagnosticar e remediar os problemas da nação. Eles estavam vinculados às instituições científicas nacionais que alcançaram maior evidência a partir da década de 1870, dentro das quais os novos cientistas articularam e reinterpretaram teorias europeias de acordo com a realidade nacional. As principais instituições científicas do período eram os Institutos Históricos e Geográficos – o nacional e os regionais, as Faculdades de Direito, as Faculdades de Medicina e os Museus Históricos-etnográficos. (SCHWARCZ, 1993).

Especialmente no que se refere à raça, os cientistas brasileiros rearticularam conceitos adaptando-os à realidade do país, que era reconhecidamente distinta da sociedade europeia. Apesar das adaptações, é importante destacar que em relação à nação a influência das concepções anunciadas pelos europeus, especialmente da percepção de nação concebida a partir da ideologia liberal, estava muito presente nas formulações desenvolvidas pelos

¹³ Naquele período, além das alforrias concedidas aos escravos que lutassem na Guerra do Paraguai quando retornassem ao país, a Lei do Ventre Livre aprovada em 28 de setembro 1871, que considerava livres os filhos de escravas nascidos a partir desta data, contribuiu para o entendimento de que em algumas gerações a escravidão negra no Brasil estaria extinta.

¹⁴ Sobre as implicações na maneira de pensar o negro livre como novo elemento e problema da sociedade brasileira, ver Azevedo (1987).

cientistas brasileiros. Por isso, caracterizaremos a concepção liberal de nação nos próximos parágrafos.

A partir do final do século XVIII, especialmente depois da Revolução Francesa, contexto em que os países europeus buscavam reorganizar seus Estados a partir dos valores de igualdade, liberdade e fraternidade, compreendia-se que a nação não poderia existir fora de um Estado. Sendo este apreendido como uma estrutura organizada institucionalmente a partir de uma burocracia administrativa, um poder instituído, um território delimitado, e leis para regulamentar seu funcionamento. O Estado deveria ser capaz de garantir os direitos dos seus cidadãos, bem como o desenvolvimento econômico do país, além de valorizar as particularidades características do povo, como o passado, a cultura, a tradição, os costumes e a língua. A partir da combinação desses elementos, a nação estaria consolidada.

O século XIX é marcante no que se refere à concepção moderna de nação. O questionamento sobre o que constituiria uma nação no século XIX é uma preocupação presente nos pensadores e políticos do início do século XX e continua sem consenso até hoje. É evidente que o conceito também foi discutido nos oitocentos. Nessa perspectiva, Hobsbawm (1990), ao analisar o que constituiria uma nação ocidental no século XIX, valoriza a relação entre o conceito de nação e a ideologia liberal predominante no período, em contraposição a dois tipos de concepções que, segundo o autor, foram desenvolvidas por intelectuais ou estadistas do século XX: uma objetiva e outra subjetiva.

A definição de nação como uma instituição constituída de acordo com as características comuns a um povo, como passado, costumes, tradição, língua e território, seria a objetiva. Já a definição subjetiva seria aquela determinada pela interiorização de uma identidade coletiva pelos membros de um país que, assim, formariam uma comunidade nacional. Para Hobsbawm (1990, p. 18), “nem a definição subjetiva nem a objetiva são satisfatórias, e ambas são enganosas” pois elas não consideram o destaque que a ideologia liberal deu às ações dos Estados na consolidação das nações, o que seria primordial para o entendimento sobre estas, considerando que o ideário liberal foi o mais influente sobre as concepções e acontecimentos durante todo o século XIX.

De acordo com Hobsbawm (1990), a concepção de nação predominante na Europa entre 1830 e 1880 está intimamente ligada à ideologia liberal influente no período, que considerava que três fatores confeririam a um país o *status* de nação. O primeiro estaria relacionado à associação histórica desse país a um Estado consolidado, ou a um Estado com passado recente e razoavelmente durável. O segundo, relacionado à existência de uma elite

cultural longamente estabelecida, que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito – o qual se tornaria a língua da nação. Finalmente, o terceiro estaria relacionado à capacidade desse país para a conquista.

Assim, não há como pensar no conceito moderno de nação sem considerar a ação do Estado. Era ele que deveria se empenhar em elaborar unidade para seu povo e estabelecer a nação a partir da instituição oficial de uma língua, um passado, uma cultura e uma tradição, ou seja, de uma identidade nacional, para tornar essa nação relevante diante das demais. A “grandeza” de uma nação, ou seja, a sua capacidade de disputar força com outras pátrias e se impor pela vitória sobre as demais, seria “calculada” de acordo com o seu desenvolvimento econômico, político e científico. Provavelmente, foi a partir desse entendimento que os intelectuais brasileiros, vinculados às instituições científicas no final do século XIX, criticaram a falta de um projeto nacional original e buscaram desenvolver alternativas para convencer o povo e, especialmente, o governo de que era necessário implantar medidas que proporcionassem a construção da nação brasileira.

A partir da metade do século XIX, um novo fator foi acrescentado à avaliação do poder de uma nação: a *raça* ou a superioridade racial do seu povo, o que, no contexto da expansão imperialista europeia, objetivava justificar o predomínio de determinado país (povo) sobre outro(s). Esse novo elemento foi instituído de acordo com teorias raciais desenvolvidas no período que, com o corolário de ciência, alcançou grande evidência no Brasil. Essas teorias foram desenvolvidas no contexto em que a ciência, ligada ao progresso, adquiriu tamanha força que as ideias e teorias uma vez consideradas científicas dificilmente perderiam seu *status* e seriam desacreditadas. Hobsbawm (1990, p. 125-158), ao caracterizar *as transformações do nacionalismo* entre 1870 e 1914, destaca o importante papel que passou a ser atribuído às etnias (raças) e às línguas na consolidação das nações no período.

A relevância das raças para a constituição das nações no final do século XIX está relacionada ao corolário de ciência que o conceito de raça adquiriu. Este fator deve ser compreendido no contexto de avanços tecnológicos alcançados pelos países europeus em praticamente todos os campos do conhecimento, que conferiram à ciência uma importância sem precedentes.

No século XVIII, o desenvolvimento técnico-científico havia contribuído para o aperfeiçoamento do processo produtivo nas indústrias, culminando na Revolução Industrial. Daí em diante os progressos científicos aceleraram, permitindo aos oitocentos ficarem conhecidos como século das ciências. As pesquisas relacionadas à biologia merecem ser

destacadas na nossa pesquisa, especialmente aquelas que se dedicavam ao estudo da hereditariedade¹⁵. Os avanços nessa área influenciaram as áreas do conhecimento relacionadas à busca do entendimento sobre o homem e sobre sociedades que começaram a se desenvolver no período. Assim, a antropologia e a sociologia surgiram como ciências fortemente ligadas à biologia, marcando a era do positivismo nas ciências sociais e humanas.

No contexto, o conceito de raça, utilizado até então basicamente pelas ciências biológicas, teve papel importantíssimo nas formulações de pesquisas antropológicas e sociológicas. A antropologia tinha o objetivo de caracterizar os diversos grupos humanos existentes no mundo e destacar essas diferenças, enquanto a sociologia buscava compreender a organização e constituição das sociedades, observando as suas possibilidades de desenvolvimento e progresso que lhes permitiriam (ou não) alcançar o patamar de nação civilizada. Essas possibilidades geralmente eram analisadas de acordo com a composição racial do país, o que se tornou mais relevante especialmente a partir da década de 1880, com o desenvolvimento da eugenia e a sua utilização em projetos, programas e ideologias de governos. Assim, para se pensar a consolidação (ou projeto) de uma nação no final do século XIX, o povo ou raça que a constituía não pode ser relegado a um papel de coadjuvante.

Voltemos agora à sociedade brasileira e às mudanças nas concepções sobre a nação formuladas pelos intelectuais nacionais a partir da década de 1870. Dois fatores foram primordiais nessa modificação. Primeiramente, as transformações sociais e políticas ocorridas na sociedade brasileira no século XIX, especialmente a partir de 1870, permitem caracterizá-la como uma potencial nação moderna, de acordo com o que Hobsbawm (1990) assinalou como a ideia de nação vinculada ao ideário liberal predominante entre 1830 e 1880 e as transformações do nacionalismo a partir de 1870.

O Brasil havia se tornado um Estado independente em 1822, e antes disso estivera ligado durante três séculos a outro Estado constituído, Portugal. O país também possuía uma *intelligentsia* que, com uma língua vernácula, constituía o seu corpo político-administrativo ao mesmo tempo em que estava ligada às instituições científicas nacionais com o objetivo de solucionar os problemas da pátria para que o país pudesse se “igualar” às nações europeias. No mesmo sentido, o Brasil havia demonstrado sua força “imperial” na vitória contra o Paraguai no final da década de 1860. Além disso, no campo ideológico, o liberalismo político era predominante. Assim, a partir do contexto nacional, podemos inferir que, de acordo com

¹⁵ É importante ressaltar que a genética constituiu-se como ramo específico da biologia destinado ao estudo da hereditariedade somente a partir da segunda década do século XX, quando houve uma retomada dos estudos sobre hereditariedade que haviam sido feitos por Mendel na primeira metade do século XIX.

as concepções liberais influentes sobre os intelectuais brasileiros do período, o país estaria preparado para se consolidar como nação e demonstrar sua “civilidade” em compatibilidade com as grandes civilizações europeias.

A partir da década de 1880, as transformações estruturais e institucionais no Brasil deixaram ainda mais evidentes para a intelectualidade nacional as possibilidades de o país se constituir como uma nação civilizada. Aos olhos daqueles que pensavam sobre o assunto, a Abolição da escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889) tornavam o país mais moderno e, portanto, comparável às nações europeias. O Brasil deixava para trás o que o tornara retrógrado até então: a escravidão, uma instituição considerada anacrônica e desumana – apesar de todas as implicações econômicas que estavam por trás dessa caracterização –, deixava também de ter um governo monárquico que representava o atraso em relação aos anseios de liberdade, igualdade e fraternidade fortalecidos desde o final do século XVIII. Dessa maneira, o Brasil estaria apto a deixar o antiquado para entrar para a modernidade civilizada e se constituir como uma nação moderna.

As mudanças contribuíram para que a *intelligentsia* nacional atentasse para os novos problemas da sociedade brasileira e para a formulação de novas soluções. Assim, as modificações nas relações de trabalho, com a substituição da escravidão pelo trabalho livre, e a alteração no tipo de governo, que passou de monarquia para república, trouxeram novos questionamentos sobre como estava constituída a pátria brasileira e o que deveria ser feito para que ela se tornasse efetivamente uma nação civilizada nos moldes da europeia. Os principais problemas advindos dessas modificações estariam relacionados à extensão da cidadania (mesmo que teoricamente) aos negros e mestiços até há pouco tempo escravizados e, portanto, não cidadãos.

Sobre o segundo fator destacado no início deste tópico, ou seja, a recepção das ideias científicas europeias pela intelectualidade brasileira, Lilia Schwarcz (1993) enfatiza que a partir de 1870 uma abordagem científica específica, relacionada às teorias raciais, adquiriu espaço relevante entre os pensadores nacionais. A autora demonstra como os intelectuais brasileiros, ligados às instituições científicas que se consolidaram no Brasil no período, rearticularam e adaptaram as abordagens sobre a questão racial desenvolvidas pelos europeus para o país. É sobre essas adaptações que discutiremos nas próximas páginas.

O negro e as teorias racistas na Europa e no Brasil

Desde pelo menos a Independência do Brasil, os intelectuais e políticos nacionais se preocupam em evidenciar que o país possui uma identidade própria e que, por isso, pode ser considerado uma nação. Entretanto, foi a partir da segunda metade do século XIX, especialmente da década de 1870, que os esforços para construir a nação brasileira se tornaram mais evidentes, recebendo novos contornos.

Naquele momento, a *intelligentsia* brasileira passou a se dedicar aos problemas nacionais que considerava reais se contrapondo aos românticos que, segundo aquela, tinham se destinado apenas à tarefa de resgatar os símbolos nacionais. Assim, os pensadores brasileiros objetivavam convencer as autoridades governamentais de que a adoção de medidas concretas era necessária para inculcar na população brasileira a ideia de pertencimento a uma nacionalidade e, a partir disto, consolidar a nação moderna no país¹⁶.

Diante dos problemas reais do país, o negro passou a ser um dos enfoques centrais, sendo a sua inserção na sociedade considerada uma das principais dificuldades a serem enfrentadas pelos cientistas-intelectuais nacionais. Isto porque se verificava, especialmente depois da Lei do Ventre Livre (1871), que, em pouco tempo, a maioria absoluta dos pertencentes à raça negra se tornaria livre, e, conseqüentemente, as relações entre brancos e negros, até então delimitadas pela dicotomia senhores-escravos, se modificariam¹⁷.

As primeiras discussões sobre o negro livre, e as preocupações com a manutenção do *status quo* e com o problema da “falta” de mão de obra nas lavouras ou nas cidades para substituir o escravo, estiveram ligadas ao consenso de que os negros e os mestiços eram racialmente inferiores em relação aos brancos. Considerações acerca das características inatas do negro formuladas a partir de adjetivos pejorativos, tais como apatia, preguiça e promiscuidade, eram considerados inquestionáveis e não incomodaram a elite até então.

¹⁶ O nacionalismo brasileiro, apesar de ter se fortalecido entre o final do século XIX e início do XX, vai se concretizar como parte de um plano de governo somente com Getúlio Vargas, durante o Estado Novo (1937-1945), o que será discutido melhor no segundo capítulo.

¹⁷ O número de escravos no Brasil, em relação ao total da população nacional, diminuiu muito entre 1822 e 1888, como pudemos constatar nos dados apresentados por Emília Viotti da Costa (1982, p. 52-53). Aproximando os números, verificamos que: em 1822 havia 1 milhão de escravos em uma população de 2 milhões; em 1872, eram 1,5 milhões de escravos para 8,5 milhões de habitantes; e, em 1887, o número estava drasticamente reduzido: 700 mil escravos em uma população de 14 milhões. Assim, podemos notar que, nas duas décadas que antecederam a Abolição da escravidão, o número de negros e mulatos livres já era provavelmente muito superior ao de negros escravos.

Uma parcela da intelectualidade nacional, que tentava desconsiderar o determinismo racial nas suas interpretações acerca do negro brasileiro, defendia – de forma contraditória, mas não exatamente incoerente com as discussões do período – que o negro havia sido corrompido pelo sistema escravista, tornando-se indolente. Assim, a partir de considerações distintas, essa parte da *intelligentsia* brasileira chegava às mesmas conclusões dos deterministas: os negros não estariam aptos às relações de trabalho livre.

No entanto, a necessidade de trabalhadores livres e a disponibilidade de negros e mestiços, fatores adicionados à probabilidade de mudança nas relações entre negros e brancos, que acarretaria em alterações na ordem social vigente, contribuiriam para que a ideia de inferioridade inata de negros e mestiços começasse a diminuir.

O trabalho de Célia Azevedo (1987) contribui significativamente para o entendimento sobre a inserção dos negros (e mestiços) como mão de obra livre no contexto de substituição do trabalho escravo pelo assalariado no Brasil. Ao abordar as discussões entre imigrantistas e abolicionistas na Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, nas décadas de 1870 e 1880, a autora fornece importantes dados e conclusões sobre como esses políticos, especialmente os primeiros, estavam interessados e se esforçaram para atrair imigrantes europeus em substituição aos negros e mestiços para os diferentes tipos de trabalho (livre), nas cidades e nos campos, demonstrando a influência das teorias racistas europeias nos debates ocorridos na Assembleia. No entanto, havia um considerável número de projetos que apresentavam medidas para inserir o nacional livre – basicamente negros e mestiços – nas relações de trabalho assalariado, propostos e/ou defendidos especialmente pelos abolicionistas.

A existência de um grande número de negros e mestiços aptos ao trabalho livre incomodava bastante a elite política e intelectual do Brasil. Ela considerava que precisamente no momento em que a sociedade brasileira deixava o retrógrado – a escravidão e a monarquia – para entrar para a modernidade e, por isso, estava preparada para consolidar a nação, se deparava com uma contradição considerada empecilho para a tarefa: a grande presença do negro e do mestiço, agora livres e, portanto, participantes ativos – mesmo que teoricamente – da sociedade.

Assim, por um lado, considerava-se que os negros e os mestiços, por serem avaliados como racialmente inferiores ou por estarem atrelados a uma instituição anacrônica como a escravidão, não estariam aptos a contribuir para a consolidação de uma nação moderna. Por outro lado, não era possível fechar os olhos à quantidade desses homens, tanto nas crescentes

idades quanto na produção no campo, nem à sua presença marcante nas lutas abolicionistas e em organizações de caráter social e político¹⁸.

Os intelectuais, exatamente aqueles que se consideravam responsáveis por solucionar os problemas reais da sociedade nacional, deveriam pensar no problema evidente: o grande número de negros e mestiços livres entre a população. Seriam estes os responsáveis por consolidar a nação ou estariam preparados para tal tarefa? Seriam eles os verdadeiros representantes do povo e da nacionalidade brasileira? Como a nação brasileira poderia se constituir, considerando a composição étnica do seu povo? Essas eram as questões que provavelmente inquietavam aqueles que pensavam sobre a nacionalidade e a nação brasileira a partir da década de 1870 até a década de 1930. Seguramente, diversas respostas foram formuladas.

À primeira questão, possivelmente haveria uma resposta negativa. Fosse porque os intelectuais tinham convicção de que eles eram os únicos responsáveis por direcionar a construção da nação brasileira, fosse por considerarem o negro e o mestiço como racialmente inferiores, o que no início das discussões era consenso.

À segunda questão, no entanto, não haveria uniformidade, mas uma multiplicidade de respostas, que dificilmente seriam esgotadas no presente trabalho. Por essa razão, optamos por vinculá-la à terceira questão que, apesar de também não poder ser esgotada facilmente, pode ser considerada como a que mais preocupava a elite intelectual no período. Por isso, interessa de modo significativo nesta pesquisa.

Considerando a última questão como a que mais preocupava a elite, já que o seu objetivo era consolidar a nação brasileira, e ponderando o objetivo principal da presente pesquisa, delimita-se algumas formulações relevantes para a compreensão do objeto de estudo formuladas pela *intelligentsia* brasileira entre 1870 e 1930.

Antes de apresentar as formulações, é essencial destacar, julgando a questão racial como tema central para os intelectuais nacionais, a influência das teorias raciais e racistas europeias nas proposições da *intelligentsia* brasileira que pretendia solucionar os problemas nacionais e estabelecer a almejada nação civilizada no país. As referidas teorias foram essenciais para dar fôlego e suporte às abordagens acerca do assunto no Brasil. Portanto, são

¹⁸ As lutas e pressões dos negros e mestiços, escravos ou livres, pelo fim da escravidão aumentaram visível e eficientemente nas décadas imediatamente anteriores à Abolição (1870 e 1880). Elas foram essenciais para a mobilização da elite e para a aprovação da Lei Áurea na Câmara dos deputados e no Senado (AZEVEDO, 1987; VIOTTI DA COSTA, 1982). Depois da Abolição, os negros também se organizaram em associações de caráter social, político ou recreativo, fundaram jornais e continuaram lutando pela melhoria das suas condições de vida. Sobre estas instituições, ver Gomes (2005).

relevantes para entender como a questão racial estava inserida nas discussões sobre a constituição da nação brasileira. Com esta perspectiva, esta seção do capítulo foi dividida em duas partes. A primeira apresenta, resumidamente, as teorias raciais desenvolvidas na Europa, e a segunda estabelece quatro tipos de (re)articulações dessas teorias formuladas pela intelectualidade brasileira.

O racismo científico europeu: a Europa privilegiada por suas raças

O século XIX foi um período marcado por importantes descobertas e inovações científicas em várias áreas do conhecimento. Uma das principais inovações ocorreu nas ciências sociais e/ou humanas, com a reorientação do conceito biológico de raça. Este termo passou a ser central nas discussões sobre a diversidade dos seres humanos e também naquelas preocupadas em compreender as sociedades, consideradas distintas devido às diferenças entre os seus povos.

Assim, as raças se tornaram centrais para o estudo do homem e das sociedades. Então, o conceito passou a ser utilizado em interpretações diversas, desde aquelas dedicadas à busca pela origem dos homens, até àquelas destinadas a explicar o sucesso ou fracasso das sociedades, de acordo com o que se entendia como evolução no período. Nesse sentido, desenvolveram-se teorias social-científicas baseadas na nova concepção de raça, dentre as quais estão: o evolucionismo social, o darwinismo social e a eugenia¹⁹.

As teorias raciais que prevaleceram durante a segunda metade do século XIX foram desenvolvidas para explicar as diferenças entre os seres humanos. Apesar das discussões sobre essas diferenças serem muito antigas, considera-se, no presente trabalho, a relevância do pensamento iluminista do século XVIII em detrimento das demais explicações sobre o assunto.

Os iluministas reordenaram o entendimento sobre a diversidade humana, a partir dos ideais de igualdade e liberdade. Para se pensar a humanidade como algo total, ou seja, que englobasse todos os seres humanos, o que está ligado à defesa da igualdade, seria necessário considerar e entender as diferenças entre os povos do mundo. A diversidade poderia ser

¹⁹ Para esta parte do capítulo, principalmente ao que se refere às teorias raciais desenvolvidas na Europa, utiliza-se o trabalho da antropóloga Lilia Schwarcz (1993), especialmente o segundo capítulo intitulado “Uma história de ‘diferenças e desigualdades’: as doutrinas raciais do século XIX” (p. 43-66).

observada na constituição das várias sociedades existentes ou na diferença entre os seres humanos dentro de uma mesma organização social.

Naquele contexto, o contato do velho com o novo mundo também foi importante para as interpretações desenvolvidas pelos iluministas. Ao conhecer a América e seu povo (essencialmente distinto do europeu) e estabelecer relações com ele, tornou-se imperativo aos habitantes da Europa compreender e principalmente explicar as diferenças entre o mundo europeu e o americano.

Assim, destacam-se duas tendências para esclarecer a diversidade humana, desenvolvidas considerando as diferenças entre os habitantes da América, por um lado, e os da Europa, por outro. A primeira estava marcada pelas formulações de Jean Jacques Rousseau (1712-1788), que criou a noção do “bom selvagem”, vinculada aos habitantes da América. Defendendo a idéia de que os seres humanos nascem bons, mas são corrompidos ao longo do desenvolvimento das sociedades, Rousseau considerava que os aborígenes americanos representavam o ser humano no seu estado natural, ou seja, bom e não corrompido.

A primeira tendência influenciou a consolidação de ideias que consideram que todos os seres humanos nascem iguais e que, portanto, apresentam as mesmas possibilidades de se desenvolver. Ela esteve presente nas formulações desenvolvidas pelos evolucionistas sociais no século XIX.

A valorização do desenvolvimento e principalmente da civilização como meta a ser alcançada, à qual, para a sociedade ocidental, os países europeus já haviam conseguido elevar-se, permite caracterizar a segunda tendência. Ela apresentava uma visão mais negativa sobre o novo continente e seus povos. Com o objetivo de explicar as diferenças entre o velho e o novo continentes, considerava a América como inferior à Europa, tanto natural, devido ao território e ao clima, quanto racialmente, devido à composição mestiça do povo americano.

Foi a partir da segunda corrente, que privilegiava a hierarquia entre os indivíduos e os povos que compunham as diferentes nações, que se iniciou um debate sobre a origem da diversidade existente entre os homens, ou seja, sobre a origem dos seres humanos. Até o século XIX, a crença de que todos os seres humanos foram criados a partir de um “lugar comum”, influenciada pela teoria religiosa do criacionismo, era praticamente a única e inquestionável ideia existente. No momento em que as explicações sobre as diferenças entre os homens começaram a levar em conta a existência de uma hierarquia entre eles, se fortaleceu um novo mito de origem, considerando a pluralidade de raízes dos seres humanos.

Assim, as teorias racistas europeias se desenvolveriam com base em duas explicações sobre o surgimento dos homens e, conseqüentemente, sobre a diferença entre os tipos humanos que habitam o mundo: a *monogenista* e a *poligenista*.

A teoria monogenista considera que todos os seres humanos têm a mesma origem, o que os condiciona às mesmas possibilidades. Apesar de estar marcado pela ideia de desenvolvimento dos seres humanos e das sociedades, e de justificar uma hierarquia, considerando o maior ou o menor grau de evolução na linha do progresso, o monogenismo não apresenta um único tipo de aperfeiçoamento e, por isso, permite interpretações que possibilitam outras saídas, além da degeneração, para as raças consideradas inferiores.

A teoria poligenista, ao contrário, avalia que há diversos pontos de origem da humanidade, que seriam responsáveis pelas diferenças observáveis nos diversos povos ou raças e sociedades existentes. Ou seja, de acordo com essa teoria, as diferenças entre os tipos humanos seriam inatas. Ao considerar que as raças são distintas desde o seu surgimento, o poligenismo determina o destino das sociedades de acordo com o povo/raça que as compõe. Algumas sociedades estariam destinadas ao desenvolvimento e progresso – no caso das formadas por raças entendidas como superiores – e outras à degeneração – no caso das constituídas por raças consideradas inferiores.

Os debates em torno da origem dos seres humanos receberam novos contornos na segunda metade do século XIX, com a publicação de *A origem das espécies* (1859), de Darwin, bastante popular no período, que passou a orientar todas as discussões que incluíam as raças e suas diferenças²⁰. As proposições do cientista britânico neste estudo passaram a significar *evolução* para os cientistas, e a lei da seleção natural foi estendida para além dos animais e vegetais, ou seja, adaptada aos seres humanos e às sociedades organizadas pelos homens.

De acordo com Schwarcz, o evolucionismo, desenvolvido a partir das interpretações sobre *A origem das espécies*, constituiu-se em paradigma e foi adotado pelas ciências sociais e/ou humanas, tanto por aqueles que eram orientados pelo monogenismo, quanto por aqueles que se guiavam pelo poligenismo. Diversas disciplinas, como antropologia, sociologia, história, teoria política, economia, psicologia, linguística, pedagogia ou literatura, baseavam-

²⁰ Atualmente, há inúmeras discussões sobre as inovações proporcionadas por Darwin nesta famosa obra, especialmente em comparação com as proposições de Wallace. Este teria chegado a conclusões semelhantes às do autor de *A origem das espécies* antes dele, mas não as teria publicado. Entretanto, não é possível desconsiderar o impacto da obra de Darwin na sociedade europeia do período, e as suas apropriações por aqueles que desenvolveram as teorias raciais, mesmo que tenham deturpado, em alguns aspectos, os estudos de Darwin.

se no evolucionismo. Segundo Hofstadter (*apud* SCHWARCZ, 1993, p. 55-56), “O darwinismo favoreceu uma nova relação com a natureza e, aplicado a várias disciplinas sociais [...] [formou uma] geração social-darwinista”.

Contudo, é imperativo ressaltar que Darwin não deve ser responsabilizado pela aplicação do seu modelo de análise nas pesquisas desenvolvidas pelas ciências sociais e/ou humanas, que, muitas vezes, utilizaram as conclusões contidas em *A origem das espécies* de forma distorcida.

Não obstante, influenciando tanto monogenistas quanto poligenistas, o evolucionismo tornou-se o modelo teórico de análise no período, orientando as discussões acerca da constituição e das diferenças entre sociedades formadas por povos distintos. Os teóricos sobre o assunto atribuíram conotações culturais e políticas ao conceito biológico de raça, que passou a denotar o povo de uma nação.

O conceito de raça que orientou as teorias racistas naquele período esteve caracterizado pelos aspectos físicos, biológicos e psicológicos dos seres humanos. Tentava-se, de maneira objetiva, ou seja, a partir de critérios considerados científicos, caracterizar as diferentes raças, de acordo com o tipo físico, a cor da pele, o tamanho do crânio ou do cérebro, o formato do nariz, a estatura, etc. Assim, considerava-se a existência de raças distintas e hierarquicamente dispostas: a branca, considerada superior a todas as outras, seguida da negra, da amarela e da vermelha, consideradas inferiores.

Dessa forma, a utilização política do conceito biológico de raça pode ser constatada nas formulações desenvolvidas pelos europeus, considerando-se superiores e civilizados, para justificar o seu domínio sobre outros povos ou raças, avaliadas como inferiores e não civilizadas, no contexto imperialista dos países da Europa (século XIX).

A influência do evolucionismo pode ser verificada nas seguintes teorias: evolucionismo social, de um lado, e o darwinismo social e a eugenia, de outro. O evolucionismo social desenvolveu-se com base no monogenismo. Como implicação dessa influência, apostava na possibilidade de evolução das diferentes raças e sociedades humanas. Ao considerar as noções de desenvolvimento, progresso e civilização como universais, os adeptos da antropologia cultural ou etnologia social – disciplinas que se desenvolveram com base no evolucionismo social –, propunham a existência de estágios sucessivos de desenvolvimento para todas as culturas que, inevitavelmente, chegariam ao progresso.

Apesar de as ideias evolucionistas serem utilizadas, muitas vezes, para justificar uma hierarquia entre civilizações mais simples e civilizações mais complexas, é interessante

ênfatizar que os evolucionistas sociais, mesmo no que se refere às raças, podem ser considerados mais otimistas do que deterministas.

Já o darwinismo social e a eugenia, teorias ligadas à concepção poligenista, considerando a ideia da imutabilidade das raças ou tipos humanos, devem ser analisadas como mais deterministas e pessimistas que a primeira. O darwinismo social surgiu paralelamente ao evolucionismo social e às teorias geográficas deterministas²¹. Mais parecido com estas do que com o evolucionismo, o darwinismo também ficou conhecido como “teoria das raças”, pois se pautava em um determinismo racial, defendendo a existência de raças distintas biologicamente, que formariam culturas também diversas: as civilizadas, formadas pelas raças avaliadas como superiores, e as degeneradas ou fadadas ao fracasso, constituídas pelas raças consideradas inferiores. Pressupunha ainda que a mistura de raças diversas, ou seja, a miscigenação, seria prejudicial ao desenvolvimento das sociedades.

Algumas disciplinas desenvolveram-se ligadas ao darwinismo social, devido às suas características deterministas, a frenologia (medição do cérebro), a antropometria, a nova craniologia técnica, a antropologia técnica, e a antropologia criminal. O objetivo geral dessas disciplinas era determinar as diferenças raciais entre os indivíduos, fosse pelo tamanho do cérebro ou pelas características físicas. A partir da determinação das diferenças entre os indivíduos, definia-se as aptidões para determinadas ações – como o crime, no caso da antropologia criminal de Cesare Lombroso –, ou as doenças consideradas peculiares a determinados tipos humanos.

Os mais conhecidos teóricos racistas podem ser incluídos na vertente do darwinismo social. Alguns deles influenciaram significativamente nas formulações racistas de teóricos brasileiros e, inclusive, fizeram menção à miscigenação “degradante” da sociedade brasileira que estaria, por isso, condenada ao fracasso. Em 1865, ao retornar do Brasil para os EUA, onde vivia, Louis Agassiz (1807-1873) registrou suas impressões sobre o povo e a nação brasileira, de acordo com suas interpretações racistas:

Que qualquer um que duvide dos males da mistura de raça, e inclua por mal entendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que as separam, venham ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente da amálgama das raças mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do

²¹ Representadas por Friedrich Ratzel (1844-1904) e Henry Thomas Buckle (1821-1862), as teorias geográficas deterministas consideravam as determinantes climáticas e territoriais para avaliar o desenvolvimento ou as possibilidades de desenvolvimento das diferentes sociedades. Dessa forma, objetivavam provar que o aprimoramento cultural de uma nação estava condicionado pelo seu meio natural.

índio deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental. (AGASSIZ *apud* SCHWARCZ, 1993, p. 13).

No mesmo sentido, o conde francês Arthur de Gobineau (1816-1882), que viveu no Rio de Janeiro durante um ano (entre 1869 e 1870) como representante da diplomacia de seu país, expressou sua repugnância à constituição do povo brasileiro, caracterizando-o como “uma população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia”. (*apud* SCHWARCZ, 1993, p. 13).

Entre os teóricos de orientação darwinista social, destacaram-se, além de Agassiz e Gobineau, Ernest Renan (1823-1892), Hippolyte Taine (1828-1893) e Gustave Le Bon (1841-1931). Eles apresentavam algumas ideias em comum: a crença de que a constituição racial condenaria o indivíduo/cidadão às suas características físicas, biológicas e morfológicas delimitadas cientificamente; a crítica à miscigenação, porque ela não permitiria a manutenção das características “adequadas” das raças superiores; e a vinculação da raça ou povo constituinte de uma sociedade ou nação ao seu destino, de progresso, para as nações formadas por raças superiores, ou de fracasso, para as nações formadas por raças inferiores.

Outra teoria científica que deve ser apresentada é a eugenia. A palavra, originária do termo grego *eugenius* (*eu* = boa; *genius* = geração), denota a ciência cujo objetivo seria provar que a capacidade humana deriva da hereditariedade, ou da herança genética, e não da educação, considerando que, por isso, as características hereditárias deveriam ser selecionadas e controladas. Com base no poligenismo, defendia o não cruzamento de raças distintas como essencial para preservar as (boas) qualidades inatas dos indivíduos.

A origem da eugenia é atribuída a Francis Galton, que utilizou o termo pela primeira vez em 1883. Foi a partir da década de 1880 que a teoria se fortaleceu, adquirindo adeptos em vários países do mundo, e, posteriormente, no início do século XX, influenciou decisões políticas de diversos governos nacionais. O caso mais extremado de aplicação de medidas eugênicas conhecido é o da Alemanha nazista na década de 1930. Por isso, a eugenia foi, muitas vezes, vinculada estritamente a este país, como se ele fosse o único local onde medidas eugênicas foram aplicadas.

No mesmo sentido que os teóricos racistas, os adeptos da eugenia defendiam a crença de que a “boa hereditariedade” garantiria a constituição de uma nação forte e desenvolvida. Para Stepan (2005, p. 33), a eugenia surgiu como a teoria científica responsável por garantir a seleção dos mais aptos, proporcionando assim o progresso da nação. Na mesma perspectiva, Schwarcz (1993, p. 60) acrescenta que, para os eugenistas, a nação seria “resultado, quase

imediatamente, de sua conformação racial pura”. Dessa forma, a eugenia, considerando que as diferenças entre os indivíduos eram inatas e objetivando preservar as boas qualidades dos tipos humanos distintos, defendia o não cruzamento das diferentes raças. Defendia também a crença de que as nações se desenvolveriam de acordo com a capacidade de preservar as qualidades da espécie-raça que as constituíssem.

De acordo com Stepan (2005), existem dois tipos de eugenia: a positiva e a negativa. As medidas preventivas podem ser caracterizadas como eugenia positiva, enquanto as restritivas assinalam a negativa. Nesse sentido, as seguintes proposições eugênicas podem ser classificadas como positivas: o incentivo a “nascimentos desejáveis” de raças superiores; os investimentos em políticas voltadas ao cuidado das mulheres gestantes e das crianças como forma de garantir o crescimento saudável das raças superiores e, conseqüentemente, da população de uma nação; e as medidas voltadas à prevenção de doenças e/ou educação, entre outras.

Já a eugenia negativa estaria ligada às seguintes ações: desencorajamento ou proibições de uniões (casamentos) inter-raciais consideradas nocivas à sociedade; restrições a portadores de doenças consideradas crônicas e/ou hereditárias, tais como proibição de casamentos ou esterilização de alcoólicos, alienados, epiléticos.

Delimitadas as três correntes científicas europeias relacionadas às raças, deve-se reafirmar que as ideias deterministas raciais – racistas – e suas implicações restritivas, tais como as defendidas ou aplicadas com base na eugenia, se tornaram cada vez mais freqüentes e confiáveis a partir do final do século XIX.

Nessa perspectiva, o darwinismo social foi bem mais influente do que o evolucionismo. Portanto, a crença na existência de raças superiores e inferiores, determinando o progresso ou o fracasso das sociedades, passou a ser moeda corrente. Para respaldar essa crença, alguns conceitos foram rearticulados pelos adeptos do darwinismo social, tais como *perfectibilidade*, *desigualdade* e *diferença*. O primeiro passou a ser vinculado somente às raças civilizadas, ou seja, somente as raças consideradas superiores seriam capazes de criar uma civilização chegando, assim, à *perfeição*. Às outras raças restaria a degeneração. (SCHWARCZ, 1993).

Já a ideia de *desigualdade* vinculada ao evolucionismo social, designando as diferenças nos estágios de desenvolvimento das sociedades que, apesar de desiguais, estariam aptas a alcançar o mesmo progresso no futuro, foi deixada de lado em favor da utilização do termo *diferença*. Este conceito valorizado pelos darwinistas sociais assinalava o caráter

definitivo e irreparável de uma sociedade, que seria determinada pela raça que a compunha. Segundo Schwarcz, a rearticulação desses conceitos contribuiu para transformar a igualdade em um problema ilusório, pois “As diferenças observadas na humanidade seriam [a partir de então] definitivas e irreparáveis” (1993, p. 62).

Assim, a ideia de diferença dos darwinistas sociais atribuiu nova força à defesa da superioridade de determinadas raças, por um lado, e às críticas feitas à miscigenação, por outro. Dessa forma, o destino de uma sociedade ao progresso ou ao fracasso passou a ser premissa praticamente inquestionável. Ou seja, se uma sociedade fosse formada por raças entendidas como superiores, ela seria desenvolvida ou poderia se desenvolver. Ao contrário, se a sociedade fosse constituída por raças consideradas inferiores, ela estaria fadada ao não desenvolvimento ou à degeneração.

No mesmo sentido, a mistura de raças distintas condenaria uma nação à degradação, o que, de maneira inversa, mas não contraditória, representaria o erro do cruzamento. Este erro, segundo aqueles que criticavam a miscigenação, estaria exemplificado e personificado pelos mestiços cheios de vícios e pelo fracasso observável nas nações miscigenadas, que não eram desenvolvidas como as nações de raças puras e superiores europeias.

O Brasil, nessa perspectiva, seria um laboratório para a comprovação de tais teorias. Entretanto, o otimismo da maior parte dos pensadores brasileiros contribuiu para que eles rearticulassem as teorias racistas e formulassem explicações sobre o relativo atraso da nação brasileira, apresentando possibilidades para que ela alcançasse um grau de civilização satisfatório para os moldes do período. É sobre essas novas teorias desenvolvidas pelos pensadores brasileiros acerca da sua nação que trataremos na próxima e última parte deste capítulo.

A recepção das teorias racistas no Brasil. Como a elite intelectual brasileira assimilou as teorias racistas europeias?

No contexto de fortalecimento do darwinismo social como modelo teórico para as discussões científicas dedicadas às raças e às constituições raciais das sociedades, o Brasil era visivelmente distinto das nações europeias. A miscigenação observável no país tornava-se um divisor de águas entre a necessidade de inserir a nação brasileira no rol das nações civilizadas e as teorias racistas europeias (SCHWARCZ, 1993). Afinal, como seria possível desenvolver

o país se a sua composição racial miscigenada fosse considerada como algo que o condenasse à degeneração?

De acordo com Lilia Schwarcz (1993), a influência do darwinismo social no Brasil, com seu determinismo racial, chocou-se com a realidade multirracial do país, o que contribuiu para que os pensadores nacionais articulassem duas orientações teóricas europeias, a evolucionista e a darwinista social, (re)adaptando conceitos de maneira que eles se adequassem à situação nacional. Nas palavras da autora:

Aqui se fez uso inusitado da teoria original, na medida em que a interpretação darwinista social se combinou com a perspectiva evolucionista e monogenista. O modelo racial servia para explicar as diferenças e hierarquias, mas feitos rearranjos teóricos, não impedia pensar na viabilidade de uma nação mestiça. (SCHWARCZ, 1993, p. 65)

Nessa perspectiva, muitos intelectuais nacionais se dedicaram à formulação de hipóteses e/ou interpretações que tornassem viável a consolidação da nação brasileira, mesmo que considerassem essa tarefa difícil devido à composição racial da população nacional. Assim, diversas abordagens sobre a questão racial e a sociedade brasileira foram desenvolvidas no período. Como é impossível apresentar todas elas neste trabalho, delimitamos quatro perspectivas de abordagens desenvolvidas pela intelectualidade nacional entre 1870 e 1930.

Antes de apresentar as perspectivas é necessário destacar algumas observações. Primeiramente, é importante enfatizar que as perspectivas foram delineadas de acordo com as interpretações desenvolvidas sobre a miscigenação, e não segundo o vínculo com instituições científicas ou relacionadas a períodos delimitados. Dessa forma, as discussões acerca da constituição da nação brasileira no período foram orientadas pela consideração de que o povo brasileiro tinha como principal característica a mistura racial.

Nesse sentido, independente das diferenças entre as perspectivas, a *intelligentsia* nacional considerava que o povo brasileiro era constituído por três raças, a branca, a negra e a índia, e entendia que a miscigenação era o principal identificador da nação brasileira: “Formamos um paiz mestiço... somos mestiços se não no sangue ao menos na alma”, afirmara Silvio Romero na sua *História da literatura brasileira*, cuja primeira edição é de 1888 (*apud* SCHWARCZ, 1993, p.11).

Na década de 1930, embora com orientação científica diferente, Gilberto Freyre também considerava a constituição mestiça da sociedade brasileira, valorizando as

contribuições das três raças para a história do país no seu trabalho clássico *Casa Grande e Senzala*, cuja primeira edição é de 1933. Assim, a composição miscigenada da população brasileira orientava as discussões acerca da constituição da nação, com aspectos mais ou menos racistas.

Destarte, as perspectivas serão caracterizadas de acordo com a abordagem sobre a questão racial, ou miscigenação, presente nas discussões acerca da necessidade de se estabelecer uma nacionalidade ou identidade nacional para o país e consolidar a nação brasileira.

Assim, a questão racial será discutida a partir dos seguintes aspectos: a miscigenação entendida como empecilho à constituição da nação brasileira; a valorização da miscigenação orientada para o branqueamento da população como saída para a nação; a miscigenação avaliada como algo real, mas não como algo que inviabilizasse a solução dos problemas nacionais, mais relacionados à falta de iniciativas governamentais – ou seja, de políticas públicas voltadas à prevenção, educação e saneamento – do que às características inatas das raças que compunham o país; e, por fim, a eugenia²². Passemos então à caracterização dessas perspectivas.

A miscigenação como empecilho: o mestiço é degenerado e a nação brasileira está condenada ao fracasso

as vastas proporções da mestiçagem que, entregando o país aos mestiços, acabará, por outro lado, privando-o, por longo prazo, pelo menos, da liderança marcante da raça branca.

(Nina Rodrigues).

Na segunda metade do século XIX, o Brasil era visto como uma nação menos desenvolvida que os países europeus, pois não apresentava as características modernas, tais como indústrias e cidades agitadas pelo crescimento rápido e constante. Apesar da existência de núcleos urbanos e das transformações experimentadas pela sociedade brasileira desde a década de 1850, evidenciadas especialmente a partir da década de 1870, o Brasil era

²² A abordagem sobre a eugenia será feita separadamente das outras perspectivas, pois ela se constituiu como teoria científica específica, organizada institucionalmente no Brasil naquele período.

reconhecido como um país agrário e atrasado nos termos do que se considerava desenvolvimento naquele contexto. Assim, os pensadores nacionais buscavam explicações para tal atraso e possibilidades de se alcançar o progresso.

As primeiras apreensões sobre o atraso do Brasil apresentavam como sua causa a constituição racial do povo brasileiro, nitidamente influenciadas pelas concepções deterministas europeias que condenavam a sociedade brasileira ao fracasso devido à sua composição racial. Assim, as teorias racistas desenvolvidas na Europa ganharam espaço na sociedade brasileira.

Nesse sentido, a intelectualidade do Brasil, que buscava explicações sobre a sociedade nacional, desenvolveu uma perspectiva pessimista em relação ao povo e à nação brasileira. Baseada no determinismo racial e, portanto, orientada pelo darwinismo social, parte da *intelligentsia* nacional entendia a constituição racial do povo brasileiro como prejudicial à consolidação da nação.

Essa perspectiva pode ser constatada em disciplinas desenvolvidas em várias instituições científicas nacionais, tais como a medicina legal da Faculdade de Medicina da Bahia, a antropologia criminal da Faculdade de Direito de Recife e os estudos etnográficos sobre a população brasileira desenvolvidos nos Museus Históricos e/ou etnográficos²³. Uma característica comum presente nessas disciplinas é a crença na impossibilidade de desenvolvimento do Brasil e a condenação do seu povo à degeneração, devido à sua composição racial.

A medicina legal, uma das principais disciplinas desenvolvidas na faculdade de medicina da Bahia, cujo maior expoente foi o médico e professor Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), tinha o objetivo de demonstrar a importância da medicina para resolver os problemas nacionais, a partir de estudos sobre a composição racial da população brasileira. Assim, orientados teoricamente pelo determinismo racial, desenvolviam estudos sobre alcoolismo, epilepsia, embriaguez, alienação e criminalidade. Grande parte dos estudos se voltava para os criminosos, considerando a sua composição racial para explicar a prática de determinados crimes.

²³ Essas não foram as únicas disciplinas desenvolvidas nas instituições citadas. A perspectiva que se caracteriza também não foi a única formulada nas referidas instituições. Além disso, há a possibilidade da existência de divergências entre as apreensões acerca do assunto feitas pelos estudiosos de uma mesma disciplina. No entanto, como o objetivo desta seção é apresentar de forma sucinta as diferentes perspectivas, a ênfase está nas convergências que permitam caracterizar cada perspectiva.

A partir desses argumentos, a escola baiana defendeu a desigualdade entre as raças, considerando a raça branca como superior e a negra, a indígena e a mestiça como inferiores. No mesmo sentido, criticou o código penal brasileiro que era definido pelo livre arbítrio, ponderando o crime e não o criminoso para propor os métodos de punição e correção.

Segundo os estudiosos que entendiam a necessidade de analisar o caráter do criminoso na qualificação de um crime, a punição deveria ser apresentada de acordo com a raça do delinqüente, pois, para eles, as raças distintas se apresentavam em diferentes níveis de evolução, sendo que algumas estavam propícias a praticar determinados delitos e outras não. As raças inferiores, especialmente dos mestiços (justamente pela mistura racial), estariam determinadas a praticar alguns tipos de crime. Por isso, não deveriam ser punidos da mesma maneira que aqueles que não estariam destinados ao delito e mesmo assim o praticavam. Esta interpretação demonstra o caráter pessimista em relação à constituição mestiça do povo e, conseqüentemente, da nação brasileira que, por ser constituída por raças inferiores e mestiças, estaria vulnerável à prática de uma infinidade de crimes.

Na década de 1920, a revista da faculdade de medicina da Bahia evidenciava um pessimismo ainda maior, “demonstrando a total inviabilidade de qualquer projeto futuro para a nação brasileira”, conforme explicou Schwarcz (1993, p. 213). De acordo com a autora, a *Gazeta Medica*, com base nos modelos poligenistas do darwinismo social, alardeava que “pouco se poderia esperar de uma nação composta por ‘raças pouco desenvolvidas como a negra e a indígena’, isso sem falar dos mestiços, maioria absoluta em nossa população” (SCHWARCZ, 1993, p. 213).

No mesmo sentido, acadêmicos e professores da Faculdade de Direito de Recife desenvolveram a antropologia criminal, a partir do direito criminal e da influência dos teóricos italianos, como Lambroso, Ferri e Garófalo, que caracterizavam o crime como fenômeno antropológico, estudando-o a partir da análise do criminoso e não do fato em si. Sob influência das teorias italianas, o estudo da criminalidade passou a ser focado na caracterização do criminoso, com o objetivo de demonstrar que a punição deveria ser definida pelo tipo criminoso. Este era delimitado de acordo com as características físicas e biológicas do indivíduo, a partir de listas de classificação feitas pelos antropólogos italianos, como as três classes de criminosos definidas por Garófalo: ladrões, assassinos, e violentos. (SCHWARCZ, 1993, p. 167).

A influência da antropologia italiana pode ser entendida pela mudança na orientação teórica da Faculdade de Direito de Recife a partir de 1870, quando a ideia de evolução

pautada na ordem e no progresso positivistas se tornou predominante, influenciada pelo evolucionismo e pelo darwinismo social. As influências teóricas sobre a disciplina foram estendidas à compreensão sobre a nação brasileira: “‘Longe da metafísica’, ‘distante do subjetivismo’, **viviam esses intelectuais a certeza de estarem construindo** não somente novas teorias, mas **também uma nova nação**”. (SCHWARCZ, 1993, p. 149-150, grifo nosso).

As potencialidades de um país eram estabelecidas de acordo com as características físicas do seu povo. Esta interpretação foi difundida pela Faculdade de Direito de Recife como explicação para a dificuldade de se consolidar a nação brasileira. Laurindo Leão (*apud* SCHWARCZ, 1993, p. 167) afirmara na Revista Acadêmica da Faculdade de Direito de Recife que “uma nação mestiça é uma nação invadida por criminosos”.

Na mesma perspectiva, em artigo publicado na mesma revista em 1919, o professor da faculdade, Joaquim Pimenta (*apud* SCHWARCZ, 1993, p. 167), perguntava: “Somos o que somos será porque sejamos uma sub-raça, um paiz de mestiços, uma fusão de elementos ethnicos inferiores ou porque sejamos uma nacionalidade em vias de formação o que explica o estado de delinquencia social do povo brasileiro?”.

Essa questão provavelmente também preocupava aqueles que isolavam, classificavam, comparavam e hierarquizavam os diferentes seres humanos, utilizando a mesma metodologia empregada para estudar a fauna e a flora, nos Museus etnográficos. De acordo com Schwarcz (1993, p. 93, grifo nosso), apesar das diferenças entre os estudos feitos nos três museus históricos, o Nacional do Rio de Janeiro, o Paulista e o Emílio Goeldi do Pará, “**esses estabelecimentos acabaram engrossando o coro das análises deterministas que então se realizavam**”.

Mesmo que o evolucionismo social tenha orientado os diretores e as pesquisas nessas instituições, “os cientistas dos museus não deixaram de aceitar as disposições dos teóricos das raças” (SCHWARCZ, 1993, p. 93), conforme explicitado pelas palavras de Hermann Von Ihering, diretor do Museu Paulista durante aproximadamente 25 anos, “É preciso entender a degeneração racial humana, para depois supor uma futura evolução”. (*apud* SCHWARCZ, 1993, p. 93). Em artigo publicado no jornal paulista *O Estado de São Paulo* em 1911, é possível verificar a influência do determinismo racial sobre a opinião de Ihering acerca dos índios kaingang. Ao se referir ao necessário extermínio dessa raça, o diretor do Museu Paulista acrescenta que a atitude seria primordial “para que a civilização fizesse o que a

natureza tardaria a conseguir” (IHERING, 1911 *apud* SCHWARCZ, 1993, p. 131), visando, evidentemente, o progresso da nação brasileira.

Há outros exemplos da influência de teorias deterministas sobre estudos de brasileiros que visavam entender a constituição da nação brasileira e consideravam, para tanto, a composição racial da população²⁴. Entretanto, a partir dos exemplos citados acima é possível apreender a existência de uma perspectiva pessimista e racista em relação à composição do povo e à consolidação da nação brasileira entre a *intelligentsia* nacional que estava interessada em compreender o problema da miscigenação e a sua relação com a nação brasileira.

A miscigenação orientada para o branqueamento

Iniciado este salutar processo de miscigenação, a lei da seleção natural determinaria, por seu turno, a vitória final da raça branca sobre a negra e a indígena, e ainda se obteria um espécime de homem ariano superior, plenamente ambientado ao continente americano. (Silvio Romero).

“O Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução” (*apud* SCHWARCZ, 1993, p. 11). Essas palavras proferidas por Batista de Lacerda no I Congresso Internacional das Raças, realizado em Londres em 1911, onde o então diretor do Museu Nacional representou o país, demonstram a segunda perspectiva de abordagem sobre as raças e a nação brasileira: a teoria do branqueamento. Ela deve ser entendida como mais otimista que a primeira, apesar de não descartar os ideais racistas orientados pelo darwinismo social.

Thomas Skidmore (1976, p. 81) caracteriza a teoria do branqueamento como a crença e o esforço da *intelligentsia* nacional em provar que a população brasileira estava se tornando mais branca e que, em um futuro próximo, a raça branca seria predominante no país, confirmando que a nação estaria no rumo certo do desenvolvimento e do progresso. Segundo o autor, esta era a corrente predominante entre a elite intelectual do país que se dedicava à

²⁴ Alguns autores consideram que no trabalho de Euclides da Cunha sobre a Guerra de Canudos (1896-1897), *Os Sertões*, cuja primeira edição é de 1902 (GALVÃO, 1998, p. 520), é possível verificar a influência das teorias deterministas, geográfica e racial, nas partes denominadas “A terra” e “O homem”, respectivamente.

resolução dos problemas nacionais. A teoria do branqueamento começou a ser gestada entre 1889 e 1914 e deve ser compreendida como peculiar à sociedade brasileira, pois não foi difundida para outros países, como os europeus e os Estados Unidos, por exemplo.

Para compreender essa perspectiva, é necessário considerar as conclusões desenvolvidas por Lilia Schwarcz (1993) acerca das articulações e adaptações das teorias raciais europeias feitas pelos pensadores brasileiros para a realidade nacional. A crença no embranquecimento da população nacional estava marcada pela ideia de que a nação brasileira tinha solução. Ao mesmo tempo em que considerava a hierarquia entre as raças que compunham a sociedade nacional, avaliando a raça branca como superior e mais forte que a negra e a indígena, deixava para trás a crença de que o mestiço era degenerado e, por isso, a sociedade brasileira não conseguiria se tornar uma civilização.

Assim, defendia-se que a civilização seria alcançada, pois no cruzamento entre as raças predominariam as características do branco civilizado. Então, a partir da mistura racial, seria formada uma nova raça – mestiça e branca –, que possibilitaria o desenvolvimento e o progresso da nação brasileira. Nessa interpretação, verifica-se a articulação do darwinismo social com o evolucionismo, na medida em que ela considera, respectivamente, a hierarquização das raças e a possibilidade de desenvolvimento da nação brasileira, apesar da presença de raças inferiores na sociedade.

Skidmore (1976) afirma que, entre o final do século XIX e início do XX, a teoria do branqueamento era a perspectiva de análise sobre a sociedade brasileira mais relevante para a intelectualidade nacional. Entre os que defendiam o branqueamento da população brasileira no período, destacaram-se dois grandes nomes, um proeminente no final do século XIX: Silvio Romero (1851-1914), e outro na década de 1920: Oliveira Vianna (1883-1951).

Segundo Schwarcz (1993), Silvio Romero foi o jurista da Faculdade de Direito de Recife que defendeu a cientificidade com maior afinco, tornando-se o cientista mais influente na instituição. Preocupado com a resolução dos problemas nacionais, especialmente no que se referia ao desenvolvimento do país, Romero defendia a mestiçagem como saída para a “homogeneidade nacional”. (SCHWARCZ, 1993, p. 153).

Utilizando como base teórica o naturalismo evolucionista, que, por sua vez, bebia da fonte do darwinismo social marcado pelo poligenismo e pelo determinismo racial, Silvio Romero criou uma interpretação própria acerca da nação brasileira, articulando essas teorias de acordo com a realidade nacional. Nas palavras de Schwarcz,

Em vista da constatação da inexistência de um grupo étnico definitivo no Brasil, esse intelectual [Silvio Romero] elegia o mestiço como o produto final de uma raça em formação. Utilizando de forma pouco ortodoxas as máximas poligenistas da época, Romero encontrava na mestiçagem o resultado da luta pela sobrevivência das espécies, como estabeleciam as teorias deterministas da época. Porém, paradoxalmente, ao invés de condenar a hibridação racial, seguindo os modelos evolucionistas sociais, esse autor encontrava nela a futura “viabilidade nacional”. (SCHWARCZ, 1993, p. 154).

Dessa forma, com a teoria do branqueamento, defendia-se que a sociedade brasileira, formada por um povo mestiço, tinha solução, ou seja, estava habilitada a se tornar civilizada, e o segredo estava justamente na miscigenação. Entretanto, para consolidar esse projeto, seria necessário que a amalgamação fosse orientada. Portanto, a “mistura” deveria ser feita entre as raças inferiores – negra e índia – e as superiores – brancas – para que as características da última predominassem.

Para consolidar o projeto de branqueamento da população brasileira, a imigração europeia branca seria essencial, pois se considerava esta raça como apta a estabelecer a futura civilização no país. Assim, no final do século XIX, os defensores da imigração europeia utilizavam o argumento de que a inserção de brancos no país garantiria o sangue necessário para a consolidação da nação brasileira nos moldes da civilização ocidental.

De acordo com Célia Azevedo (1987, p. 61), os discursos dos imigrantistas na Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, entre 1870 e 1880, período de transição do trabalho escravo para o livre, demonstra que esses políticos defendiam a substituição física do negro pelo imigrante branco nas diversas atividades produtivas, urbanas e rurais, pois haviam assumido “a idéia de inferioridade racial de grande parte da população brasileira [negra, índia e mestiça]”.

Dessa forma, o progresso da nação dependia do sucesso da imigração branca para o país. Ou seja, civilizar o país era trabalho destinado às raças civilizadas, leia-se brancas. Entretanto, é importante ressaltar que as raças consideradas inferiores eram avaliadas como civilizáveis pela raça “superior” branca, o que demonstra a particularidade dessa teoria e um relativo otimismo em relação à nação brasileira, que provavelmente seria analisada com aversão pelos teóricos do determinismo racial. Assim, a sociedade brasileira teria solução a partir da miscigenação.

No mesmo caminho, Schwarcz aponta que a referida interpretação sobre a sociedade brasileira também estava fortemente representada na Faculdade de Direito de São Paulo,

sendo bastante defendida por diversos intelectuais da instituição. A posição dos paulistas não era estranha ao contexto que se anunciava. Afinal, era a elite do estado de São Paulo que assumia para si a tarefa de promover uma imigração europeia branca condicionada por leis restritivas à entrada de populações negras e amarelas, prevendo o fenecimento desses grupos “selvagens que se tornaram degenerados”. (SCHWARCZ, 1993, p. 131).

Foi também na perspectiva de valorização da miscigenação da população brasileira orientada para o branqueamento que se constituiu a história do Brasil oficializada nos Institutos Históricos. Segundo Schwarcz (1993), tanto o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) quanto o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP) e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) combinaram as teorias raciais existentes então: o darwinismo social poligenista e o evolucionismo baseado no monogenismo católico para escrever a história do Brasil.

Os Institutos criaram uma cronologia para a história do país, partindo da colonização portuguesa e da valorização dos aspectos regionais e, mais importante, utilizaram a questão racial para compor a história brasileira, desenvolvendo uma visão otimista da vida nacional.

o tema racial pareceu auxiliar na construção de uma história branca e européia para o Brasil. Mais uma vez a cópia não era absolutamente fiel ao modelo: nos institutos, teoria evolucionista e monogenista apareciam ao lado dos pressupostos darwinistas sociais e poligenistas, como se modelos originalmente excludentes pudessem ser mesclados. Com as conclusões evolucionistas, justificava-se o predomínio branco e a hierarquia social rígida. Utilizando um darwinismo sócio-biológico, explicava-se o “natural branqueamento” da população. [...] **O futuro era insofismavelmente branco, previsível e seguro.** Em meio a um ambiente tomado pela insegurança no porvir e por diagnósticos nada encorajadores, os institutos históricos significaram uma grande exceção. (SCHWARCZ, 1993, p. 136-137, grifo nosso).

Na década de 1920, o ideal do branqueamento ainda se fazia presente entre a intelectualidade brasileira. Conforme destacado por Skidmore, “nos dois períodos [antes e depois de 1914], o branqueamento tinha sido objetivo racial *de facto* da elite” (SKIDMORE, 1976, p. 222, grifo do autor). No segundo momento, o advogado, historiador e professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, Oliveira Vianna, destacou-se pela dedicação em comprovar que o branqueamento da população brasileira era evidente.

No contexto em que as teorias raciais perdiam espaço para o fortalecimento de teorias de orientação culturais, o ideal do branqueamento era defendido por Vianna, que não media esforços para evidenciar a sua aplicabilidade. Referindo-se ao processo de branqueamento

como *arianização*, um termo em desuso, segundo Skidmore, Oliveira Vianna apresentava tabelas demonstrando a baixa fertilidade e a alta mortalidade de negros e índios para afirmar que “a percentagem de negros e índios declinava de maneira inexorável na população total” (SKIDMORE, 1976, p. 220), e concluía que a população branca crescia no Brasil.

De acordo com Skidmore, as interpretações desenvolvidas por Oliveira Vianna eram muito bem aceitas por parte da intelectualidade nacional ainda na década de 1920, demonstrando o importante papel deste historiador “como ponte do racismo científico predominante antes de 1914 e a filosofia social de fundo ‘ambientalista’, predominante depois de 1930” (1976, p. 222).

Enfim, a crença de que a população brasileira estava se tornando mais branca, assim como os esforços em demonstrar que essa era a solução para o desenvolvimento e consolidação da civilização no Brasil, pode ser considerada uma perspectiva defendida por grande parte da *intelligentsia* nacional entre o final do século XIX e início do século XX. Parcela esta que acreditava e tentava comprovar a viabilidade da construção de uma nação brasileira civilizada.

O bom mestiço. A mestiçagem não é o problema. O povo brasileiro precisa de educação e saúde, a solução está no poder centralizado

Alegamos questão de raça, de clima e de momento histórico para justificar a nossa fraqueza. Todas essas frases pomposas de uma filosofia mal assimilada passaram, felizmente, da moda. Nem a raça, nem o clima, têm influência decisiva no desenvolvimento de um país. Em condições normais de saúde e de instrução, valem tanto quanto qualquer outro povo. (José Maria Belo).

A partir da segunda década do século XX, a intelectualidade nacional apresentava um otimismo maior em relação às possibilidades de desenvolvimento da nação brasileira. Naquele momento, algumas interpretações acerca do assunto, que se delinearam afastando-se das teorias deterministas raciais, adquiriram espaço e relevância na sociedade. Este tipo de abordagem, com rejeição às teorias predominantes que se baseavam no determinismo racial, já havia sido desenvolvida no início do século XX, mas não tinha conseguido fulgurar em

meio às interpretações predominantes de cunho racista que consideravam o mestiço como a causa do atraso da nação.

De acordo com as novas abordagens, os problemas nacionais estariam relacionados à história de exploração do país e à falta de programas governamentais voltados a áreas sociais como educação e saúde, e não à constituição racial mestiça da população brasileira. Assim, a partir da década de 1910, parte da *intelligentsia* nacional investiu em propostas voltadas à prevenção e cura de doenças, bem como em projetos de educação primária, chamando a atenção das autoridades para a necessidade de intervenção na vida da população pobre, considerada doente e mal educada.

Nesse sentido, identifica-se uma perspectiva que valorizava o mestiço como representante do povo brasileiro, criticando as teorias deterministas que condenavam a mestiçagem como responsável pelo atraso do país. Essa abordagem atentava para o fato de que a implantação de medidas para sanar os problemas do povo e da pátria brasileira seria a solução para que a sociedade nacional alcançasse a almejada civilização. Assim, ela esteve vinculada à defesa de um poder político centralizado que investisse na solução dos problemas nacionais.

As primeiras proposições nessa perspectiva podem ser verificadas nas interpretações sobre a história do Brasil desenvolvidas por Alberto Torres (1865-1917) e Manoel Bomfim (1868-1932). As ideias desses pensadores não se tornaram predominantes no período em que escreveram, mas foram retomadas mais tarde, especialmente nas décadas de 1920 e 1930.

Para Skidmore (1976), esses intelectuais podem ser considerados como dissidentes das interpretações predominantes entre o final do século XIX e início do XX, representadas pela teoria do branqueamento. Entretanto, considerando a peculiaridade das interpretações de Alberto Torres e Manoel Bomfim acerca da história nacional e do desenvolvimento do país, bem como a retomada das suas explicações por outros intelectuais brasileiros *a posteriori*, algumas elucidações desenvolvidas pelos dois autores devem ser ressaltadas e são relevantes para a presente discussão.

Alberto Torres bacharelou-se pela faculdade de Direito de São Paulo em 1886 e exerceu diversos cargos públicos. Foi Ministro da Justiça entre 1896 e 1897, presidente do estado do Rio de Janeiro entre 1898 e 1900 e membro do Supremo Tribunal Federal entre 1900 e 1909 (SKIDMORE, 1976, p. 136). O intelectual e político criticava as teorias deterministas raciais com as suas aplicações negativas sobre o povo e a nação brasileira, denunciando que as apreensões feitas pelos teóricos racistas não poderiam ser consideradas

científicas, pois as novas descobertas sobre a transmissão das características hereditárias comprovavam a inaplicabilidade das ideias racistas.

Alberto Torres defendia a necessidade de intervenções no meio em que os indivíduos viviam com o objetivo de criar um ambiente adequado para que as raças se desenvolvessem. De acordo com Skidmore (1976), Torres afirmava que as causas do atraso do Brasil estariam na escassez de educação, na nutrição carente e na higiene precária do povo brasileiro. Assim, a adaptação inteligente ao meio seria a resposta para os problemas nacionais. Dessa forma, Alberto Torres defendia que “Tal adaptação constituía o *mesmo* desafio para qualquer tipo racial que vivesse no Brasil. Para ele, ‘o problema brasileiro só poderia ser explicado *depois* da liquidação da doutrina racista’” e a partir da atenção sobre os problemas reais da sociedade brasileira (SKIDMORE, 1976, p. 137, grifo do autor).

Nessa perspectiva, considera-se que o mais relevante nas interpretações de Torres são as suas proposições anti-racistas: “Alberto Torres teve a coragem de rejeitar a moldura determinista de referência, ajudando a exorcizar o espectro da inferioridade racial e abrindo caminho para novas indagações sobre o futuro da nacionalidade brasileira” (SKIDMORE, 1976, p. 141).

No mesmo sentido, o médico Manoel Bomfim criticou as teorias racistas predominantes e a crença de que o mestiço seria degenerado e o causador do atraso do Brasil. Iniciando seus estudos em medicina na Faculdade de Medicina da Bahia²⁵, Bomfim discordava das interpretações encabeçadas por Nina Rodrigues predominantes na instituição. Entretanto, foi com Silvio Romero que Bomfim mais discutiu sobre as ideias de inferioridade racial dominantes no período.

As interpretações de Manoel Bomfim sobre a história do Brasil atribuíam o atraso da sociedade nacional (em relação às nações europeias) à história colonial do país, e não à composição racial do povo brasileiro. Para o intelectual, as teorias racistas “não passavam de justificação do *status quo* pelos fortes” (SKIDMORE, 1976, p. 134, grifo do autor). Bomfim defendia que os problemas da América Latina e do Brasil deveriam ser buscados na sua história colonial, que teria sido marcada pela exploração da colônia pela metrópole, afirmando, na mesma perspectiva de Alberto Torres, a necessidade de reformas econômicas, políticas e educacionais no país. Segundo Skidmore, para Manoel Bomfim:

²⁵ Manoel Bomfim concluiu o curso de medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1890, defendendo a tese *Das Nefrites*. (CANDELORO, PRIORI, 2009, P. 147).

A despeito de séculos de parasitismo, os latino-americanos podiam ainda vencer o seu atraso. ‘Seria preciso, apenas, corrigir, educar ou eliminar os elementos degenerados’. A *real* inferioridade da América Latina jazia na sua **falta de habitação e de educação**. Mas isso, dizia, “**é curável, é facilmente curável...**” A necessidade “imprescritível é de atender-se à instrução popular, se a América Latina se quer salvar”. Quanto ao Brasil, a luta para superar a herança colonial “não é uma luta de nacionalidades; é o eterno conflito dos oprimidos e espoliados com o explorador dominante – dos parasitados e parasitas”. (SKIDMORE, 1976, p. 135, grifo nosso).

Assim, Manoel Bomfim defendia que a melhor maneira do Brasil se livrar do atraso para se desenvolver e elevar o país ao *status* de nação civilizada, seria investindo na instrução e/ou educação do povo brasileiro. Nesse sentido, de acordo com Candeloro e Piori (2009, p. 154), “a idéia de progresso estava intrinsecamente ligada à educação e não relacionada com as questões raciais.”.

Portanto, no início do século XX, já havia críticos às teorias racistas. Posteriormente, principalmente a partir de 1915, as apreensões desenvolvidas por autores como Alberto Torres e Manoel Bomfim foram retomadas, adquirindo relevância entre a intelectualidade preocupada com os problemas da nação.

A partir daquele momento, uma nova mentalidade sobre a identidade brasileira ganhava força, buscando valorizar a realidade nacional. Este fato, segundo Skidmore (1976), pode ser constatado na voz e nas palavras de alguns intelectuais como Miguel Calmon, Gilberto Amado, Basílio de Magalhães e Afrânio Peixoto. Mesmo que não tenham se desprendido completamente das concepções de raça e de vários deles apresentarem simpatia à ideia do branqueamento, esses pensadores acreditavam (mais do que aqueles que viveram anteriormente) que o Brasil tinha solução, considerando que se o povo brasileiro fosse bem orientado, principalmente a partir da instrução ou educação, a nação alcançaria o progresso.

Nesse sentido, torna-se essencial destacar que parte dos acadêmicos da Faculdade de Direito de São Paulo também criticava, ou pelo menos questionava, o determinismo das teorias raciais predominantes no final do século XIX. Segundo Schwarcz (1993), os estudantes e professores da instituição eram mais céticos do que os adeptos da medicina legal marcada pelo determinismo racial da Faculdade de Direito de Recife.

Os juristas paulistas, apesar de reconhecerem a importância dos estudos sobre as raças para prevenir e resolver os delitos cometidos na sociedade brasileira e apesar de publicarem em sua revista artigos que abordassem o direito criminal, suspeitavam das determinações presentes nas teorias raciais. De acordo com a autora, na Faculdade de Direito de São Paulo,

defendia-se que “o bom jurista era aquele que bem se assessorava, utilizando-se ‘das modernas teorias sobre as raças’; no entanto, em suas conclusões não se submetia exclusivamente às suas determinações”. (SCHWARCZ, 1993, p. 180).

Assim, as proposições desenvolvidas na faculdade paulista estavam mais relacionadas a reformas políticas consideradas necessárias para resolver os problemas da nação do que às determinações raciais que condenavam a sociedade brasileira ao fracasso. Isso se deveu especialmente porque os acadêmicos e professores se orientavam por posturas políticas liberais e porque eles acreditavam que eram os “eleitos” para orientar a evolução da sociedade brasileira, defendendo a ação de um estado centralizado e bem orientado para alcançar a civilização. Nesse sentido, na Faculdade de Direito de São Paulo, a questão racial estava vinculada ao projeto de estado soberano que se deveria formar

A raça surgia em meio a outros fatores de caráter cultural e político [...] a crítica ao determinismo racial não implicava, portanto, descartar a perspectiva evolutiva. Os homens continuavam *desiguais*, porém passíveis de “evolução e perfectibilidade” em função da ação de um Estado soberano e acima das diferenças não só econômicas como raciais. (SCHWARCZ, 1993, p. 181 e 182, grifo da autora).

A partir das considerações expostas, identifica-se uma vertente entre os intelectuais nacionais que valorizava as possibilidades da sociedade brasileira consolidar uma nação, deixando de lado as caracterizações pessimistas em relação à composição mestiça da sociedade. De acordo com esta perspectiva, o mestiço não era considerado degenerado e determinado ao fracasso ou responsável pelo atraso visível da sociedade brasileira em relação às grandes nações. Defendia-se a necessidade de verificar os problemas reais presentes na sociedade brasileira e especialmente executar propostas que visassem transformar esta realidade. Essa corrente passou a ser mais influente entre a intelectualidade brasileira a partir da segunda década do século XX.

A eugenia no Brasil. Uma medicina social

O Jeca-Tatu não é assim, ele está assim.
(Monteiro Lobato).
O Brasil é um imenso hospital.
(Miguel Pereira).

A eugenia, ou ciência da hereditariedade, também adquiriu espaço entre os intelectuais nacionais que estavam preocupados em resolver os problemas da sociedade brasileira no início do século XX. Ela se institucionalizou no país no meio acadêmico médico, no momento em que esses profissionais se consideravam os responsáveis por diagnosticar e solucionar os problemas que impediam o desenvolvimento da nação, o que seria feito a partir da intervenção no meio social e do aprimoramento genético do povo brasileiro que fosse considerado regenerável.

Na segunda década do século XX, contexto em que a *intelligentsia* nacional apresentava-se mais otimista em relação às possibilidades de desenvolvimento da nação brasileira, as ideias eugenistas começaram a se fortalecer no país. O grande defensor da eugenia no Brasil e responsável por institucionalizar a disciplina foi o médico Renato Kehl. Na década de 1920, as Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro apresentavam um discurso influenciado pela eugenia.

Renato Kehl (1889-1974) iniciou a luta pela implantação das ideias eugenistas no país no final de 1917, convocando médicos para uma reunião em que seriam discutidas as revisões propostas ao código matrimonial brasileiro naquele ano. A partir de então, Kehl se dedicou ao estudo e defesa da ciência da hereditariedade, criando a Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP) em 15 de janeiro de 1918, da qual se tornou secretário. (DIWAN, 2007, p. 97).

A SESP contava com 140 membros, a maioria médicos, e definia-se como organização “cultura, científica e profissional, da qual fluiriam estudos científicos, conferências e propaganda sobre o fortalecimento físico e moral da ‘raça’ brasileira”. Entretanto, o que ela fazia na prática era “divulgar a idéia da eugenia e introduzir uma nova linguagem no debate brasileiro. Temas tradicionais da medicina, como alcoolismo, doenças venéreas, degeneração, fertilidade, natalidade e tuberculose, eram ligados à ‘purificação’ e à eugeniização da nação brasileira” (STEPAN, 2005, p. 56).

Em 1920, a SESP deixou de existir e a sede intelectual da eugenia passou de São Paulo para o Rio de Janeiro, acompanhando a mudança de Renato Kehl daquela para esta cidade, ao se casar com a filha de Belisário Penna (DIWAN, 2007, p. 103). Assim, outras instituições passaram a representar a eugenia no Brasil, entre elas a Liga Pró-Saneamento do Brasil (LPSB), fundada em 1918 no Rio de Janeiro por alguns médicos, e a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), fundada na mesma cidade em 1922.

É possível compreender a eugenia no Brasil a partir de duas vertentes: uma positiva e outra negativa. De acordo com Pietra Diwan (2007), a existência da ciência da hereditariedade no Brasil pode ser delimitada em duas fases. Na primeira, a eugenia esteve marcada pela defesa de medidas positivas. Assim, entre as décadas de 1910 e 1920, a disciplina esteve vinculada a práticas médicas, como o higienismo e o sanitarismo, voltadas ao saneamento e à prevenção e tratamento de doenças.

Já na segunda fase, delimitada entre o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia realizado em 1929 e a Segunda Guerra Mundial ou o final da década de 1930, a eugenia esteve marcada por uma forma mais radical, com proposições negativas, e ligada à ideia do branqueamento da população brasileira.

A influência da eugenia na literatura médica produzida na década de 1920 também é apresentada por Lilia Schwarcz (1993). A autora demonstra como as Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro divulgavam em suas revistas oficiais, a *Gazeta Medica* e o *Brazil Medico*, respectivamente, estudos e artigos afirmando a importância de medidas de caráter eugênico para a solução dos problemas do Brasil.

Segundo a autora, a *Gazeta Medica da Bahia* começou a publicar artigos em defesa de projetos eugênicos no início da década de 1920. Estes artigos, da mesma forma que os estudos sobre medicina legal e alienados, com base no darwinismo social, levavam em consideração as raças e a miscigenação existentes no Brasil para sanar o país de seus males. Entretanto, sem se voltar completamente ao determinismo racial, os estudos eugênicos entendiam que alguns indivíduos pertencentes a determinadas raças poderiam ser recuperados, prevendo “a possibilidade de um ‘ressurgimento da raça’”. (SCHWARCZ, 1993, p. 215).

Para Schwarcz (1993, p. 216-217), “parecia amadurecer uma visão comum que entendia a eugenia como forma de ‘cuidar da raça’ [prevenir] e reverter o processo que levava à total degeneração”. Dessa forma, a eugenia utilizava as teorias raciais de forma original, pois separava os “recuperáveis” ou “bons mestiços” dos “não recuperáveis” representados por alcoólatras, loucos, epiléticos e doentes. Segundo a autora (1993, p. 216-217), “as práticas

eugênicas, em vez de levarem à condenação imediata do cruzamento, previam saídas, ao menos para parte da população”.

No mesmo sentido, o discurso eugênico presente no *Brazil Medico*, especialmente a partir de 1920, separava os brasileiros em dois grupos: os regeneráveis e os não recuperáveis. Os eugenistas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, apresentando-se como solucionadores dos problemas nacionais que garantiriam um futuro melhor para o país miscigenado, concentravam seus esforços no primeiro grupo: “Era preciso **educá-los, incitá-los a casamentos desejáveis, evitar os maus hábitos e as perversões** (BM, 1920: 614)”. (SCHWARCZ, 1993, p. 232-233, grifo nosso). Segundo Schwarcz (1993, p. 235), a partir de 1930, o caráter da revista se modificou e os médicos tentavam se desvincular de modelos teóricos raciais e deterministas.

Entretanto, as abordagens com base na eugenia se modificaram no Brasil a partir de 1929. De acordo com Diwan, a criação de um periódico para a divulgação das ideias eugênicas em 1929, denominado *Boletim de Eugenia*; a realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia no mesmo ano; e a fundação do Comitê Central Brasileiro de Eugenia por Renato Kehl em 1930, representam a institucionalização da ciência da hereditariedade no Brasil e demonstram o caráter mais radical que a eugenia assumiu na década de 1930.

Apesar de haver divergências entre médicos, cientistas e intelectuais que defendiam a prática da eugenia, especialmente no que se refere aos mecanismos a serem utilizados para melhorar a raça brasileira, foi a partir de 1930 que alguns eugenistas brasileiros passaram a defender medidas *negativas* para o aprimoramento racial, tais como restrições à imigração e controle de casamentos por exames pré-nupciais, além de práticas *positivas* como a educação sexual e eugênica.

Foi também nesse período que a eugenia passou a fazer parte das políticas públicas e influenciou algumas decisões políticas no Brasil. Nesse sentido, segundo Diwan (2007, p. 117), um deputado e professor paulista, Pacheco e Silva, conseguiu a aprovação do artigo 138b na Assembleia Constituinte de 1932, que instituiu a obrigação a municípios, estados e União de investirem na educação eugênica.

No mesmo ano, o Ministério do Trabalho encarregou ao Comitê Central Brasileiro de Eugenia pensar os problemas da imigração para o Brasil. O resultado foi apresentado à Assembleia Nacional Constituinte (1933-1934) pela Comissão de Imigração que propunha restrições à entrada de imigrantes asiáticos e judeus no país, por serem considerados não-assimiláveis socialmente. De acordo com Diwan (2007, p. 119, grifo nosso), “essa postura

negativa estava de mãos dadas com a ideologia nazi-fascista e com as políticas imigratórias norte americanas” do período.

No mesmo sentido, Stepan atenta para o fato de que, na década de 1930, a eugenia esteve ainda mais presente na sociedade brasileira, alcançando o setor político, especialmente porque o contexto, marcado nacionalmente pela Revolução de 1930 e internacionalmente pela Grande Depressão e pela ascensão dos movimentos fascistas, propiciava as ideias autoritárias. Nas palavras da autora (2005, p. 61), “O ideal eugênico de uma sociedade racionalmente administrada e medicamente purificada transcendia os conflitos de classe e era compartilhado por outras ideologias nacionalistas, antidemocráticas e corporativistas que floresciam no mesmo período.”

A eugenia entrou em decadência no Brasil a partir da Segunda Guerra Mundial, em consonância com o contexto internacional que questionava as implicações racistas, autoritárias e violentas da ciência da hereditariedade, devido principalmente à sua vinculação ao regime nazista alemão.

A partir das discussões expostas neste capítulo, é possível apreender que na década de 1930, contexto em que a Ação Integralista Brasileira existiu, havia várias concepções acerca da nação brasileira e da sua composição étnica. Conforme observado, entre o final do século XIX e início do XX, a *intelligentsia* nacional desenvolveu várias formulações sobre a consolidação da nação no Brasil, considerando a constituição mestiça do povo brasileiro.

Apesar do enorme debate sobre o assunto e da infinidade de propostas apresentadas, a elite intelectual e política nacional entrava para a década de 1930 com a sensação de que a nação brasileira ainda estava por ser consolidada, ainda mais porque a “velha” república acabara de ser destituída. Naquele contexto, a Ação Integralista Brasileira apresentava-se como alternativa para criar a *verdadeira* nação no país. Nesse sentido, no próximo capítulo será demonstrado como o movimento integralista apresentou seu projeto de nação para o Brasil, e como a questão racial estava presente neste projeto.

CAPÍTULO II

Nacionalismo e questão racial na proposta de (re)construção da nação brasileira desenvolvida pela Ação Integralista Brasileira na década de 1930

Concito-vos Brasileiros dignos a estudar o Integralismo, porque nelle se assenta a pedra angular da reconstrucção nacional²⁶.

(Alarico de Menezes²⁷).

Durante a década de 1930, o Brasil passou por alterações políticas, sociais e econômicas, que influenciaram a forma com que políticos e intelectuais pensavam a resolução dos problemas nacionais. No início do decênio a estrutura política vigente no país foi modificada com a denominada Revolução de 1930, que derrubou a “velha” república e instituiu um governo provisório sob a presidência de Getúlio Vargas.

Essa transformação tinha como principal propósito acabar com a chamada política dos governadores que caracterizara a República do Café com Leite – por meio da qual São Paulo e Minas Gerais revezavam-se no poder presidencial –. Nesse sentido, os envolvidos na deflagração da revolução utilizavam o argumento de que era necessário construir um novo tipo de política no Brasil, pelo qual o interesse nacional superasse o regional característico até então. Assim, os políticos e intelectuais nacionais entendiam que era o momento de propor reformas e instituí-las na sociedade, a fim de consolidar a unidade nacional e reconstruir a nação brasileira.

Com o mesmo objetivo, foi criada a Ação Integralista Brasileira (AIB) ou Integralismo. Esta organização política apresentava como principal proposta a (re)construção da nação, ou unidade nacional, no país, com base no que considerava os aspectos genuinamente brasileiros, entre eles a raça ou povo brasileiro. Nessa perspectiva, no presente capítulo, será demonstrado como a questão racial está relacionada ao nacionalismo defendido pela AIB e ao tipo de nação proposto por ela para o Brasil. A abordagem será feita a partir da

²⁶ A grafia original dos textos utilizados para este trabalho será mantida.

²⁷ Revista *Anauê!*, n. 8, p. 31, ago 1935.

análise da historiografia que estuda o Integralismo e de textos publicados na imprensa da Ação Integralista Brasileira na década de 1930.

Conforme verificado, na década de 1930, havia várias perspectivas a respeito da nação e das reformas necessárias para a sociedade brasileira, considerando a relação entre a identidade nacional e a composição étnica da população do país. Assim, diversas conclusões acerca das possibilidades do Brasil se constituir como nação civilizada haviam sido propostas até o momento de surgimento da AIB.

Entre elas havia desde aquelas que condenavam a nação brasileira ao fracasso, considerando o povo mestiço degenerado; até a teoria do branqueamento, que defendia a regeneração das raças consideradas inferiores (negros e índios) pela sua amalgamação com a raça avaliada como superior (branca); passando pela valorização do mestiço como o elemento diferenciador da nação brasileira. Dessa forma, na década de 1930, a constituição racial ou étnica do povo era essencial para se pensar a nacionalidade e a nação no Brasil.

Desde pelo menos a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a ideia de que o Brasil daria certo como nação se tornou mais influente entre a *intelligentsia* nacional do que aquelas que condenavam a sociedade brasileira ao fracasso devido à sua composição racial. A partir de então, as iniciativas visando concretizar a nação brasileira se tornaram constantes e a consolidação da nação no Brasil passou a ser considerada mais palpável pela elite intelectual e política nacional. Isto porque as ações da guerra eram caracterizadas como desumanas e autodestrutivas das nações europeias, o que demonstraria a desestabilização do velho mundo e seu provável declínio em contraposição à ascensão do novo mundo.

Naquela conjuntura, considerava-se que o Brasil se desenvolvia internamente, principalmente pela diversificação das atividades industriais pela qual passava. Ao mesmo tempo, buscava-se demonstrar a importância externa do país, devido à sua participação (a partir de outubro de 1917) no conflito mundial que envolvia as grandes nações do planeta. É evidente que a participação do Brasil na guerra não foi essencial para o resultado do conflito. Porém, é necessário considerar o impacto que essa participação teve na formulação de ideias que consideravam o Brasil em via de alcançar o progresso e a civilização, características das nações desenvolvidas.

Nesse sentido, um exemplo interessante é a criação da Liga de Defesa Nacional no Rio de Janeiro, em 1916, por um grupo de proeminentes intelectuais do período formado por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon, entre outros. Os objetivos de indicar mecanismos para a solidificação da nação, a partir de reformas na sociedade, podem ser constatados na

seguinte parte do discurso proferido por Olavo Bilac no dia da fundação da Liga, 7 de setembro de 1916:

O paiz já sabe, pela rama, o que esta Liga pretende fazer: estimular o patriotismo consciente e cohesivo; propagar a instrução primaria, profissional-militar e cívica; e defender: com a disciplina - o trabalho; com a força - a paz; com a consciência - a liberdade; e com o culto do heroísmo a dignificação da nossa historia e a preparação do nosso porvir. O *intuito principal* dos que nos animam é este: **a fundação de um centro de iniciativa e de encorajamento, de resistência e de conselho, de perseverança e de continuidade para acção dos dirigentes e para o labor tranquilo e assegurado dos dirigidos.** (BILAC, 1916, grifo nosso)²⁸.

A partir de então, tornava-se mais evidente o empenho da elite intelectual para fortalecer o sentimento nacional na população brasileira, dirigindo suas ações para desenvolver a nação. Dessa forma, verifica-se o fortalecimento de um nacionalismo prático em oposição ao nacionalismo ufanista ou romântico predominante no final do século XIX.

Nessa perspectiva, destaca-se o movimento modernista na década de 1920. Parte da intelectualidade nacional se engajou no Modernismo que, iniciado como movimento literário e artístico, adquiriu posições políticas dividindo-se em quatro tendências, com orientação política na *esquerda* ou na *direita*.

De acordo com Trindade (1979), o nacionalismo estava presente em todas as tendências do movimento modernista, e os envolvidos nessa renovação literária e artística no Brasil rompiam com o passado, ao mesmo tempo em que seu interesse estético dava lugar ao interesse político. Para o mesmo autor (1979, p. 44), apesar das diferenças ideológicas entre as tendências, “há um fundo comum a todos eles, que é o *nacionalismo*”. Plínio Salgado, futuro chefe da AIB, se envolveu em uma das tendências, a denominada nacionalista, de orientação política de direita, que, juntamente com a tendência espiritualista, constituiria parte importante da elite intelectual e dirigente do Integralismo.

Em meio às preocupações e proposições de reformas políticas, o entendimento sobre a constituição racial do Brasil e o seu papel na consolidação da nação também se modificava. Dessa forma, é possível ter em mente a existência de dois momentos entre o final do século XIX e o início do XX, no que se refere à utilização do termo raça.

²⁸ A Ata de fundação da Liga de Defesa Nacional – LDN –, com o discurso de Olavo Bilac, assim como o primeiro estatuto podem ser encontrados no sítio oficial da LDN. Disponível em: <<http://www.ligadedefesanacional.org.br/primeiroestatuto.htm>> (Acesso em 30-06-2010).

No primeiro momento, de 1870 até a Primeira Guerra Mundial, as formulações acerca da nação brasileira mais presentes entre a intelectualidade nacional utilizavam o termo raça considerando a sua concepção biológica e determinista e, portanto, avaliando a consolidação da nação brasileira como praticamente irrealizável. Apesar de, no primeiro período, alguns intelectuais e políticos apresentarem-se contrários ao determinismo racial, era esta concepção que prevalecia.

No segundo momento, as interpretações sobre a constituição racial da população nacional se tornavam menos deterministas biologicamente. Os problemas nacionais relacionados ao povo brasileiro passaram a ser vinculados mais às doenças, ao mal cuidado e à má educação dos patricios, afirmando-se que eles estariam esquecidos pelas autoridades, e menos à composição racial da população brasileira. Nesse sentido, apresentavam-se propostas de políticas voltadas à prevenção de doenças e à educação, demonstrando-se a crença na possibilidade de curar o brasileiro mestiço que havia sido condenado à degenerescência até então.

Assim, na década de 1920, a raça, no sentido biológico e como determinante da nação brasileira, perdia força, ao mesmo tempo em que o termo cultura adquiria maior evidência entre a intelectualidade e no meio acadêmico brasileiro, devido principalmente às influências do culturalismo nas ciências sociais e humanas. Dessa forma, na década de 1930, o termo raça, apesar de ainda ser utilizado, perdia sua conotação biológica e determinista, conforme destacado por Renato Ortiz (2006):

Com a Revolução de 30 as mudanças que vinham ocorrendo são orientadas politicamente, com o Estado procurando consolidar o próprio desenvolvimento social. **Dentro deste quadro, as teorias raciológicas tornam-se obsoletas, era necessário superá-las, pois a realidade social impunha um outro tipo de interpretação do Brasil.** A meu ver, o trabalho de Gilberto Freyre vem atender a esta “demanda social”. (ORTIZ, 2006, p. 40, grifo nosso).

Nessa perspectiva, no momento em que as discussões sobre a nação brasileira recebiam novo fôlego, ou seja, na década de 1930, as teorias deterministas raciais perdiam espaço para aquelas que tendiam a valorizar o mestiço como elemento diferenciador da sociedade brasileira. Foi também nesse decênio que Getúlio Vargas investiu na imagem do mestiço como representante da nacionalidade e povo brasileiro, principalmente a partir do momento em que institucionalizou o Estado Novo.

Nesse sentido, a obra clássica de Gilberto Freyre publicada em 1933, *Casa Grande e Senzala*, merece ser mencionada. Nessa pesquisa, Freyre defende a colaboração cultural das três etnias que compõem o país desde o período colonial para a formação e constituição da nação brasileira. Desde o seu lançamento, o trabalho passou a ser referência para os estudos sobre a história do Brasil e sobre a população brasileira, além de ser alvo de inúmeros debates e críticas, especialmente a partir da década de 1950²⁹.

Mesmo que haja discussões sobre as mudanças no conceito de raça, questionando se elas realmente atingiram as interpretações acerca da população nacional e da consolidação da nação brasileira ou se a modificação ocorreu somente na nomenclatura, ou, ainda, se na década de 1930 os trabalhos com base no culturalismo apresentam ou não aspectos racistas³⁰; o fato é que o determinismo racial, que caracterizou e predominava nas interpretações sobre o Brasil na maioria das pesquisas e pensadores no final do século XIX, estava menos evidente na década de 1930.

Novos argumentos haviam sido desenvolvidos com base em estatísticas dos sanitaristas e higienistas e novas propostas educacionais e de saneamento haviam sido formuladas como respostas aos problemas do atraso da sociedade brasileira em relação às civilizadas nações europeias. Assim, novas interpretações sobre a história e sobre as possibilidades de desenvolvimento do Brasil haviam sido articuladas, proporcionando o fortalecimento do nacionalismo entre a elite política e intelectual brasileira. Essas modificações, portanto, estiveram presentes na criação e na organização ideológica da Ação Integralista Brasileira, a partir de 1932.

²⁹ Sobre os debates acerca do trabalho de Gilberto Freyre, é necessário destacar as críticas ao que foi denominado “mito da democracia racial”. Este termo é utilizado para fazer referência às análises do sociólogo por meio das quais ele defende que a existência de relações amistosas entre as três raças (branca – portugueses –, negra e índia) durante o processo de colonização teria proporcionado a miscigenação do povo e da cultura nacionais, que caracteriza a peculiaridade da nação brasileira. As primeiras críticas foram articuladas nos trabalhos desenvolvidos por cientistas sociais, brasileiros e estrangeiros, envolvidos no projeto Unesco da década de 1950 que visava desenvolver estudos sobre as relações raciais no Brasil. Entre eles, vale destacar a relevância das pesquisas de Florestan Fernandes (1964 e 1972).

³⁰ Lourdes Martínez-Echazábal (1996) defende que a mudança na utilização do termo raça por cultura na década de 1930 foi feita somente em termos teóricos. Para esta autora, o que houve foi uma *racialização da cultura* feita por autores como Gilberto Freyre e Arthur Ramos.

Criação e organização da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)

A Ação Integralista Brasileira (AIB) existiu oficialmente entre 1932 e 1937, no contexto em que o governo de Getúlio Vargas começava a forjar uma ideologia nacionalista para o país, com o objetivo de estabelecer uma nacionalidade para o Brasil³¹. Para tanto, o governo central conduziu programas e promoveu reformas em diversos setores como educação, economia e política, entre outros, especialmente depois da instituição do Estado Novo em 1937.

Com a finalidade de mobilizar toda a sociedade brasileira, o governo de Vargas utilizou vários mecanismos que iam desde a propaganda pelo rádio, imprensa escrita, paradas cívicas, cartilhas das escolas, etc.; até a repressão (especialmente depois da implantação do Estado Novo), passando por modificações na legislação, como a outorga da Constituição de 1937 e a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943³². Esta última visava entusiasmar os trabalhadores nacionais e foi bastante divulgada como responsável por resolver os problemas dos operários brasileiros, contribuindo para afirmar a denominação de “pai dos pobres” pela qual Getúlio Vargas ficou conhecido³³.

As medidas implementadas por Vargas demonstram o caráter nacionalista e autoritário do seu governo, em que parte da elite intelectual nacional esteve presente. Dessa forma, as reformas que foram empreendidas durante todo o período em que Getúlio Vargas esteve no poder, desde o governo provisório até a implantação do Estado Novo (1937)³⁴, teve participação de intelectuais como Francisco Campos (1891-1968), Gustavo Capanema (1900-1985), Cassiano Ricardo (1895-1974) e Osvaldo Aranha (1894-1960), entre outros, que podem ser caracterizados como políticos e/ou intelectuais nacionalistas. É importante ressaltar que essa intelectualidade estava preocupada em desenvolver a nação brasileira, formulando propostas para tanto.

³¹ Sobre o nacionalismo na era Vargas, ver Lauerhass (1986). Apesar de o autor parecer elogiar os aspectos nacionalistas do governo Vargas, apresenta uma discussão importante sobre o nacionalismo no Brasil desde o final do século XIX até o Estado Novo.

³² Alcir Lenharo (1986) apresenta uma análise interessante sobre as reformas implantadas durante o Estado Novo e os mecanismos utilizados por Getúlio Vargas para atingir todos os setores da sociedade brasileira.

³³ A respeito da CLT e sua relação com os movimentos dos trabalhadores no Brasil, *vide* Munakata (1981) e French (2001).

³⁴ Sobre a participação dos intelectuais no poder e o seu papel na construção da nacionalidade brasileira na década de 1930, ver Velloso (2003).

Ao assumir o governo provisoriamente em 1930, Getúlio Vargas procurou neutralizar as diferentes forças da sociedade para que não houvesse oposição ao poder central, provavelmente com a finalidade de preparar uma base que apoiasse sua manutenção no poder. Para tanto, manteve boas relações com o Exército e com grande parte dos políticos que participaram da *Aliança Liberal* e da tomada do poder em 1930. De acordo com Levine (1980, p. 20), até a promulgação da Constituição de 1934, “Vargas concentrou seus [...] esforços na consolidação da coalizão que o levara ao poder e na criação de uma base popular, mas não fez qualquer esforço para formular um programa consistente ou uma ideologia política”.

No contexto de reordenação da política nacional, a intelectualidade brasileira cobrava uma atitude nacionalista do novo governo e acusava a velha república de agir com descaso em relação à unidade nacional do Brasil. Nesse sentido, entendia-se como primordial que as pessoas envolvidas no rompimento da República do Café com Leite se mobilizassem e organizassem instituições políticas capazes de guiar ideologicamente as mudanças estruturais, fosse na política ou na sociedade brasileira.

Contudo, até 1932, apesar de haver instituições com caráter ideológico definido (inclusive, algumas foram articuladas por Plínio Salgado para a formação da AIB), as forças políticas eram esparsas e não apresentavam propostas específicas de reformulação da nação brasileira. Os grupos de pressão política dividiam-se entre os opositoristas ao governo que defendiam a imediata convocação de uma Constituinte, formados basicamente por liberais, de um lado; e aqueles que defendiam a manutenção do regime discricionário, basicamente os tenentistas, por outro lado. (TRINDADE, 1979, p. 78-79).

Dessa forma, até aquele ano, não houve o surgimento de movimentos políticos nacionais organizados e ideologicamente orientados com um projeto de sociedade (nação) para o Brasil. Com o objetivo de estabelecer uma nova nação no país, a Ação Integralista Brasileira (AIB) foi fundada por Plínio Salgado, com a divulgação de um documento conhecido como *Manifesto de Outubro*, em 07 de outubro de 1932. A construção da nova nação no Brasil preconizada pela AIB valorizava os aspectos que o movimento político considerava nacionais, atestando, assim, o caráter nacionalista que o movimento assumiu desde o início.

No sentido oposto da orientação política integralista, foi fundada, posteriormente, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935. Apoiada pelo Partido Comunista Brasileiro, a

organização também objetivava reconstruir a nação brasileira, mas adotando um modelo diferente (e oposto) ao da AIB, ou seja, com a implantação do socialismo.

Assim, no período que Levine (1980) denominou como “anos críticos” (1934-1937) do governo Vargas, a política nacional ficou dividida entre as duas organizações que apostavam na mobilização das massas para atingir seus objetivos: a Ação Integralista Brasileira (AIB), cuja orientação política deve ser considerada *direita*; e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), caracterizada como *esquerda*. Segundo Levine (1980, p. 45), “Aqueles que tomaram posição política ativa na década de 1930 uniram-se a um dos dois movimentos que advogavam mudanças drásticas”.

Dessa forma, foi no contexto marcado internamente pela necessidade de (re)construir uma ordem política nacional; e internacionalmente pelo fortalecimento de ideias e organizações políticas de extrema direita (fascistas) – que se apresentavam como solução para os problemas econômicos e sociais advindos com a Primeira Guerra Mundial e com a crise econômica de 1929 – que Plínio Salgado organizou a Ação Integralista Brasileira. Ela, por sua vez, refletia as aspirações e discussões do momento.

A AIB foi criada a partir da Sociedade de Estudos Políticos (SEP), instituição organizada em março de 1932 por um grupo de intelectuais paulistas, inspirados por Plínio Salgado. O objetivo da SEP era reunir os intelectuais do estado para debater os problemas nacionais e apresentar soluções para eles³⁵.

Na SEP, Plínio Salgado conseguiu o apoio de líderes de outras instituições de caráter autoritário, garantindo sua liderança na futura AIB. Entre essas organizações, de orientação política de direita, destacam-se a Legião Cearense do Trabalho, fundada por Severino Sombra em Fortaleza; a Ação Social Brasileira, criada por J. Fabrino que pretendia transformá-la no Partido Nacional Fascista; o Partido Nacional Sindicalista, criado por Olbiano de Mello, que viria a ser um importante ideólogo da AIB; e a Ação Imperial Patrianovista Brasileira, que se desdobraria no movimento Patrianovista, cujo principal líder na década de 1930 foi Arlindo Veiga dos Santos, que também exerceu a presidência da Frente Negra Brasileira entre 1931 e 1934. (TRINDADE, 1979, p. 103-116).

³⁵ A primeira reunião para a formação da Sociedade de Estudos Políticos foi realizada em 24 de fevereiro de 1932, na sede do jornal *A Razão*, para o qual Plínio Salgado escrevia uma coluna diária denominada *Nota Política* (divulgada entre junho de 1931 e abril de 1932). A partir da coluna, Salgado pretendia orientar ideologicamente o governo provisório. A liderança de Salgado na SEP permite considerar a sua importância na instituição, bem como seus esforços para chefiar os trabalhos dentro dela. Sobre a coluna *Nota Política* e a fundação da AIB a partir da SEP, ver Trindade (1979, p. 77-85; e p. 116-125).

Institucionalmente, a AIB foi organizada por iniciativa de Plínio Salgado como comissão técnica da SEP, voltada às ações práticas da instituição, ou seja, à difusão das suas ideias pelo país. Nas palavras de Salgado, o objetivo da nova comissão técnica da SEP, ou seja, da AIB, era “transmitir ao povo, em uma linguagem simples, os resultados dos estudos e as bases doutrinárias da SEP”. (SALGADO *apud* TRINDADE, 1979, 122).

O Manifesto de Outubro foi redigido por Plínio Salgado ainda no interior da SEP, como um documento que apresentaria publicamente a AIB. Ele foi apresentado em duas sessões da Sociedade realizadas no mês de junho de 1932. Na primeira sessão, o manifesto foi lido para os membros da SEP, e lhes foi solicitado que trouxessem sugestões para a próxima sessão, caso avaliassem serem necessárias modificações no texto; e na segunda, o documento foi aprovado praticamente sem alterações. O Manifesto deveria ter sido divulgado entre junho e julho de 1932, no entanto, com o desdobramento da Revolução Constitucionalista Paulista (julho a outubro de 1932), sua apresentação ao “povo brasileiro” foi adiada para o dia 7 de outubro do mesmo ano. (TRINDADE, 1979, p. 123).

Com a publicação do Manifesto em outubro de 1932, começou a ser traçada a estrutura administrativa da AIB que se constituiu de forma hierárquica, dividida em Núcleos, Províncias, Diretorias (depois transformadas em Secretarias) e Chefia Nacional. Esta representava o poder máximo do movimento que foi exercido pelo seu idealizador e criador, Plínio Salgado, durante toda a existência da AIB. O modelo administrativo da instituição deveria ser mantido quando ela assumisse o poder político no Brasil e implantasse o Estado Integral.

A AIB manteve uma organização paramilitar seguindo o modelo das organizações similares dos partidos fascistas europeus. A existência oficial da Milícia integralista durou até 1935, quando foi promulgada a Lei de Segurança Nacional (em 04 de abril de 1935) por Getúlio Vargas proibindo a organização e permanência de milícias fora do quadro do poder federal. A partir de então, a Milícia da AIB foi transformada em associação esportiva, e em 1936 passou a fazer parte da Secretaria de Educação Moral, Cívica e Física, devido a reorganização da estrutura administrativa da AIB. Entretanto, o seu caráter paramilitar foi evidente durante toda a existência do movimento político integralista. (TRINDADE, 1979, p. 183 e p. 297).

A propaganda, a simbologia e a ritualística eram mecanismos muito utilizados pela AIB para difundir os seus ideais e também para arregimentar adeptos ao movimento. Além disso, com o objetivo de divulgar as decisões da chefia nacional e disseminar a doutrina e

ideologia integralista, a AIB possuía um grande número de periódicos em todo o território nacional.

A imprensa integralista era muito bem organizada e contava com um número considerável de jornais e revistas de circulação nacional, regional e/ou local, chegando a contabilizar 138 periódicos ao longo da existência da AIB. A diversidade e a quantidade de periódicos explicam o fato de que o objetivo da imprensa integralista era atingir todos os setores da sociedade brasileira: intelectuais, militantes, mulheres, crianças, operários, etc.³⁶.

No ano de 1935, a AIB passou a contar com a *Sigma Jornaes Reunidos*, uma empresa jornalística criada pela organização política seguindo o modelo da imprensa comercial do período. Naquele ano, a AIB contou com 88 periódicos. De acordo com Oliveira (2009, p. 18), a *estrutura de imprensa* integralista era “uma organização conscientemente montada com o objetivo de difusão ideológica e expansão da ideologia da AIB junto à sociedade brasileira”.

O jornal *A Offensiva* deve ser considerado um dos mais importantes periódicos dessa *estrutura de imprensa*. Somente ele e o *Monitor Integralista*³⁷ circulavam no meio integralista com abrangência nacional, pois eram os instrumentos oficiais da imprensa da AIB. Enquanto o *Monitor* estava voltado para a divulgação das decisões do chefe e das informações referentes à organização da AIB, *A Offensiva* era utilizada para a propagação da doutrina e/ou ideologia integralista³⁸.

A simbologia e a ritualística também eram ferramentas muito importantes para o Integralismo. A AIB possuía uniforme, bandeira, símbolo, hino, palavra de ordem e rituais para diversos acontecimentos. Segundo Cavalari (1999, p. 38), todos esses aspectos foram compilados em uma publicação de 1937, denominada *Protocolos e Rituais*. Nela demonstrava-se o comportamento adequado aos integralistas nas sedes (nucleares ou provinciais) do movimento e até mesmo na vida social e familiar.

O camisa ou a blusa verde³⁹ poderia (e deveria) demonstrar seu pertencimento à AIB em eventos sociais como batizados, casamentos e funerais, por exemplo. Além disso, havia o

³⁶ Sobre a *estrutura de imprensa* integralista, vide Cavalari (1999) e Oliveira (2009).

³⁷ O *Monitor Integralista* era o periódico que divulgava os assuntos oficiais da AIB, como as ordens do chefe nacional e os regimentos e estatutos internos do movimento. Apresentava-se com a função de orientar a organização e a administração interna da AIB. Este jornal deveria ser adquirido por todos os núcleos integralistas, atestando o objetivo que a AIB tinha de uniformizar a sua organização administrativa.

³⁸ A forma e a “vida” do jornal *A Offensiva* serão melhores explicitadas no próximo capítulo.

³⁹ Os homens integralistas eram denominados “camisas verdes”, e as mulheres integralistas eram chamadas “blusas verdes”, fazendo alusão ao uniforme (específico para cada gênero) que deveria ser usado por todos os

ritual de iniciação do integralista e a realização de cerimônias nas datas comemorativas do movimento. Tudo isso com o evidente objetivo de transmitir e/ou fortalecer a ideologia integralista. Entre as cerimônias comemorativas da AIB, destaca-se *A Noite dos Tambores Silenciosos*, que deveria ser realizada no dia 07 de outubro, em comemoração à data de surgimento da AIB e também como forma dos integralistas demonstrarem sua insatisfação com a extinção da sua Milícia pelo governo, a partir de 1935⁴⁰.

Além dos rituais e das comemorações, grandes marchas (ou desfiles, como os integralistas denominavam) de militantes uniformizados com camisas verdes contendo o *sigma* costurado na manga, eram organizadas pelas Forças Integralistas (FI)⁴¹ e realizadas com o objetivo de divulgar o movimento e demonstrar a força da organização.

A letra grega em maiúsculo *sigma* (Σ) era a insígnia da AIB, e estava na bandeira integralista, de cor azul, com o símbolo em cor preta dentro de um círculo branco. A soma, significado do *sigma* na matemática, representaria a integração e/ou o desejo de integrar todos os cidadãos brasileiros na unidade nacional. O cumprimento ou saudação integralista era feito com o braço direito levantado (semelhante ao gesto utilizado pelos nazistas) seguido do pronunciamento da palavra de ordem *Anauê*, palavra de origem tupi que significa “Você é meu amigo” (BERTONHA, 2000b, p. 66), o que também demonstraria o caráter brasileiro do movimento.

A AIB delineou sua organização, funcionamento e ideologia ao longo da sua existência. Em março de 1935, no II Congresso Integralista realizado em Petrópolis, o estatuto da Ação Integralista Brasileira foi modificado. O novo estatuto estabelecia o movimento como partido político, o que foi muito importante para o seu fortalecimento na política nacional. A forma da organização modificou-se de associação nacional de direito privado para associação civil e partido político, demonstrando o intuito de redirecionar as ações do movimento em prol dos seus objetivos de chegar ao poder e instituir o estado integral no Brasil.

A partir da modificação do estatuto, os objetivos de participar das eleições tornaram-se evidentes, assim como os esforços para lançar e eleger candidatos em todas as eleições. Os

militantes nas reuniões e eventos públicos do movimento, bem como nos diversos eventos sociais dos quais participassem.

⁴⁰ Outras comemorações e/ou festividades comemorativas da AIB, bem como a descrição dos rituais integralistas podem ser verificados em Trindade (1979, p. 188-198), Cavalari (1999), Bertonha (2008, p. 245-265) e Fagundes (2009).

⁴¹ Sobre as Forças Integralistas (FI), sua estruturação e reestruturação, ver Trindade (1979, p. 161-198).

anos de 1936 e 1937 foram de grande destaque nesse sentido. Em 1936, a AIB conseguiu eleger número considerável de vereadores e deputados estaduais. O partido teve ainda um deputado federal eleito pelo estado do Ceará, Jeová Motta.

No ano de 1936 também foi empreendido maior esforço na fundação de escolas alfabetizadoras e, principalmente, de postos de alistamento de eleitores pela AIB. A Constituição de 1934 mantivera o requisito da alfabetização para o alistamento eleitoral, por isso, o empenho do movimento em alfabetizar os integralistas para torná-los eleitores era considerado fundamental para que o partido chegasse ao poder por meio do voto. Assim, o alistamento eleitoral precisava ser priorizado pelos líderes locais e regionais, que, segundo orientação da liderança integralista, deveriam organizar postos de alistamento nas sedes dos núcleos, sobretudo naquele momento.

No mesmo sentido, a partir de 1936, a AIB se empenhou na campanha para a candidatura de um representante do movimento à eleição presidencial. Assim, precisava angariar o máximo de eleitores para apoiar e votar na AIB. Em janeiro do mesmo ano lançou o *Manifesto-Programma*, contendo a plataforma com a qual o candidato à presidência pelo partido participaria das eleições. O documento foi publicado no jornal *A Offensiva* em junho de 1937, quando Plínio Salgado já era candidato oficial da AIB à presidência e as eleições, que deveriam ocorrer em 1938, estavam próximas⁴².

No entanto, o golpe de estado executado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, instituindo o denominado Estado Novo, e a conseqüente proibição da existência de partidos políticos no Brasil a partir do início do mês de dezembro marcaram o fim da Ação Integralista Brasileira como movimento e/ou partido político.

Dessa forma, a partir daquele momento, a Ação Integralista Brasileira foi transformada em Associação Brasileira de Cultura (ABC) para destituir-se de seu caráter político. Existiu como tal até maio de 1938, quando, depois de uma tentativa frustrada de tomada de poder por alguns ex-integralistas, foi extinta por Getúlio Vargas. A partir de então, Vargas exilou alguns dos principais líderes do movimento integralista, inclusive Plínio Salgado, que permaneceu em Portugal entre 1939 e 1945.

Em relação à ideologia integralista, inúmeras discussões têm sido elaboradas a respeito do assunto. Contudo, é possível definir algumas características como parte do ideário integralista, que estavam presentes tanto nos textos doutrinários quanto nos meios oficiais de

⁴² A publicação do documento no periódico consta como Figura 4 nos anexos deste trabalho.

doutrinação (imprensa) da AIB. São elas: nacionalismo, anticomunismo, antiliberalismo, antidemocracia, espiritualismo, disciplina, ordem, hierarquia⁴³. O aspecto da ideologia integralista mais importante a ser discutido para o presente trabalho é o nacionalismo, conforme será demonstrado a seguir.

O nacionalismo na Ação Integralista Brasileira

O principal objetivo da Ação Integralista Brasileira era chegar ao poder para implantar um governo forte – antiliberal e antidemocrático – capaz de criar no Brasil um novo tipo de sociedade, com base nos seus princípios ideológicos. Apesar da diversidade na defesa e no impacto desses princípios entre os ideólogos, doutrinadores e militantes integralistas, e, apesar dos diferentes motivos que determinavam a filiação dos militantes à AIB, as características ideológicas elencadas acima apareciam frequentemente na propaganda política integralista.

Em meio à diversidade de opiniões e à subjetividade da motivação para entrar para as fileiras da AIB, é possível inferir que, mesmo não sendo o motivo de adesão da maioria dos integralistas ou a característica mais valorizada por todos os doutrinadores e ideólogos do movimento político, o nacionalismo era essencial para a AIB, pois representaria o ponto comum a todos os brasileiros.

Nesse sentido, o nacionalismo pode ser entendido como um elemento fundamental para angariar adeptos ao movimento. Ao mesmo tempo em que, para a AIB, o nacionalismo presente na sua doutrina demonstrava as aspirações da pátria e de todos os seus componentes (povo, política, cultura, etc.), comprovava as intenções nacionalistas do movimento integralista, sendo este apresentado como o verdadeiro responsável pela restauração dos valores nacionais e da (re)organização da nação brasileira.

Assim, com o propósito de chegar ao poder e consolidar no Brasil um governo forte, centralizado e autoritário, a AIB defendia que era necessário organizar no país uma sociedade que integrasse todos os brasileiros, na qual não houvesse espaço para conflitos. Esta sociedade

⁴³ As características ideológicas da Ação Integralista Brasileira e sua vinculação ou não à ideologia fascista foram bastante debatidas pela historiografia sobre o assunto. Entretanto, atualmente parece haver um consenso entre os pesquisadores sobre o tema que possibilita caracterizar a Ação Integralista Brasileira como movimento político de caráter fascista. Nesta perspectiva, na presente pesquisa, considera-se o caráter fascista da AIB conforme arriscamos demonstrar neste capítulo a partir da caracterização da organização e ideologia da AIB. Assim, as bases teóricas utilizadas para a caracterização da AIB como fascista são, principalmente, os estudos de Trindade (1979), Cavalari (1999), e Bertonha (2005; 2008).

integradora e sem conflitos constituiria a *nação integral*, que somente poderia ser alcançada pela ascensão do movimento integralista ao poder.

Para criar a nova nação seria imprescindível recuperar os valores brasileiros que a AIB considerava como representantes da identidade nacional, como a história, a cultura e os costumes do povo, por exemplo. Entre os valores nacionais, a *raça brasileira* merecia atenção especial. Considerada ainda em processo de formação, a “raça brasileira” seria representada pela miscigenação dos três povos que compunham o país desde o processo de colonização. Então, esta característica deveria ser preconizada para a consolidação do povo e da nação brasileira. Além disso, para a solidificação da unidade nacional seria necessária a integração de toda a diversidade presente no país.

Dessa forma, o caráter nacionalista da AIB e a proposta de (re)construção da nação brasileira podem ser entendidos a partir da valorização da harmonia social e da unidade nacional, no sentido de que, para a AIB, a existência de fatores causadores de desordem na sociedade prejudicariam a unidade nacional e o desenvolvimento da nação. Entre esses fatores desagregadores da pátria brasileira estariam o liberalismo e o comunismo, ideologias consideradas estrangeiras e por isso “alienígenas” à sociedade brasileira, o que será melhor discutido adiante.

Nessa perspectiva, a AIB defendia a integração nacional a partir da necessidade de homogeneizar todos os elementos que fizessem parte da sociedade brasileira, ou seja, a unidade nacional não estava relacionada apenas à questão territorial.

O nacionalismo era imprescindível para o movimento integralista, o que pode ser demonstrado pela sua presença no lema da AIB que apresenta os princípios preconizados pelo partido: “*Deus, Pátria e Família*”. Assim, a nação estaria ao lado da religião e da família como elementos fundamentais a serem defendidos e valorizados por todos os integralistas.

O documento de fundação da organização, o Manifesto de Outubro de 1932⁴⁴, também evidencia a importância da pátria para a AIB, bem como o caráter nacionalista do movimento. Nos itens intitulados *Como entendemos a nação brasileira* e *O nosso nacionalismo*, especialmente neste último, é possível observar a defesa da necessidade de unificar todos os

⁴⁴ Para as citações do Manifesto de Outubro neste trabalho utiliza-se a publicação do texto no jornal integralista *A Offensiva*, edição de 13 de junho de 1937, ano IV, n. 513, p.2. Assim, a partir de agora o documento será apenas nomeado e não mais referenciado.

O documento foi (re)publicado nesta data no periódico *A Offensiva* por ocasião da campanha eleitoral da AIB, que lançou o nome do chefe nacional Plínio Salgado como candidato para disputar as eleições presidenciais que seriam realizadas em 1938.

elementos nacionais para estabelecer a nação brasileira, o que deveria ser feito pela Ação Integralista Brasileira:

Levantamo-nos num grande movimento nacionalista, para afirmar o valor do Brasil e de tudo que é útil e bello, no caracter e nos costumes brasileiros **num só espirito** [...] todos os que ainda têm no coração o amor de seus maiores e o entusiasmo pelo Brasil. **Temos de nos afirmar como um povo unido e forte que nada mais poderá dividir. O nacionalismo** para nós não é apenas o culto da Bandeira e do Hymno Nacional; **é a profunda consciência das nossas necessidades, do caracter, das tendencias, das aspirações da Patria e do valor da raça.** Essa é uma grande campanha que vamos empreender. (Manifesto de 07 de Outubro de 1932, grifo nosso).

O nacionalismo também pode ser constatado nas publicações do jornal *A Offensiva*. Como este periódico tinha o objetivo de divulgar ou de demonstrar a doutrina e/ou ideologia do AIB, a veiculação de determinados assuntos nas suas páginas evidencia as características doutrinárias do movimento político. O nacionalismo está presente tanto nos textos que abordam o tema especificamente quanto em publicações que, ao discutir uma questão referente à doutrina integralista, perpassa o caráter nacionalista da AIB.

No texto intitulado *Brasilidade*⁴⁵ observa-se nitidamente a intenção da AIB em difundir a ideia de que sua tarefa era despertar o sentimento pátrio no povo brasileiro, a partir da valorização dos elementos considerados nacionais:

O Integralismo quer um Brasil bem brasileiro. **Despertar a alma da raça, as profundas energias da nação.** Criar uma cultura, uma politica, um governo genuinamente nossos, originaes e reveladores do espirito da terra. **Criar um novo espirito nacional, com raízes em nossa tradição e com as vivas e sensiveis antenas volvidas para o futuro.** Realizar uma larga e vigorosa política de afirmação nacional. Tudo isso é integralismo. É a nossa revolução. (BRASILIDADE..., 1934, p. 2, grifo nosso).

Um elemento que pode ser vinculado ao caráter nacionalista da AIB é a crítica aos elementos estrangeiros. Para o movimento integralista, a nação deveria ser defendida da influência dos estrangeirismos ao mesmo tempo em que as características nacionais deveriam ser valorizadas pelos integralistas. Nesse sentido, a história e a cultura do povo – língua, costumes, folclore, literatura, etc. – deveriam ser recuperadas para a construção de uma nação forte e livre da influência estrangeira.

⁴⁵ O artigo sem autoria nos remete à opinião do chefe nacional, diretor e/ou orientador deste periódico durante todo o período de sua existência.

Essa influência, segundo a doutrina integralista, estava presente na sociedade brasileira desde a Independência política do Brasil em 1822. No contexto de existência da AIB, o estrangeirismo poderia ser observado na economia, na cultura e na política nacionais. O internacionalismo, especialmente ligado ao materialismo, representado tanto pelo liberalismo quanto pelo comunismo, ainda segundo a doutrina da AIB, era prejudicial à unidade nacional, e, por isso, deveria ser combatido.

Um texto assinado pelo Capitão Mauriciano, “um militar cristão que se fez integralista” (A OFFENSIVA, 1937, p. 4), publicado em *A Offensiva*, demonstra a importância do nacionalismo para o movimento integralista, bem como a relação entre este sentimento e a unidade nacional, e a sua contraposição às influências estrangeiras consideradas inimigas da pátria, como é possível observar na seguinte passagem:

O Integralismo quer o Brasil para os brasileiros, mas **um só Brasil para todos os brasileiros.**

O nacionalismo é o seu grande argumento, a barreira que elle antepõe ao communismo internacionalista. [...]

E a mim que **allio**, mercê de Deus, um **forte sentimento de nacionalismo** a um **grande horror ao separatismo**, satisfaz a Doutrina Integralista em suas múltiplas afirmações nesse sentido. (MAURICIANO, 1937, p. 4, grifo nosso).

Na mesma perspectiva de valorização do nacionalismo em contraposição aos elementos estrangeiros, foi publicada a tradução de um artigo sobre o Integralismo que teria sido publicado em fevereiro de 1935 em uma revista de Nova York, *La nueva democracia*. O artigo divulgava o livro de Gustavo Barroso, *O Integralismo de norte a sul*, demonstrando a importância do fascismo para o movimento integralista, especialmente devido ao anticomunismo. Entretanto, evidenciava a especificidade do Integralismo em relação aos movimentos fascistas europeus: o *sentimento de brasilidade*, representado pelo nacionalismo tão característico na Ação Integralista Brasileira, como atesta a seguinte passagem, apresentada como transcrição literal do artigo original de *La nueva democracia*,

Contudo, o Integralismo não copia exactamente o fascismo. **Tem seus matizes próprios, seu caracter de brasileirismo.** O dr. Barroso dedica alguns periodos a Integralismo e Brasilidade, offerecendo nelles ao leitor os seus aspectos mais nitidamente nacionaes. **Com o lema “Deus, Patria e Familia”, o Integralismo pretende restituir ao Brasil sua integridade e grandeza [...]** Mais tarde affirmou que **o movimento integralista não é um partido, mas uma doutrina, uma cultura e uma fé, bastando que a nação**

a compreenda para sentir sua grandeza e sua capacidade em novamente dignificar o Brasil. (BRASILIDADE..., 1935, p. 5).

Dessa forma, a AIB se afirmava como representante da unidade nacional e organização política capaz de recuperar a integridade e grandeza da pátria brasileira. Para tanto, o Integralismo deveria transformar a sociedade nacional em uma *sociedade integral*, o que seria feito quando a organização política chegasse ao poder e implantasse o *estado integral* ou *integralista*. A transformação se daria a partir de modificações na economia, na política e na cultura nacional.

Para consolidar a *nação brasileira integral* seria necessário instituir um poder centralizado e forte que fosse capaz de modificar a estrutura econômica do país, a partir da nacionalização dos bancos, das minas, da energia hidrelétrica e do petróleo e do controle das redes de transportes e comunicações. Além disso, seriam necessárias a “revisão de todos os contratos assinados com estrangeiros; a renegociação da dívida externa; a reforma do serviço diplomático; [e] uma legislação mais rigorosa para a imigração [...]” (LEVINE, 1980, p. 130).

Assim, os problemas econômicos e estruturais brasileiros, de acordo com a proposta integralista de estado-nação, estariam relacionados, em parte, à ausência de projetos econômicos nacionalistas por parte do governo instituído, que deveria ser substituído pelo *estado integral*.

Mais do que controlar a economia, o *estado integralista* deveria adentrar todos os setores da sociedade brasileira para unificar os seus elementos constituintes e formar a *nação integral*. Deste modo, o nacionalismo do movimento se caracterizava pela defesa da união de todos os brasileiros “num só espírito”, a partir da valorização das características do Brasil, de acordo com o propósito da AIB de criar uma “cultura, uma civilização, um modo de vida genuinamente brasileiro”. Este objetivo também pode ser atestado pelo Manifesto de Outubro, no qual se lê que “A Nação Brasileira deve ser preconizada, una, indivisível, poderosa, prospera, rica e feliz. Para isso precisamos de que todos os brasileiros estejam unidos”. (Manifesto de Outubro de 1932).

Trindade destaca que o nacionalismo presente no Manifesto da AIB apresentava-se sob caráter econômico, cultural e antissemita, sendo o segundo predominante diante dos demais. O antissemitismo estaria presente basicamente no nacionalismo de Gustavo Barroso, e o aspecto econômico, representado especialmente na luta de Miguel Reale contra o capitalismo internacional considerado destruidor e enfraquecedor das nacionalidades e das nações. Já o aspecto cultural estaria ligado ao desejo da AIB de construir no Brasil uma

unidade nacional homogênea, ou seja, que abrangesse e conectasse *integralmente* os elementos presentes na sociedade brasileira.

A ideia totalizante de nação estava presente especialmente na ideologia de Plínio Salgado, quem inclusive redigiu o Manifesto de 07 de Outubro de 1932. Como chefe nacional da AIB e orientador da publicação de diversos periódicos da imprensa integralista, Salgado era quem direcionava a doutrinação no movimento político. Isto permite perceber a relevância das suas conclusões, bem como considerar que as características ideológicas presentes nos periódicos podem ser relacionadas ao ideal totalitário de nação desenvolvido por Salgado.

Ricardo Benzaquen de Araújo (1988) definiu *totalitarismo* e *revolução* como os conceitos norteadores da doutrina elaborada pelo chefe nacional da AIB. De acordo com o autor, Plínio Salgado defendia que o Integralismo era o único movimento político capaz de recuperar o espiritualismo característico da sociedade brasileira colonial, que havia sido substituído pelo materialismo a partir da Independência política do Brasil. Este último, de acordo com Salgado, teria passado a ser predominante no país durante o período imperial, devido às influências estrangeiras.

Assim, para Salgado, somente uma *revolução espiritual*, ou seja, que recuperasse o espiritualismo, considerado principal característica do povo brasileiro, seria capaz de criar no país uma sociedade que envolvesse todos os elementos e cidadãos nacionais, a partir da mobilização das massas populares. Para o chefe nacional da AIB, o *estado-nação integral* seria mais do que o representante dos cidadãos e da nacionalidade brasileira e não estaria acima hierarquicamente dos indivíduos, mas seria parte da vida dos nacionais, e estes se sentiriam parte do estado e representantes da nacionalidade brasileira, o que remete ao caráter totalitário do integralismo de Salgado.

O que é importante apreender na definição totalitária de *estado-nação integral* de Plínio Salgado desenvolvida por Araújo é o aspecto mobilizador que o movimento integralista recebeu. Isto é significativo para a presente discussão porque permite compreender o destaque que o nacionalismo pode adquirir como elemento capaz de mobilizar os indivíduos brasileiros para a causa integralista.

Dessa forma, o nacionalismo da AIB pode ser entendido como um elemento que buscava inculcar nos brasileiros um sentimento de pertencimento a uma unidade nacional, chamando a atenção para os problemas comuns que deveriam ser enfrentados por todos os que pertenciam à nação brasileira. Além disso, a AIB apresentava-se como o único

movimento político genuinamente nacional e realmente nacionalista e, por isso, o único possibilitado a englobar todos os brasileiros para consolidar a legítima nação brasileira.

Considerando a diversidade étnica característica da sociedade brasileira, bem como as discussões que este assunto suscitou em todo o período republicano que precedeu a década de 1930, é nitidamente perceptível o esforço da Ação Integralista Brasileira em demonstrar na sua doutrina, e principalmente nos meios utilizados para doutrinação, especificamente a imprensa escrita, que a integração a que a AIB se propunha abrangia todos os setores da sociedade nacional, inclusive as diferentes etnias que compunham o povo brasileiro.

Assim, o povo que compõe a sociedade nacional, ou seja, a *raça brasileira*, não poderia estar ausente das discussões desenvolvidas por uma organização política que, na década de 1930, apresentava-se como a detentora da nacionalidade e a única habilitada a (re)construir a nação brasileira.

Nessa perspectiva, verificar como a raça ou o povo brasileiro esteve presente na doutrina integralista torna-se essencial. Como a questão racial foi abordada recentemente pelas pesquisas sobre o Integralismo, será apresentada uma análise a respeito de como o assunto está presente na historiografia.

A questão racial na Ação Integralista Brasileira

Para analisar a questão racial na AIB, é necessário vinculá-la ao objetivo que a AIB tinha de consolidar no país uma *nação genuinamente brasileira*, o que seria feito a partir da recuperação dos elementos nacionais – nacionalidade – e da instituição de um poder centralizado, forte e capaz de manter a ordem e estabelecer a homogeneidade no país.

Conforme já foi discutido, ao conceito moderno de nação predominante entre a *intelligentsia* brasileira desde o final do século XIX estava vinculada a população constituinte do país, ou seja, para consolidar uma nação forte seria necessária uma *raça forte*. Essa raça forte nacional deveria ser buscada na peculiaridade da formação do povo brasileiro, ou seja, na miscigenação.

Assim, a análise da questão racial na AIB deve ser feita com base no fato de que o movimento político também considerava a composição mestiça do povo brasileiro, defendendo que a formação da raça brasileira se daria a partir da miscigenação. Além disso, a

AIB acreditava na viabilidade da nação mestiça brasileira ao mesmo tempo em que defendia a necessidade da implantação de algumas medidas de intervenção no povo brasileiro, como a educação física, por exemplo.

A partir dessas reflexões, é possível avaliar que as relações entre a AIB e os imigrantes que chegaram no país em grande número entre o final do século XIX e início do XX, pertencentes a diversas etnias, especialmente alemães e, posteriormente, judeus, por exemplo, estiveram marcadas por “pontos de conflito” entre os imigrantes e os integralistas. No que se refere ao discurso integralista em relação à inserção dos “novos” povos constituintes da sociedade nacional, ele esteve mais voltado aos elementos culturais, econômicos e políticos do que aos aspectos raciais no sentido biológico do termo raça.

Os pesquisadores do Integralismo não poderiam deixar de lado essas questões, mas as pesquisas sobre o assunto são relativamente recentes e há poucos estudos específicos sobre o racismo integralista. Não obstante, grande parte dos trabalhos sobre a AIB perpassa o tema da intolerância, mesmo que sinteticamente, o que provavelmente se deve à proximidade reconhecida entre Integralismo e fascismo.

O primeiro aspecto da intolerância integralista a ser considerado pela historiografia foi o *antisemitismo*, que se constituiu no elemento norteador do discurso de Gustavo Barroso, Secretário da Milícia da AIB. Ele, juntamente com o Chefe Nacional, Plínio Salgado, e o Secretário de Doutrina, Miguel Reale, constituía a tríade que direcionava o movimento integralista. Assim, considera-se que o antisemitismo estava presente de forma explícita e radical apenas no discurso de Gustavo Barroso que “com um anti-semitismo exagerado e um vigor excepcional constituía uma espécie de exceção entre os chefes do integralismo”. (LEVINE, 1980, p. 137-8).

Todavia, o antisemitismo era um elemento presente e relativamente importante entre os dirigentes e militantes de base, o que permite a sua inclusão como um aspecto constituinte da ideologia integralista. Ao analisar a motivação da filiação dos militantes e dirigentes de base à AIB, Héglio Trindade⁴⁶ (1979, p. 153) verificou que somente cinco por cento (5%) dos

⁴⁶ Um dos métodos utilizados por este autor para definir a ideologia da AIB foi a realização de entrevistas com ex-integralistas. Estas entrevistas eram compostas de duas formas: a primeira constituída de questões sobre o que teria levado o militante a aderir ao movimento integralista; e a segunda a partir da reação do entrevistado em relação a frases que faziam referência a um dos aspectos delimitados pelo autor: anticomunismo, simpatia aos regimes fascistas europeus, nacionalismo, oposição ao sistema dominante da época, valores autoritários, valores espirituais, corporativismo, desenvolvimento do país, e antisemitismo. (TRINDADE, 1979, p. 153 e p. 264-266).

ex-integralistas entrevistados apresentaram o antissemitismo como principal motivo de adesão à AIB, sendo que este motivo ficou em nono (9º) e último lugar em relação aos demais.

Entretanto, o autor faz uma ressalva demonstrando que o discurso antissemita adquiriu relativa importância na ideologia integralista, pois parte considerável dos entrevistados concordava com a seguinte afirmação sobre o judaísmo: “o espírito judeu é uma ameaça permanente para a humanidade”. Este fato, de acordo com Trindade (1979, p. 153), demonstra que “embora seja um tema ideológico que divide os dirigentes nacionais e regionais, [o antissemitismo] é partilhado por quase dois terços dos dirigentes e militantes locais”.

Embora o antissemitismo fosse relevante na doutrina integralista, as principais características ideológicas elencadas por Trindade (1979, p. 152-153), de acordo com os motivos mais citados pelos entrevistados dispostos em ordem de importância, foram o *anticomunismo* (indicado como principal motivo por dois terços dos entrevistados), *a simpatia pelos movimentos fascistas europeus*, e o *nacionalismo*.

É mister enfatizar que esses três aspectos estão interligados. Não há como entender os regimes fascistas instituídos na Europa na década de 1930 sem considerar o nacionalismo exacerbado presente nas suas ideologias, da mesma forma que não é possível entender o comunismo sem levarmos em conta o internacionalismo inerente à sua doutrina, tão criticado pelos regimes e/ou movimentos políticos de direita. No mesmo sentido, os movimentos fascistas associavam o judeu aos movimentos comunistas ou socialistas “internacionalizantes”, elemento claramente identificável na propaganda doutrinária e, portanto, na ideologia da AIB.

Assim, a escolha do nacionalismo pode ser associada às outras duas opções destacadas pelos ex-integralistas, ou seja, tanto ao anticomunismo quanto à simpatia pelos fascismos europeus. Além disso, de acordo com Trindade (1979, p. 152-153), o nacionalismo deve ser compreendido como um elemento que se apresenta tanto no plano afetivo como no intelectual da ideologia integralista. Dessa maneira, “não existe contradição com a importância prioritária atribuída aos dois motivos anteriores [anticomunismo e simpatia aos movimentos fascistas], porque o nacionalismo é mais um estado de espírito e uma atitude afetiva do que uma dimensão ideológica”.

Esta ressalva do autor contribui para o fortalecimento da ideia de que o nacionalismo era primordial na doutrina integralista. Ao mesmo tempo nos remete à dificuldade em analisar as atitudes afetivas (no que se refere à importância do nacionalismo como também em relação

a outros elementos presentes na doutrina integralista) que provavelmente colaboraram para a filiação de diversos militantes à AIB.

Ao considerar a importância do nacionalismo na ideologia integralista, bem como o projeto de nação da AIB que defendia a formação da raça brasileira de acordo com o povo presente na sociedade nacional desde a colonização, ou seja, a consideração da miscigenação como marca do povo do Brasil, compreende-se que a questão racial não pode ser desvinculada do nacionalismo integralista, mesmo que o antissemitismo (e somente este aspecto da questão racial) tenha se constituído em um componente importante da ideologia da AIB.

Em relação à abordagem feita pelos líderes nacionais da AIB sobre os judeus, Trindade (1979) indica que há uma preocupação constantemente presente nos discursos de dois dos mais importantes ideólogos integralistas, Salgado e Reale, em rejeitar o radicalismo antisemita de Gustavo Barroso. Este fato, analisado em conjunto com a consideração dos principais motivos apresentados pelos ex-integralistas para a sua adesão ao movimento (anticomunismo, simpatia pelo fascismo e nacionalismo), evidencia que, diferentemente do que representava para os nazistas, o judeu não foi eleito o principal inimigo da AIB, bem como corrobora com a ideia de que este movimento político não apresenta o racismo, no sentido biológico do termo, como princípio fundamental.

Para Trindade, o antissemitismo presente no discurso de Gustavo Barroso adquiriu caráter essencialmente político na doutrina integralista, pois serviria para legitimar a consolidação do *estado integral* proposto na ideologia da AIB. Este estado deveria ter força suficiente para combater os elementos contrários à formação da unidade nacional, que era o objetivo central da AIB, dentre os quais os judeus estariam incluídos. Dessa forma, segundo o autor (1979, p. 244), o discurso de Barroso, contrário aos semitas, seria justificado na doutrina integralista pela defesa de um estado coeso e centralizado presente no projeto de estado-nação da AIB, que considerava que somente “um poder forte pode[ria] libertar o Brasil das forças [da maçonaria, imprensa e política manipuladas, econômicas e financeiras internacionais e externas] dominadas pelos judeus”.

É na mesma perspectiva que Renè Gertz (1987, p. 190-191) demonstra a presença do antissemitismo na imprensa integralista do nordeste de Santa Catarina. O autor destaca que a intolerância aos judeus nessa região se caracteriza por elementos econômicos e políticos, verificados na crítica ao capitalismo internacional judeu e ao enquistamento judaico, sendo este possibilitado pela atitude de não assimilação dos judeus às outras etnias, o que seria um grande obstáculo para o objetivo da AIB de consolidar uma nação homogênea no Brasil.

Ainda sobre a presença do antissemitismo no discurso dos líderes da AIB, Natália dos Reis Cruz apresenta outros integralistas que compartilhavam da visão antissemita de Barroso, entre eles: Monteiro de Mello, Oswaldo Gouvêa, Anor Butler Maciel e Arce Tenório D’Albuquerque. A autora considera que as diferenças nos discursos dos líderes integralistas no que se refere aos semitas devem ser entendidas a partir de “duas questões primordiais: o problema da não assimilação dos judeus à cultura nacional [...] e a teoria da conspiração mundial judaica. Uns enfatizavam mais a primeira, e outros, a segunda”. (CRUZ, 2004, p. 151).

A partir da presença desses elementos no discurso antissemita da intelectualidade integralista, a autora defende que o antissemitismo da AIB deve ser compreendido como uma “inversão” do discurso, pois se baseava no argumento de que não era o Integralismo que rejeitava o judeu, mas sim este, por seu caráter racista ou de não assimilação, que não queria ser assimilado pelos brasileiros. Desse modo, para Cruz (2004, p. 186), o Integralismo transportava seu racismo ao outro que, na realidade, era o rejeitado pela doutrina da AIB.

A autora argumenta que a preocupação em negar o radicalismo de Barroso presente no discurso de outros ideólogos se fazia necessário especialmente porque a AIB precisava afirmar o caráter cristão e humanista que constituía o espiritualismo integralista, sendo este composto pela defesa do respeito e amor ao próximo. Segundo Cruz (2004, p. 97), os valores como tolerância e amor ao próximo seriam os meios de ocultar o racismo característico da doutrina integralista, enquanto a realidade miscigenada do povo brasileiro seria o impedimento real a um discurso racista nos moldes tradicionais. Portanto, o Integralismo, apresentando a intolerância como princípio, ocultaria seu racismo com seus argumentos pautados no espiritualismo.

A defesa dos valores cristãos pelo Integralismo deve mesmo ser levada em consideração quando se analisa a intolerância na sua doutrina. Contudo, ela deve ser avaliada em conjunto com outros aspectos verificados na ideologia integralista, bem como na prática do movimento.

Nesse sentido, considerando o projeto homogeneizante de nação defendido pela AIB e as críticas ao internacionalismo e à influência estrangeira sobre a sociedade brasileira presentes no nacionalismo integralista, bem como as censuras tecidas por líderes integralistas ao radicalismo antissemita de Barroso, é possível avaliar que além do fato de que o antissemitismo estava presente de forma radical basicamente no discurso de Gustavo Barroso,

este aspecto da doutrina integralista apresentava-se sob um caráter mais político e econômico do que racial na ideologia da AIB.

Dessa maneira, o judeu era considerado empecilho não porque se constituía como uma raça inferior em relação às outras que viviam no país, ou porque deveria ser excluído da constituição da raça brasileira, mas porque dificultava a consolidação da unidade nacional objetivada pela AIB, representando ameaça à finalidade da AIB em dois sentidos. Primeiramente entendido como um obstáculo à miscigenação (homogeneização da população brasileira) e, em segundo (e principalmente), representando ameaça à consolidação da nação brasileira devido à influência dos judeus nas forças do capitalismo liberal mundial, por um lado, e nos movimentos comunistas internacionais, por outro, elementos que eram considerados pela AIB como desagregadores da pátria brasileira.

Entretanto, Natália Cruz (2004) defende que o antissemitismo integralista estava caracterizado por um discurso velado. Conforme já foi destacado, para a autora, a presença do racismo na ideologia da AIB estava disfarçada pelo espiritualismo integralista com seu ideal de humanismo cristão e pela realidade multirracial da sociedade brasileira. Portanto, a AIB invertia seu discurso racista, caracterizando o “outro” como intolerante.

É nessa perspectiva de inversão do discurso que Cruz pretende demonstrar a existência de um *racismo cultural* característico da AIB em relação aos imigrantes alemães, especialmente nas colônias do sul. A autora destaca que o germanismo e o pan-germanismo⁴⁷ eram os pontos de conflito entre o Integralismo e os teutos⁴⁸, pois a manutenção da identidade cultural por estes imigrantes era considerada empecilho pelos integralistas, no sentido de que atrapalharia a homogeneização da sociedade brasileira objetivada pela AIB. Este aspecto foi caracterizado por Cruz como um racismo cultural integralista em relação aos imigrantes alemães.

A autora explica que o germanismo era incompatível com o projeto homogeneizante de *estado integral*, que preconizava a uniformidade racial e étnica da nação brasileira, explicitando o ponto de divergência entre a doutrina integralista e o germanismo. O ideal de assimilação defendido pela AIB para formar o *Brasil integral* traria consigo a necessidade de

⁴⁷ Germanismo ou *Deushtum* consiste na defesa da manutenção da identidade cultural (língua, costumes, religião) dos alemães fora das fronteiras da Alemanha. Pan-germanismo caracteriza-se por, além de priorizar a conservação da identidade cultural alemã, defender a manutenção da raça alemã-ariana, estando, por isso, mais ligada ao nazismo.

⁴⁸ René Gertz, no seu estudo sobre o fascismo no sul do Brasil (1987), utiliza o termo *teutos* para se referir a todas as pessoas de etnia alemã, imigrantes ou filhos de imigrantes nascidos no Brasil (nota 23, p. 11). O mesmo será considerado para este trabalho.

acabar com todas as identidades culturais características das diferentes etnias existentes no país. Os teutos adeptos do germanismo e do pan-germanismo, defendendo, respectivamente, a manutenção da cultura alemã e a pureza da raça ariana, por sua vez, criticavam a miscigenação presente na sociedade brasileira. Isto representaria o obstáculo para os objetivos totalizantes da nação integralista.

Assim, para Cruz, o racismo integralista em relação aos alemães estava caracterizado mais pelo aspecto cultural do que racial, ou seja, o integralismo seria contrário à manutenção da língua, da religião e dos costumes alemães nas colônias, considerando que estes deveriam ser abasileirados. Este caráter, segundo Cruz, contribuiu para confirmar a presença do racismo na ideologia integralista, bem como corrobora com a ideia da intolerância como princípio da AIB.

Para nossa discussão é relevante apreender o aspecto *cultural* presente na relação entre integralistas e teutos, pois ele permite inferir que a AIB considerava a dificuldade em inserir as diversas culturas existentes no país na unidade nacional brasileira, como um dos maiores obstáculos ao seu objetivo de consolidar a nação integral no Brasil. Nesta perspectiva, Hilton (1993, p. 34) destaca que “o nacionalismo dos integralistas chocava-se frontalmente com os interesses culturais alemães no Brasil, pois, em seu desejo de forjar uma nação unida, os camisas-verdes insistiam na assimilação de todas as ‘colônias estrangeiras’”.

É interessante ressaltar que, apesar de haver divergências entre Integralismo e germanismo, muitos imigrantes, tanto italianos em São Paulo e no Paraná, quanto alemães nos estados do sul, especialmente em Santa Catarina, se filiaram à AIB. Uma explicação sobre o fato é a aproximação entre os ideais da AIB e dos movimentos fascistas europeus. Pelo nazismo ser admirado e seguido por muitos teutos, de acordo com essa perspectiva, eles se filiaram à AIB como forma de se aproximar da sua pátria de origem, a Alemanha (nazista naquele contexto).

Entretanto, as motivações para a filiação dos imigrantes ou filhos de imigrantes alemães à AIB não pode ser explicitada somente pela máxima exposta acima, é necessário verificar as razões de adesão de acordo com as especificidades regionais das colônias de imigrantes.

A historiografia, com destaque para os trabalhos de João Fábio Bertonha (especialmente no caso dos italianos) e de Renè Gertz (principalmente em relação aos alemães), já conseguiu romper com ideia de que os descendentes de imigrantes só aderiram ao integralismo por sua origem estrangeira ou por não se sentirem brasileiros. Na verdade, a

questão de identidade está em jogo, mas pelo motivo oposto, ou seja, pelo desejo do imigrante de se afirmar como brasileiro, o que a adesão a um movimento nacionalista como a AIB poderia reforçar.

Assim, outras motivações, como a origem social e a luta de classes, interagem com a origem étnica para explicar o grande número de descendentes de imigrantes no movimento integralista. Ou seja, como ressaltado por Renè Gertz, não é possível entender a forte penetração do integralismo nas zonas de colonização alemã ou italiana do Brasil pensando apenas na questão étnica. Por isso, questões como a inserção política e social dos descendentes de imigrantes devem ser abordadas.

Nessa perspectiva, Gertz (1987, p. 118-124) afirma que a semelhança entre nazismo e integralismo foi a primeira elucidação sobre a adesão dos teutos à AIB desenvolvida por pesquisadores do assunto em estudos realizados entre as décadas de 1940 e 1960. O autor enfatiza, contudo, que no mesmo período houve pesquisas que desvinculavam o nazismo do Integralismo, o que confirma a dificuldade em admitir uma colaboração irrestrita entre as duas doutrinas.

Admitindo a importância da relação entre nazismo e AIB, das divergências entre germanismo e Integralismo, bem como do papel da política de Vargas contrária às colônias de imigrantes, Gertz atenta à necessidade de analisar outros aspectos além da etnia para compreender a aproximação ou afastamento entre AIB e teutos. Segundo o autor, é preciso considerar principalmente a realidade política e econômica regional das colônias alemãs onde houve maior número de adesão à AIB, em comparação àquelas em que houve poucos adeptos. Para ele, para compreender a relação entre Integralismo e teutos é preciso tirar a etnia do primeiro plano nas análises.

Ao comparar a realidade histórica político-social das colônias de Santa Catarina, onde houve grande aceitação do Integralismo pelos teutos, com as colônias do Rio Grande do Sul, onde a aceitação foi bem menor do que o propalado, a partir da análise dos dados eleitorais, das publicações por integralistas e germanistas ou partidários do nazismo na imprensa local, e da origem econômica dos filiados à AIB, o autor conclui que não há uniformidade por parte dos germanistas nas motivações de adesão ao movimento político brasileiro e que é difícil determinar “qualquer especificidade do ponto de vista étnico”. (GERTZ, 1987, p. 159).

Assim, para explicar a grande aceitação do Integralismo pelos teutos catarinenses, o autor destaca os fatores políticos e econômicos como preponderantes. Em relação ao fator político, Gertz demonstra que havia uma tradição de oposição ao governo estadual entre os

teutos desta região, e como o Integralismo surgiu também como oposição ao governo de Santa Catarina, foi bem aceito por esses imigrantes. No que se refere à economia, o autor reconhece que as colônias alemãs de Santa Catarina eram mais dinâmicas do que as do Rio Grande do Sul, o que contribuiu para explicar o grande número de adesões naquela região, no mesmo sentido que Trindade (1979) caracterizou a classe média como principal categoria social a aderir à AIB.

A questão étnica, de acordo com Gertz, esteve ligada principalmente à problemática da manutenção da cultura alemã, sendo que a preocupação maior no que se referia ao assunto era veiculada pelos teutos, restando às autoridades integralistas locais a necessidade de defender-se em relação ao tema. Para o autor (1987, p. 187), “tudo indica que a questão das intenções do integralismo em relação à cultura alemã em Santa Catarina teve um interesse central somente para os adversários da AIB.”

No mesmo sentido, entendemos que a questão racial ou étnica na ideologia integralista provavelmente tinha menos importância do que as questões de caráter político e econômico, como o liberalismo, a democracia pluripartidária, o sufrágio universal e o comunismo, por exemplo, conforme demonstrado pela presença e importância de elementos como o anticomunismo e o antiliberalismo na ideologia da AIB.

Segundo Gertz (1978, p. 134), não havia um posicionamento uniforme entre os teutos no que se refere à adesão à AIB, ou seja, “o posicionamento diante do Integralismo provavelmente dependia de pontos de vista pessoais e não havia uma linha oficial que orientasse as relações nazi-fascistas”. Todavia, é possível identificar uma relativa unidade no pensamento dos “partidários [do nazismo] que conseguiram integrar-se ao *Deutschtum*” em relação à AIB. O autor afirma que eles “posicionaram-se contra ou ao menos de maneira crítica em relação ao integralismo. [No lado oposto, ou seja,] Dos que entraram em conflito com o *Deutschtum* muitos se ligaram ao Integralismo, não por último como vingança.” (GERTZ, 1987, p. 138).

Dessa maneira, o germanismo teve papel importante nas relações entre os teutos e o Integralismo, especialmente entre aqueles que questionavam sobre o lugar que estes imigrantes teriam na *nação genuinamente brasileira* proposta pela AIB, caso esta organização chegasse ao poder.

Esta consideração nos remete novamente à problemática da questão cultural. Apesar da divergência entre a cultura brasileira e a alemã, o projeto totalizante de *estado-nação* proposto pela AIB não foi impedimento real para a filiação dos imigrantes alemães. Além

disso, não há evidência de que haveria perseguição aos alemães ou outros imigrantes se o Integralismo ascendesse ao poder no Brasil, mesmo que este exercício seja apenas hipotético, já que a AIB no poder não é uma realidade com a qual podemos trabalhar (afinal a AIB foi desestruturada em 1937).

Apesar das dificuldades metodológicas, consideramos que a intolerância integralista em relação aos teutos deve ser entendida como cultural e não racial. Este entendimento dificulta a afirmação de que haveria uma política de exclusão de determinadas etnias com o estabelecimento de um *estado-nação integralista*. Além disso, a verificação de que houve participação de negros, que geralmente são atingidos com mais frequência quando se trata de políticas e atitudes racistas, na Ação Integralista Brasileira, bem como diversas publicações destinadas a esta etnia no periódico *A Offensiva*, (o que será analisado no próximo capítulo) torna-se complicado afirmar que o racismo era o princípio máximo do Integralismo.

Talvez o mais provável seja que, caso a AIB ascendesse ao poder para colocar em prática seu objetivo de implantar no Brasil o projeto totalizante e homogeneizante de nação e estabelecer a almejada unidade nacional, o Integralismo implantaria medidas voltadas ao abrasileiramento forçado dos imigrantes. Provavelmente, a AIB faria algo semelhante ao que Vargas praticou durante o Estado Novo, como proibir a utilização de línguas estrangeiras em locais públicos e a existência de escolas estrangeiras no país, obrigar que as aulas fossem lecionadas em português e somente por professores brasileiros e implantar reformas educacionais, como a instituição de disciplinas como história e geografia do Brasil, educação moral e cívica, entre outras (talvez uma história da Ação Integralista Brasileira).

Nessa perspectiva, considera-se que a questão racial era preterida em relação à questão cultural no nacionalismo integralista, ou seja, caso o imigrante se “abrasileirasse”, deixando de lado suas raízes nacionais e aderindo ao Brasil como sua pátria, nada impediria que fosse considerado brasileiro, ou seja, constituinte da raça nacional. Apesar de um projeto autoritário e culturalmente excludente, a AIB não excluía racialmente esses imigrantes.

Mais um aspecto deve ser considerado no que diz respeito à relação do Integralismo com os teutos. Devemos considerar o contexto da década de 1920 e 1930 em que a teoria do branqueamento mantinha grande importância entre a *intelligentsia* nacional, bem como o fato de que a maior parte dos dirigentes do Integralismo pertencia à elite intelectual e política do país.

A teoria do branqueamento entusiasmava os adeptos da eugenia que influenciou um número considerável de médicos nesse período, dentre os quais alguns aderiram à AIB na

década de 1930. Um exemplo de intelectual que se envolveu com a eugenia na década de 1920 e posteriormente se filiou ao Integralismo é o médico sanitarista Belisário Penna. Ele participou de várias campanhas de higiene e sanitarismo pelo interior do Brasil na década de 1910 e foi um dos fundadores da Liga de Higiene Mental no Rio de Janeiro⁴⁹. No entanto, não temos informações suficientes sobre a sua relação com a teoria do branqueamento para afirmar que ele a defendia.

Apesar das dificuldades e limitações em relação ao assunto, é provável que a teoria do branqueamento interferia, pelo menos em parte, nas formulações dos doutrinadores integralistas ou no seu entendimento sobre o tipo de povo necessário à sociedade brasileira. Dessa forma, a miscigenação valorizada pela doutrina integralista como representante da raça brasileira poderia estar relacionada à defesa do predomínio da raça branca sobre as demais.

É importante ressaltar que a teoria do branqueamento não apresentava apenas características raciais. Deve-se ponderar a influência dessa teoria no que se refere à necessidade de civilizar o país. Ou seja, o branco europeu era considerado superior não apenas racialmente, mas também (e, em alguns casos, principalmente) como capaz de estabelecer no Brasil uma nação civilizada, tal como eles haviam feito nos países da Europa.

Essa vertente que pode ser vinculada mais à defesa da civilização da sociedade brasileira pelos brancos europeus do que ao branqueamento da população no sentido racial, adquiriu grande força na década de 1930, provavelmente devido ao contexto de predomínio dos estudos culturalistas sobre a população brasileira, bem como da valorização do mestiço como representante da raça nacional.

Nesse sentido, pela compreensão de que os teutos eram homens brancos e civilizados, considerava-se que eles estariam aptos para contribuir com o caldeamento da população brasileira, ajudando-a no seu branqueamento, ao mesmo tempo em que estariam aptos a contribuir para a civilização do Brasil. Assim, a participação desses (e de outros imigrantes) na AIB e sua assimilação à cultura nacional, bem como o cruzamento da raça alemã com o mestiço brasileiro poderia ser visto como favorável por parte dos integralistas.

No entanto, esta influência deve ser vista com cautela, pois não há evidências suficientes para afirmar que o ideal do branqueamento era parte essencial da ideologia e doutrina integralistas, tais como anticomunismo, antiliberalismo e o nacionalismo, por exemplo. Seria mais conveniente relacionar esta teoria à abordagem sobre as raças pela AIB o que, por sua vez, não pode ser desvinculado do aspecto nacionalista do movimento

⁴⁹ A biografia de Belisário Penna pode ser verificada em Santos; Thielen (2002).

integralista. Mais uma vez, **parece mais identificável na doutrina integralista uma intolerância cultural que condizia com a defesa da unidade nacional do que um racismo, biologicamente definido.**

Na mesma perspectiva, é necessário considerar que as propostas eugenistas se fortaleceram com um caráter positivo no Brasil, ou seja, estavam relacionadas às medidas de caráter preventivo, como educação sexual, educação física, incentivos a reproduções consideradas saudáveis, prevenção de doenças, entre outros. Apesar de, especialmente a partir do final década de 1920, existirem eugenistas mais radicais que priorizassem medidas negativas, como a esterilização de alguns tipos de doentes defendida por Renato Kehl (fundador da eugenia no país), por exemplo, o caráter preventivo foi o que prevaleceu entre os adeptos da eugenia no Brasil. (DIWAN, 2007).

Endrica Geraldo (2001) aborda a relação entre a eugenia e o Integralismo na sua dissertação de mestrado. A autora demonstra que o discurso eugenista de intervenção na família, definindo os papéis de cada um dos seus membros (pai, mãe e filhos), foi fortemente empregado pela AIB. Geraldo destaca também que o conceito de família defendido pelo Integralismo estava relacionado ao projeto de nação proposto por esta organização política. Dessa forma, o projeto de nação da AIB apresentava aspectos que eram valorizados pelos defensores da eugenia no Brasil.

De acordo com Geraldo, verifica-se que a preocupação do Integralismo em relação à família brasileira e aos papéis delimitados para os diferentes membros componentes da instituição familiar estava relacionada às propostas eugênicas voltadas aos métodos de prevenção de doenças e à valorização de hábitos saudáveis, bem como à educação.

O discurso da AIB tentava demonstrar que a família era a principal instituição social, considerada a primeira célula do movimento integralista e da sociedade nacional, e de extrema importância para a consolidação da nação integral que seria estabelecida quando o Integralismo chegasse ao poder. Para a AIB, a família era a responsável pelos primeiros ensinamentos aos brasileiros, portanto deveria estar preparada para educar as crianças integralistas, a partir de preceitos eugênicos, como saúde e prevenção, por exemplo, a fim de colaborar para o estabelecimento de uma nação forte o que, por sua vez, somente seria possível a partir da colaboração de homens/cidadãos fortes e saudáveis, no sentido eugenista.

O *estado integral* também deveria cuidar da raça, ou seja, do povo brasileiro, intervindo no aprimoramento físico, a partir da educação física, e no comportamento moral, valorizando hábitos considerados saudáveis. Estes preceitos estavam presentes nas ações e/ou

propostas da AIB. Assim, eles podem ser verificados, respectivamente, nas escolas de instrução técnica mantidas pela AIB que priorizavam a educação física voltada ao treinamento militar (organizadas pelas Forças Integralistas, e posteriormente pela Secretaria de Educação Moral, Física e Cívica), bem como no discurso moralista que defendia atitudes saudáveis e combatia as atitudes maléficas ao indivíduo, como a condenação do alcoolismo, por exemplo.

Segundo Geraldo (2001, p. 82), a eugenia foi compreendida pelos integralistas como um “conjunto de fatores que envolvem a saúde, a alimentação, o comportamento, e a atividade física como ‘aprimoramento’ da ‘raça’”. Para a autora, a AIB teria herdado a ideia de que a nação poderia ser construída com base em um estado forte e uma raça forte dos pressupostos eugenistas, superando então o estigma da miscigenação como marca da inferioridade do povo brasileiro frente às nações europeias. Assim, a defesa da formação de uma nova raça (mestiça) presente no nacionalismo integralista deve ser vinculada à necessidade de aplicar ações de saúde e higiene, ou seja, de “sanar” eugenicamente o povo brasileiro.

Destarte, ao considerar o povo brasileiro miscigenado desde o processo histórico de colonização do país, a AIB assimilava os debates acerca da população do Brasil e da sua capacidade de desenvolver e criar uma nação forte no país em dois sentidos, sendo que ambos desembocavam na valorização da miscigenação e estavam marcados pelo nacionalismo homogeneizante integralista.

Por um lado, defendia-se a capacidade do povo mestiço, constituinte da sociedade desde os primórdios (e por isso representante da nacionalidade brasileira), para desenvolver uma nação civilizada no país (mesmo que com a ajuda dos “civilizados europeus”), o que contrapunha as teorias deterministas que condenavam o mestiço e a nação brasileira miscigenada ao fracasso.

Por outro lado, reconhecia-se a necessidade de aprimorar a raça brasileira e garantir a sua conservação e crescimento, o que seria feito a partir da implementação de hábitos saudáveis entre os integralistas e os brasileiros, como a educação física e a prevenção de doenças, por exemplo.

Assim, a AIB valorizava a miscigenação presente na sociedade nacional e elegia o *caboclo*, mestiço, como representante do povo e nacionalidade brasileira. Nessa perspectiva, estava de acordo com as discussões acerca do assunto (nação e povo brasileiro) existentes no contexto em que a organização política se desenvolveu.

O caboclo é mestiço. A mestiçagem como representante da nacionalidade brasileira para a AIB

Na década de 1930, ou seja, no período de existência da AIB, parecia que o problema da composição racial da população brasileira estava resolvido entre (pelo menos a maior parte) a intelectualidade que refletia sobre o tema, no sentido de que era praticamente consenso que a miscigenação representava a peculiaridade do povo brasileiro, e que isto não seria empecilho para o progresso da nação. Esta abordagem também esteve presente nas formulações dos integralistas sobre a nação e a nacionalidade brasileiras.

Dessa forma, o ponto principal no discurso integralista estava na tentativa de demonstrar a importância do mestiço e da constituição mestiça da sociedade brasileira para inculcar no brasileiro a ideia de que ele formava uma raça forte e capaz de desenvolver internamente o país. Assim, a AIB buscava evidenciar que a ideia de existência de raças superiores e inferiores estava superada (mesmo que às vezes, esse discurso aparecesse de forma ambígua) e que, por essa razão, já havia passado da hora de perceber que os brasileiros constituíam um povo distinto dos europeus, mas que isso não significava a inferioridade da raça brasileira ou a impossibilidade de desenvolver uma nação forte e civilizada no Brasil.

Para os integralistas, a mistura racial teria sido responsável por permitir o desenvolvimento e a permanência da diversidade no Brasil, proporcionando a peculiaridade da população e da nação brasileira. Logo, para a AIB, a particularidade nacional estaria representada pelo amálgama racial de índios, brancos (portugueses) e negros desde o processo histórico de colonização do país.

Nessa perspectiva, a questão racial foi abordada pelos integralistas a partir da mistura das três raças, assim como foi feito pelos intelectuais nacionais entre o final do século XIX e a década de 1930. Em alguns momentos, verifica-se no discurso integralista a tentativa de demonstrar como cada uma das três etnias teria contribuído para formar a *raça nacional*, o que também estava presente nas pesquisas acadêmicas sobre a história do Brasil desenvolvidas naquele período.

É importante enfatizar que a valorização do mestiço como representante da nacionalidade brasileira e como raça capaz de construir o Brasil deve ser vinculada ao ideal de *homem integral* preconizado pelos integralistas. O *homem integral* deveria ser moralmente superior, agindo de acordo com os preceitos cristãos e católicos; também deveria ser forte e

saudável, o que seria alcançado a partir de preceitos eugênicos, como a prática de atividades e exercícios físicos e de hábitos saudáveis, o que garantiria o preparo do integralista para defender a AIB e o Brasil. Além disso, o verdadeiro integralista deveria ser disciplinado e obediente, garantindo a manutenção da hierarquia no interior da AIB e na sociedade.

Plínio Salgado, ao abordar os aspectos que demonstrariam a identidade nacional brasileira na sua proposta de nação integral, buscou comprovar que o povo brasileiro era diferente dos estrangeiros e que, por isso, era parte importante e representativa da nacionalidade do país. Para tanto, evidenciava a existência de um elemento nativo na constituição da raça brasileira, o tupi, considerado a base étnica comum, o diferencial da nova raça que se formaria no Brasil.

O chefe integralista defendia que era a partir desse “denominador comum” que todos os componentes étnicos presentes na sociedade brasileira (incluindo os imigrantes estrangeiros) formariam uma unidade racial, essencial para a coesão nacional. Nas palavras de Salgado:

Todas as raças estrangeiras que para aqui vierem terão no tupi uma espécie de denominador comum... [...] Tudo indica (...) que uma multiplicidade de fatores e ocorrências converge na **formação uma da nacionalidade brasileira e que justamente os traços étnicos diferenciais, assim como as modalidades climáticas variáveis, antes de constituírem um empecilho, determinam uma possibilidade maior para que se plasme no Brasil um tipo humano futuro, que será, incontestavelmente, dos mais superiores e inteligentes.** Despertemos no coração dos brasileiros a consciência desse grande destino. (SALGADO *apud* TRINDADE, 1979, p. 46-47, grifo nosso).

Este elemento particular do homem brasileiro, o tupi, trazia consigo o espiritualismo característico do Brasil primitivo. Assim, segundo o chefe nacional da AIB, o “nosso caboclo, gente ‘simples’, ‘pobre’, e ‘honesto’, [carregava em seu coração], o ‘sentimento da nacionalidade’” (*apud* ARAÚJO, 1988, p. 50), ou seja, o caboclo deveria ser considerado representante da identidade nacional brasileira.

Para Salgado, o espiritualismo seria o elemento que teria contribuído para o contato amistoso dos aborígenes brasileiros com os portugueses e com os negros quando estes dois últimos chegaram ao território nacional. Essas relações amigas teriam sido responsáveis pela miscigenação racial que constitui o caboclo. Ao mesmo tempo em que falava do surgimento de “um tipo humano futuro”, Salgado defendia a miscigenação como peculiaridade do povo brasileiro, afirmando ser o caboclo, advindo da mistura racial, o representante da raça

brasileira desde o período colonial. Nesse sentido, Araújo verificou a importância do caboclo para Salgado:

É justamente a figura do caboclo que vai garantir esta “espantosa” unidade nacional que define o Brasil. Ele fez com que as enormes diferenças regionais, climáticas e econômicas que dividiam o país pudessem ser superadas pela afirmação da **nossa absoluta identidade racial**, já que, inclusive, o pertencimento a um mesmo sangue automaticamente implica, segundo Plínio [Salgado], na adesão a um mesmo quadro de sentimentos e valores, invariavelmente encontráveis em todos os brasileiros. (ARAÚJO, 1988, p. 54, grifo nosso).

O autor acrescenta que estes sentimentos e valores comuns a todos os brasileiros seriam: “a agudeza dos instintos (...) a extrema bondade (...) a profunda espiritualidade (...) e a tenacidade na luta”. (SALGADO *apud* ARAÚJO, 1988, p.54). Dessa forma, Salgado pretendia demonstrar que todos os brasileiros eram constituídos por sentimentos comuns que propiciavam as relações amistosas entre as diferentes raças presentes na sociedade brasileira desde o início da organização do país até o momento em que a AIB se constituía e existia.

O caboclo demonstraria ainda a contradição entre o litoral e o interior do Brasil. Este, habitado pelo caboclo, seria o mantenedor e propagador da nacionalidade brasileira que deveria ser recuperada para a deflagração da revolução espiritual anunciada pelo Integralismo; enquanto aquele havia sido corrompido pela influência estrangeira, e, conseqüentemente corromperia a sociedade, a cultura, a política e a economia nacionais. Assim, os brasileiros do litoral, influenciados pelo estrangeirismo do além-mar, deveriam mudar sua maneira de ver o mundo para, de acordo com a visão cabocla, se tornarem verdadeiros brasileiros.

É possível constatar a valorização do caboclo como elemento essencial da nacionalidade brasileira em um texto assinado por Ernani Silva Bruno e publicado no jornal *A Offensiva* na seção intitulada *Meditações brasileiras*. Nesta seção, o autor opinava sobre diversos assuntos referentes à sociedade nacional, especialmente à cultura e ao povo brasileiro. No referido artigo, Bruno (08 jun. 1935, p. 2) apresentava o caboclo como “um tipo muito original, que vive brasileiro, pensa brasileiro, tem os costumes d'elle, as tradições d'elle”.

Afirmando que o caboclo estava em todo o território interior do Brasil, como “nas villas montanhosas de Minas, [...] [ou] nos campos de Matto Grosso e do sul [...]”, Bruno atentava para o fato de que o representante da nacionalidade brasileira (o caboclo) era entendido como estrangeiro nos centros de decisões do poder (localizados no litoral) e que as

políticas não eram desenvolvidas para ele. A partir dessa argumentação, o autor defendia a necessidade de uma mudança na atitude dos políticos que deveriam “expressar a vontade do povo brasileiro” do interior. (BRUNO, 08 jun. 1935, p. 2).

No mesmo sentido de valorização do mestiço, Alexandre Blankl Batista (2006) demonstra a influência das ideias de Alberto Torres nas formulações sobre a raça brasileira desenvolvidas por Plínio Salgado. Segundo Batista, da mesma forma que Torres, Salgado defendia a miscigenação como peculiaridade do homem brasileiro. O chefe nacional da AIB também formulou suas críticas às teorias racistas europeias que condenavam o mestiço ou o caboclo ao fracasso de acordo com as ideias do jurista Alberto Torres.

Ao inserir o negro na discussão sobre o tipo racial brasileiro, o chefe nacional da AIB afirmava que as relações entre senhores e escravos teriam sido de respeito e consideração recíprocos ao longo de todo o período colonial brasileiro. Essa relação de amizade entre eles se devia ao espiritualismo característico do brasileiro e, conseqüentemente, constitutivo da sociedade colonial. Dessa forma, Plínio Salgado pretendia demonstrar a presença de um espírito igualitário na sociedade brasileira, visível nas relações entre os diferentes povos que habitaram o Brasil colonial, para confirmar, assim, a existência de uma *democracia racial* predominante na sociedade brasileira. Nessa perspectiva, de acordo com Araújo (1998, p. 54),

Plínio está convencido de que a maior prova deste espírito [igualitário] reside na ‘impressionante’ *democracia racial* que aqui vigorava, acarretando uma inédita e gigantesca fusão entre os três grupos, índios, negros e brancos, que davam início, então, ao povoamento do país.

Esta obstinação da AIB (principalmente presente nas formulações do chefe nacional) em afirmar a existência de um respeito recíproco entre as diferentes etnias que formam o povo brasileiro deve ser relacionada com a concepção integralista de nação. Ou seja, ao defender a implantação de uma sociedade sem conflitos no Brasil, o Integralismo buscava demonstrar que a inexistência de desordem no país era um fato histórico e, portanto, caberia à AIB restituí-la a partir da instituição do *estado-nação integral*.

Assim, diversos textos foram noticiados na imprensa integralista imbuídos do esforço empreendido pela AIB para valorizar as diferentes etnias que se misturaram para compor a população nacional e criticando a inferiorização de índios e negros. Esta visão pode ser observada no artigo assinado por Ottolmy da Costa Strauch que discorre sobre o caráter do povo brasileiro. Criticando as teorias que impuseram ao Brasil um determinismo que

considerava a composição racial do povo brasileiro como causa dos problemas nacionais, o autor afirmava que:

Em regra geral, para os estudiosos de gabinete, o brasileiro é rebento fanado de enxerto híbrido. A ignorância ou a maldade não permitira que visse o Brasil como ele é, não como “nebulosa ethnica” que se venha organizando lentamente num processo embriogênico secular, ou mistura racial semi-crystalizada numa synthese definitiva capaz de proporcionar á raça brasileira, condensada e diferenciada, uma individualidade magnífica, extreme de elementos inferiores lançados na retorta do cruzamento pela seiva barbara de duas raças erroneamente julgadas inferiores. (STRAUCH, 02 ago. 1936, p. 10).

No entanto, apesar da tentativa de fortalecer a ideia da capacidade do mestiço brasileiro desenvolver seu país, é possível verificar que o autor era influenciado pela teoria do branqueamento na seguinte passagem, que segue à anterior: “Estas, ainda que fossem prejuízos para a nossa formação ethnica, já foram de há muito absorvidas pelas influencias européas ou eliminadas pela seleção social, ou economica, se é que não se deixaram assimilar pelo nucleo racial preponderante”. (STRAUCH, 02 ago. 1936, p. 10).

Assim, apesar da valorização da miscigenação predominar nas discussões acerca da nação e do povo brasileiro desenvolvidas pelos integralistas, verifica-se a relação entre elas e os debates presentes em outras instituições científicas, políticas ou intelectuais, desde o final do século XIX, como é o caso da teoria do branqueamento nitidamente presente na passagem citada acima.

Nesse sentido, verificar como a presença do negro na sociedade brasileira e nos quadros da AIB era abordada pelo movimento integralista contribui para enriquecer o debate acerca da questão racial no Integralismo, inclusive porque houve a participação de negros na AIB, bem como a tentativa de angariar adeptos desta etnia esteve bastante presente na propaganda integralista em determinados momentos.

Em uma primeira análise, poderíamos relacionar a tentativa de atrair afrodescendentes a partir da teoria do branqueamento, concluindo que a AIB buscava branquear a população negra nacional, recuperando-a pelas características eugênicas da raça branca. A necessidade de civilizar o negro a partir do seu contato com os europeus, defendido por aqueles que compreendiam o branqueamento como um mecanismo civilizatório e não raciológico, também poderia, a princípio, ser considerada uma explicação para os esforços empreendidos pela AIB para atrair a população negra do Brasil.

Porém, em alguns textos publicados nos seus periódicos, é possível verificar que a AIB buscava enaltecer as características da raça negra e também as suas contribuições para a formação do mestiço brasileiro. Estas preocupações estavam de acordo com as abordagens sobre o negro desenvolvidas pela intelectualidade nacional que se dedicava ao assunto na década de 1930.

Dessa forma, verifica-se que o discurso integralista em relação ao negro, assim como o que abordava os temas relacionados à(s) raça(s), é complexo e às vezes contraditório. A complexidade e contradição dificultam afirmar que o propósito principal da AIB era eliminar a população negra a partir do branqueamento. Esta apreensão pode ser relacionada à reflexão apresentada anteriormente de que a AIB não pretendia excluir os imigrantes da nação brasileira, mas sim os incorporar à cultura e sociedade nacional.

Nessa perspectiva, parece razoável inferir que a raça, no sentido biológico do termo, não era tão importante para AIB, pelo menos não para a doutrinação ideológica empreendida na sua imprensa. Essa reflexão corrobora com a ideia de que o racismo não era elemento primordial da ideologia integralista, mesmo porque consideramos que ele não deve ser entendido como um elemento independente nesta ideologia. Assim, compreende-se que a questão racial não pode ser desvinculada do aspecto nacionalista presente e defendido pela AIB, bem como do projeto homogeneizante de nação integral, que afirmava a capacidade do movimento integralista de garantir a unidade nacional no Brasil.

Contudo, não pretendemos afirmar que a AIB era tolerante a tudo o que estava presente na sociedade brasileira, até porque sua ideologia deve ser caracterizada a partir do prefixo *anti* (antiliberalismo, anticomunismo, antidemocracia, por exemplo). No mesmo sentido, é necessário reafirmar que a proposta totalizante de nação integralista se constituía de maneira autoritária, pois seu objetivo de homogeneizar a cultura nacional implicaria em englobar (e provavelmente extinguir) as diferentes culturas existentes no país para então consolidar a identidade brasileira.

Em resumo, chegamos à conclusão de que, mesmo que haja sinais de um discurso racista e da defesa do branqueamento racial até certo ponto, o racismo não deve ser considerado parte fundamental do ideário integralista, como eram o anticomunismo, o antiliberalismo e o nacionalismo, por exemplo. A abordagem racial da AIB estava muito mais vinculada à sua visão do nacionalismo como homogeneidade e sua intolerância ao diferente era mais cultural, relacionada a uma defesa de um ideal específico de nação do que a um racismo biologicamente definido.

Esta proposta não esgota, claro, a discussão. Acreditamos que podemos levá-la além, analisando como o negro e as questões referentes a esta etnia foram abordadas em um dos principais jornais integralistas, *A Offensiva*, entre os anos de 1934 e 1938, cuja análise será apresentada no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

O negro como parte do projeto de nação da Ação Integralista Brasileira nas páginas de *A Offensiva* (1934-1938)

Como visto no capítulo anterior, o modelo de reconstrução da nação brasileira desenvolvido pela Ação Integralista Brasileira na década de 1930 tinha como ponto norteador a integração e/ou homogeneização de todos os elementos que compunham a sociedade

brasileira, defendendo que, dessa forma, o movimento concretizaria a unidade nacional no Brasil. O povo ou a *raça brasileira* seria, então, fundamental na consolidação do projeto de nação integral, pois, ao mesmo tempo em que ele era considerado como parte da identidade do país, seria o responsável por realizar a tarefa de estabelecer no Brasil o estado integral.

Avaliando que a AIB considerava o mestiço como a síntese do povo brasileiro, bem como levando em consideração as formulações acerca da nação brasileira desenvolvidas pela intelectualidade nacional desde o final do século XIX, pretende-se analisar como a Ação Integralista Brasileira abordava uma das três etnias que constituía o caboclo nacional, a negra, no seu projeto de nação integral.

Para tanto, analisamos as publicações que abordaram o(s) negro(s) ou assuntos relacionados à comunidade negra no Brasil do periódico integralista *A Offensiva*, publicado entre maio de 1934 e março de 1938. A escolha das fontes se deve à relevância deste periódico na imprensa integralista.

Diversos assuntos referentes à população negra foram divulgados em *A Offensiva*, sendo que a maior parte concentrou-se entre os anos de 1935 e 1937. Considera-se que a concentração de publicações nesse período se deve ao contexto de fortalecimento político da AIB no cenário nacional, bem como à consolidação do referido periódico como principal organismo de propaganda doutrinária do movimento integralista.

Foi também na década de 1930 que se organizou a Frente Negra Brasileira (FNB), a mais importante organização político-social de representação e luta dos negros da primeira metade do século XX. Sua relevância na sociedade permite constatar que os negros constituíram uma importante força nas disputas políticas que se fortaleceram depois da denominada Revolução de 1930. A estrutura e a ideologia da Frente Negra Brasileira eram parecidas com a da AIB, o que permitiu a aproximação entre as duas instituições políticas, embora houvesse divergências entre elas. Assim, o papel da Frente Negra na sociedade nacional e a sua relação com a AIB são fatores a serem considerados para a análise da relação entre a AIB e a população negra brasileira.

Nesse sentido, torna-se necessário caracterizar e contextualizar o periódico *A Offensiva* de acordo com as principais mudanças pelas quais a Ação Integralista Brasileira passou no período de publicação do jornal, e também entender a trajetória da Frente Negra Brasileira para, então, delimitar como o negro esteve inserido no discurso integralista veiculado no referido periódico.

O periódico integralista *A Offensiva* (1934-1938)

A imprensa tinha papel fundamental na divulgação da ideologia da AIB, e, principalmente, na socialização e na doutrinação dos militantes integralistas, bem como no esforço que a AIB empreendia na arremetimento de novos filiados ao movimento⁵⁰.

O jornal *A Offensiva*, que começou a circular como semanário tornando-se diário matutino depois de mais de um ano e meio de existência, deve ser considerado o principal periódico da Ação Integralista Brasileira. O partido contou com mais de uma centena de jornais e revistas durante toda a sua existência. Em 1935 criou a *Sigma Jornaes Reunidos*, uma espécie de empresa jornalística que, a partir de então, deveria gerenciar todas as publicações da AIB. Contudo, foi *A Offensiva* o porta-voz do movimento e particularmente do chefe nacional.

Essa importância do periódico pode ser comprovada pelo longo período de permanência e pela assiduidade na publicação do jornal, considerando que a maioria dos periódicos integralistas era de circulação regional e teve duração efêmera, e que grande parte dos assuntos noticiados em *A Offensiva* era republicada nos jornais locais e/ou regionais.

Além disso, a assinatura de *A Offensiva* era obrigatória para todos os chefes de núcleos integralistas, e o periódico sempre enfatizava que todo filiado à AIB deveria assinar ou adquirir o jornal nas bancas para demonstrar sua adequada militância. (CAVALARI, 1999; OLIVEIRA, 2009).

A Offensiva era editada no Rio de Janeiro e esteve sob a orientação do chefe nacional da AIB durante todo o período que circulou. Seu primeiro número foi publicado em 17 de maio de 1934 e o último em 19 de março de 1938. No total foram 748 números editados em publicações semanais e, posteriormente, diárias.

Até 16 de março de 1935 o jornal era publicado às quintas-feiras e a partir de então passou a ser lançado ao público aos sábados, devido a “conveniências administrativas”, o que deve ser entendido como necessário para que os envolvidos na editoração do jornal pudessem conciliar suas atividades profissionais com a confecção do periódico.

Simões (2009) destaca que *A Offensiva* contava com a colaboração de militantes voluntários na sua organização e dependeu menos de funcionários pagos do que do esforço

⁵⁰ O caráter de socialização que a imprensa integralista adquiriu, e a utilização deste recurso para propagar a doutrina do movimento foram bem delineados por Cavalari (1999) e Oliveira (2009).

daqueles, principalmente durante o período em que o jornal era semanal. Durante o tempo em que foi editado diariamente, o jornal não circulava às segundas-feiras.

De acordo com Simões (2009, p. 34-51), *A Offensiva* teve três fases durante a sua existência, caracterizadas a partir das mudanças estruturais pelas quais o jornal passou e das transformações na estrutura da AIB⁵¹.

A Offensiva era a voz do chefe nacional da AIB. Plínio Salgado foi diretor do periódico entre maio 1934 e maio de 1935, quando o nome do chefe passou a constar como orientador do periódico, permanecendo assim até a sua extinção. A partir de janeiro de 1936, a direção do jornal ficou com Madeira de Freitas. O periódico também passou a contar com Ordival Gomes na gerência, que permaneceu no cargo até a extinção de *A Offensiva*, com Victorino de Oliveira como secretário.

Plínio Salgado foi o único que publicou em todas as edições do periódico. (OLIVEIRA, 2009, p. 154). Mesmo que outros líderes integralistas importantes, tais como Miguel Reale e Gustavo Barroso, além de intelectuais de renome na década de 1930, integralistas ou não, tivessem textos publicados em *A Offensiva*, Salgado tinha destaque entre eles.

Durante o período em que era diretor do jornal, o chefe nacional escrevia uma *coluna* que aparecia na primeira página, como uma espécie de editorial pelo qual “falava aos camisas verdes”. A partir de janeiro de 1936, quando *A Offensiva* se tornou diário e houve uma reformulação na sua estrutura, a fala do chefe passou a constar na segunda página. Entre março e julho de 1937, a *coluna* foi escrita pelo então diretor do jornal, Madeira de Freitas, mas Salgado publicava textos sobre vários assuntos nas diversas seções do periódico. (OLIVEIRA, 2009, p. 152 e p. 164).

Além disso, vários textos foram publicados sem autoria, revelando a importância da orientação e direção do jornal, que podem ser avaliados como os responsáveis por esses artigos, ou pelo menos como colaboradores nas publicações. Este fato corrobora com a ideia de que o jornal *A Offensiva* era a voz do movimento pela voz do chefe nacional.

⁵¹ Rodrigo Oliveira (2009, p. 151-166) também caracteriza três fases na vida do jornal. Para sua caracterização o autor privilegia as mudanças na direção e orientação do periódico. Oliveira ainda considera as modificações na forma e no conteúdo de *A Offensiva* para distinguir as fases.

Para este trabalho consideramos a divisão feita por Renata Duarte Simões (2009, p. 35), pois entendemos que, apesar de haver mudanças na estrutura do jornal a partir de maio de 1935 (final da primeira fase caracterizada por Oliveira), a transformação do periódico de semanário para diário (em janeiro de 1936) representa a primeira mudança significativa na história do jornal, conforme demonstrado por esta autora.

O tema abordado nessa espécie de coluna editorial do chefe nacional geralmente se referia a algum aspecto da doutrina integralista, de maneira menos rebuscada do que era apresentado nos livros escritos pelos ideólogos da AIB, o que demonstra o esforço de Plínio Salgado em chegar até os militantes “mais simples”. A defesa do nacionalismo, por um lado, e a oposição ao liberalismo e ao comunismo, por outro, eram temas freqüentes na referida coluna.

A primeira página do jornal continha também uma espécie de cabeçalho com palavras de ordem, na maioria das vezes, escritas em letras garrafais e geralmente do chefe nacional. Continha ainda a divulgação de eventos integralistas nacionais ou realizados pelos núcleos regionais e/ou locais, tais como congressos, encontros, conferências e desfiles (ou marchas), freqüentemente acompanhada por fotos.

Dessa maneira, o formato da primeira página pode ser entendido como esforço do chefe nacional em afirmar sua relevância na AIB e expor a doutrina do *Sigma* de maneira que pudesse ser compreendida pela militância de base e por aqueles que não conheciam a doutrina. Além disso, a demonstração da força e do crescimento do movimento integralista, veiculadas por meio da divulgação dos eventos, com grande número de militantes uniformizados, ou das ações sociais realizadas pelo movimento, visava garantir a socialização dos militantes, bem como divulgar a força da AIB para os não integralistas, possíveis adeptos do movimento.

Na imagem a seguir, é possível observar a disposição da capa do jornal na sua primeira fase, com a coluna do chefe nacional à esquerda, e uma espécie de cabeçalho abaixo do título, do nome de Plínio Salgado como diretor e da data do jornal. Ambos os textos desta página (cabeçalho e coluna editorial) abordam os temas do comunismo e liberalismo, atentando para a oposição entre eles e o Integralismo, que é apresentado como a única organização representante da nacionalidade brasileira⁵².

⁵² A imagem completa desta página do periódico consta como Figura 1 nos anexos deste trabalho.



Figura 1 – Modelo de capa do periódico *A Offensiva* na primeira fase.
A Offensiva, Rio de Janeiro, ano II, n. 37, p. 1, 24 jan 1935.

Assim, ao mesmo tempo em que doutrinava, Plínio Salgado pretendia, pelo periódico, afirmar sua importância como chefe e como doutrinador e ideólogo do movimento integralista, além de demonstrar a força da AIB.

A obrigatoriedade da assinatura ou aquisição do jornal por todos os chefes de núcleos integralistas (locais ou regionais), bem com o enfoque na necessidade de todo integralista adquirir o periódico, deve ser apreendido como uma importante estratégia da AIB para conquistar seus objetivos de alcançar o maior número de leitores e concretizar a uniformização doutrinária dos líderes e militantes. No mesmo sentido, *A Offensiva* pretendia demonstrar àqueles que poderiam se tornar membros da AIB que a organização apresentava uma doutrina unívoca e/ou uniforme.

Para a uniformização da doutrina e para a ampla divulgação do movimento integralista, a transformação do periódico de semanário para diário seria essencial. Plínio Salgado demonstrava sua vontade de modificar a periodicidade do jornal desde o primeiro ano de publicação, e a partir da segunda metade de 1935 afirmava nas páginas de *A Offensiva*, com frequência, que a mudança era necessária devido à força que o movimento adquirira na sociedade brasileira, chamando a atenção dos líderes integralistas para o esforço que deveria ser empreendido para tal transformação, conforme pode ser observado na seguinte passagem:

Agora verifico a necessidade urgentíssima de tornarmos diário o nosso órgão. Elle é vehiculo do meu pensamento, o meio pratico que tenho de me pôr em contato com esses milhares de almas que se dirigem a mim, no ímpeto arrebatador deste movimento, que é o maior da história. Que cada um dos núcleos municipaes do Brasil comprehenda essa premente necessidade e tudo faça para concorrer, na medida de suas forças, a fim de termos na Capital da República o grande matutino synthonizador de todos os espiritos que vibram na vastidão do território brasileiro, e, ao mesmo tempo, o órgão

capaz de criar a unidade absoluta do rythmo de nossa marcha. (SALGADO, 23 out. 1935, p. 2)⁵³.

A partir do momento em que *A Offensiva* se tornou diário, a veiculação de temas diversificou-se e a disposição das matérias no jornal foi modificada com o objetivo de atingir maior público. O periódico passou a enfatizar assuntos referentes ao contexto nacional e internacional, na tentativa de apresentar o matutino como importante fonte de informações de todos os tipos para todos os brasileiros, e não apenas para os integralistas.

A coluna de Plínio Salgado passou então para a segunda página. O cabeçalho passou a destacar assuntos diversos e não dava enfoque somente às palavras de ordem do chefe nacional ou a assuntos relacionados à doutrina integralista. Entretanto, o periódico mantinha clara a posição ideológica da AIB e *A Offensiva* continuava como o porta-voz do movimento. Na imagem a seguir é possível identificar algumas dessas modificações.



Figura 2 – Modelo de capa do periódico *A Offensiva* na segunda fase. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano II, n. 131, p. 1, 17 mar 1936.

A mudança na periodicidade de *A Offensiva* deve ser analisada em sintonia com as transformações estruturais da AIB. A primeira fase do jornal coincide com o período em que o movimento integralista apresentava caráter revolucionário. Portanto, a ênfase na doutrina e ideologia, bem como na utilização de frases de efeito para manter a militância em alerta, se fazia necessária para a consolidação e fortalecimento da AIB como movimento político naquele momento.

⁵³ A grafia original dos textos citados será mantida, da mesma forma que nos capítulos anteriores.

A partir de 1935 e especialmente 1936, o movimento estava melhor estruturado ideológica, administrativa e estrategicamente. A AIB transformara-se em partido político com a mudança do seu estatuto em março de 1935, investia em candidaturas para cargos legislativos, tendo diversos vereadores e deputados estaduais eleitos no ano de 1936, e contava com um número considerável de núcleos regionais e de militantes de base. Além disso, convivia com a Lei de Segurança Nacional (promulgada em 04 de abril de 1935) que, visando abolir ameaças ao poder de Vargas, constituía-se em uma barreira para atitudes agressivas, como seria a tomada de poder a partir de uma revolução⁵⁴.

Assim, no contexto em que a AIB havia abandonado a defesa da atitude revolucionária adquirindo caráter eleitoral, *A Offensiva* se tornava um importante instrumento para angariar filiados e simpatizantes como possíveis eleitores. Dessa forma, a campanha (ou propaganda) integralista para atingir o objetivo de chegar ao poder por meio do voto intensificou-se nas publicações dos anos de 1936 e 1937 do periódico. No ano de 1937, as eleições presidenciais e a participação da AIB na disputa foram noticiadas com frequência, sob várias perspectivas, com ênfase na necessidade de os integralistas se alistarem como eleitores e votarem no candidato da AIB.

Um assunto interessante que recebeu destaque foi a realização de um plebiscito entre os integralistas, ocorrido em 23 de maio de 1937, por meio do qual seria indicado o candidato que disputaria as eleições presidenciais pela AIB. O acontecimento foi amplamente divulgado em *A Offensiva*, que veiculou tanto os motivos e/ou necessidade de realizá-lo, quanto o seu resultado.

De acordo com o chefe nacional, na edição de 25 de abril de 1937, o acontecimento representava a prática da *liberdade orientada* dos integralistas, o que demonstraria a consciência política desses militantes. Na imagem abaixo, pode-se ler o título do texto no qual o chefe nacional discorre sobre as eleições presidenciais e o plebiscito realizado pela AIB.

⁵⁴ Apesar da Lei de Segurança Nacional ter o objetivo de atingir principalmente os comunistas, tanto que foi com base nela que a ANL foi colocada na ilegalidade em julho de 1935, a AIB foi atingida pela extinção de sua milícia e, provavelmente, sentia sua existência ameaçada, o que contribuiu para a mudança nas suas estratégias e até na maneira de divulgar o movimento nas páginas do jornal *A Offensiva*.



Figura 3 – Capa de *A Offensiva* com propaganda sobre o plebiscito da AIB. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 472, p. 1, 25 abril 1937.

Depois do plebiscito, a escolha de Plínio Salgado como candidato à presidência pela AIB foi disseminada em artigos e notas anunciando o apoio de diferentes setores da sociedade brasileira à candidatura do chefe nacional, na tentativa de demonstrar que a AIB tinha força suficiente para chegar ao poder por vias eleitorais.

A nota intitulada *A palavra da mulher pelo candidato do Brasil*, acompanhada pela foto de uma mulher mulata discursando para algumas pessoas, é composta pelo seguinte texto: “Num comício integralista na província de Guanabara, em Catumby, D. Morgan Brandao dirige a sua palavra de mãe e de trabalhadora ao povo, pela candidatura de Plínio Salgado à presidência da República”. (A PALAVRA..., 13 jul. 1937, p. 3).



Figura 4 – Nota publicada em *A Offensiva* sobre a candidatura de Plínio Salgado à presidência. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 538, p. 3, 13 jul 1937.

A preocupação em espalhar a ideia de que os integralistas haviam exercido a “verdadeira democracia”, ou seja, a *democracia integralista*, com a escolha do seu candidato para disputar as eleições presidenciais, bem como a divulgação do apoio do povo brasileiro ao candidato Plínio Salgado, foi conduzida com afincamento nas páginas de *A Offensiva*, especialmente no ano de 1937, o que demonstra a importância dessas eleições para a AIB.

Entre o final de 1937 e o início de 1938, ou seja, na terceira e última fase do periódico, *A Offensiva* buscou desvincular o caráter político do Integralismo, apresentando o movimento como associação cultural. Assim, passou a ser o jornal da Associação Brasileira de Cultura (ABC), provavelmente com o objetivo de não deixar o movimento integralista acabar.

Os textos publicados nesse período geralmente noticiavam as atividades dos “ex-integralistas”, ou se referiam à ABC como antiga (ou “ex”) AIB, o que nos remete à ideia de que o periódico ainda tentava manter unida a militância integralista. O último número de *A Offensiva* foi publicado em 19 de março de 1938, sem noticiar o fim do jornal, que provavelmente foi extinto devido à desarticulação do movimento integralista por Vargas, e, conseqüentemente, a dificuldade de manter unida a militância da “ex-AIB”.

Nessa perspectiva, é possível afirmar que o jornal *A Offensiva* estruturou-se de acordo com os objetivos da AIB e divulgava os assuntos de maior interesse do movimento em determinados contextos. Assim, por meio deste periódico é possível compreender a trajetória do movimento integralista, bem como inferir que os assuntos de maior interesse para a AIB eram os divulgados no periódico.

Dessa forma, examinar como *A Offensiva* veiculou os assuntos relacionados à população negra brasileira contribui para entender como esta etnia era vista pelo movimento integralista, para determinar a relação entre AIB e a população negra nacional na década de 1930, bem como apontar os motivos que levaram os negros do Brasil a aderirem a um movimento político de caráter fascista.

No mesmo sentido, colabora para o entendimento sobre a questão racial presente na AIB relacionada à defesa da miscigenação como representante da nacionalidade brasileira, e ao projeto homogeneizante de nação integral. Também fornece contribuições para os estudos sobre os negros do Brasil na década de 1930. Assim, apresentaremos como o movimento integralista veiculou os assuntos relacionados à comunidade negra brasileira no referido periódico.

Os negros na sociedade brasileira e em *A Offensiva*: civilizar para integrar?

O jornal integralista *A Offensiva* divulgou muitos textos que abordavam temas específicos e interessantes aos afrodescendentes em determinados períodos. A partir da análise do periódico, constatou-se a publicação de um número considerável de textos, entre artigos e notas, além de fotos e imagens de negros, concentrada entre os anos de 1936 e 1937, conforme o quadro seguinte.

TEMA/ ANO	13 DE MAIO	GUERRA DA ABISSÍNIA	ESPORTE (Futebol, pugilismo)	CULTURA (Folclore, festas, danças)	CASTRO ALVES	ESTUDOS ACADÊMICOS SOBRE OS NEGROS	TOTAL POR ANO
1934	—	—	—	—	—	—	—
1935	—	01	—	02	—	—	03
1936	03	07	07	—	—	05	22
1937	04	01	13	01	11	04	34
1938	01	02	03	03	01	01	11
TOTAL POR TEMA	08	11	23	06	12	10	70

Quadro 1 - Número de artigos e notas que abordam assuntos relacionados à população negra publicados no jornal *A Offensiva* (1934-1938), POR TEMA.

A concentração de publicações nos anos de 1936 e 1937 deve ser compreendida de acordo com a conjuntura da AIB, já bem estruturada e voltada às eleições e à arrematamento de eleitores naqueles anos, bem como de acordo com a consolidação do jornal *A Offensiva* como o principal periódico do movimento integralista, conforme demonstrado.

A Abolição da escravidão no Brasil (ou o *13 de maio*), assunto que evidentemente interessava à população negra, foi noticiada com frequência entre os anos de 1936 e 1938. O fato chamou a atenção para a possível relação entre a divulgação do evento, por um lado, e a propaganda política pela candidatura presidencial empreendida pela AIB em *A Offensiva* no período, por outro.

Afinal, porque o periódico divulgaria e enalteceria tal evento da história do Brasil somente a partir de 1936, em determinado contexto particularmente interessante para o

movimento integralista, se não para chamar a atenção do público para o qual o acontecimento era importante? Não obstante, outras preocupações foram constatadas nas publicações, principalmente voltadas à divulgação da doutrina integralista, conforme será apresentado em tópico específico sobre o assunto.

Estudos sobre a população negra como etnia constituinte do povo brasileiro e as suas contribuições para a cultura nacional, assim como a vinculação entre negros e mulatos aos esportes, especialmente o futebol, também foram consideravelmente divulgados no periódico. Contudo, é importante fazer uma ressalva: o grande número de publicações sobre esportes e negros se deve ao fato delas se constituírem principalmente de pequenas notas e/ou imagens de esportistas e/ou jogadores.

Além desses assuntos, devemos considerar que a Guerra da Abissínia (1935-1936), noticiada com afinco no periódico, importava à AIB por envolver a nação fascista italiana, mas também era relevante para a população negra, pois envolvia a última nação africana livre da colonização europeia. Nesse sentido, a invasão da Etiópia pela Itália fascista possivelmente era entendida como uma afronta aos negros.

Assim, verificou-se a pluralidade de assuntos e de autores nos textos publicados em *A Offensiva* que versavam ou interessavam à população negra brasileira. Este fato demonstra a heterogeneidade das interpretações acerca dos afrodescendentes desenvolvidas por meio do periódico, que pode ser estendida à visão que o movimento integralista tinha sobre essa etnia.

A variedade de temas e principalmente a diversidade na maneira com que os assuntos foram abordados demonstram que não havia uma linha única a ser seguida quando se tratava de matéria referente aos afrodescendentes. Isto sugere que a preocupação maior do periódico em relação aos negros era chamar a sua atenção, ainda que eles não constituíssem o público principal do jornal ou do movimento integralista, como obviamente era considerado pelos movimentos negros nacionais, como a Frente Negra Brasileira, por exemplo.

Apesar da heterogeneidade das publicações, das ambigüidades verificadas entre elas, e até, em alguns casos, da maneira dúbia com que um mesmo assunto aparecia em determinado texto, é possível estabelecer algo de comum entre os documentos analisados. Os temas referentes aos negros eram divulgados como assuntos nacionais, ou seja, como pertencentes à história do Brasil e/ou relacionados à doutrina integralista, considerada (obviamente pela AIB) como a doutrina que representava a verdadeira nacionalidade do país ou *brasilidade*.

Assim, a ideia de que o negro fazia parte do Brasil e, portanto, deveria fazer parte da nação integral, ou seja, da verdadeira unidade nacional brasileira presente no discurso da AIB,

pôde ser constatada na análise das publicações. Nesse sentido, os negros eram valorizados como constituintes da nação brasileira, em detrimento dos estrangeiros, que, como vimos, eram associados aos inimigos da AIB, ou seja, às doutrinas internacionais, como o liberalismo e o comunismo.

Não obstante, em algumas ocasiões, é possível apreender nas páginas de *A Offensiva* que o negro deveria estar/ser civilizado (no sentido europeu do termo) para que fosse integrado, o que, por sua vez, estava de acordo com o objetivo da AIB de estabelecer uma nação homogênea e civilizada no Brasil.

Nessa perspectiva, a ambigüidade verificada em algumas publicações pode ser estendida à interpretação da AIB sobre os negros, o que, por sua vez, deve ser relacionada à própria ambigüidade da intolerância integralista, que, ao defender a unidade nacional, característica do seu nacionalismo, priorizava o estabelecimento de uma cultura genuinamente nacional, autoritariamente delineada, que excluía a diversidade cultural, especialmente as culturas estrangeiras.

Mais um elemento deve ser considerado na análise das publicações. É possível aproximar a defesa da civilização dos negros feita pela AIB aos discursos dos líderes negros brasileiros da década de 1930. Esta reflexão permite considerar a existência de uma relação próxima e/ou semelhanças entre a AIB e o movimento negro, especificamente a Frente Negra Brasileira (FNB).

Essa relação corrobora com a ideia de que havia uma espécie de “pano de fundo” para os discursos referentes ao povo e nação brasileira na década de 1930. O consenso de que o mestiço (a partir das três etnias: índios, portugueses e negros) representava a raça brasileira estava associado à defesa da necessidade de civilizar o Brasil, que para tanto precisava de um povo também civilizado.

Esse “pano de fundo” foi apropriado pelos brasileiros interessados em solucionar os problemas do país, especialmente aqueles ligados à consolidação da unidade nacional brasileira, e foi defendido inclusive por aqueles que lutavam pela inserção dos negros e contra a discriminação racial evidente no Brasil naquele momento, como pode ser observado nos pressupostos da Frente Negra Brasileira.

Ao reivindicar a integração dos ex-escravos à sociedade brasileira por meio do acesso a todos os setores sociais, como a educação, a política e a economia (trabalho), muitos líderes negros defendiam os mesmos valores que a elite intelectual branca: a disciplina no trabalho, a educação como forma de ascensão social e econômica, atitudes visando à prática de hábitos

saudáveis como higiene e prevenção de doenças e o abandono de hábitos maléficos como o alcoolismo, por exemplo. Esses elementos também puderam ser constatados no discurso da AIB, o que permite notar a presença do autoritarismo característico da década de 1930 tanto na ideologia integralista quanto na fretenegrina.

Contudo, é importante enfatizar que a valorização de aspectos relevantes para a elite branca pelos movimentos negros não descaracteriza o caráter inovador destes, especialmente no que se refere à denúncia sobre o preconceito racial e sobre a exclusão de negros em determinados setores e atividades da sociedade brasileira. Também é necessário ponderar as diferenças entre a Frente Negra e a Ação Integralista Brasileira, principalmente porque esta não se caracterizava pela luta em benefício especificamente da população negra, como é o caso daquela.

A Frente Negra Brasileira é considerada a instituição de caráter político-social de luta pelos direitos dos *homens de cor* [sic] mais relevante da primeira metade do século XX. Porém, desde pelo menos o final do século XIX, os negros (libertos, ex-escravos e homens letrados *de cor*) organizaram instituições com o objetivo de se auxiliarem mutuamente e/ou reivindicarem melhores condições de vida para a população que havia permanecido cativa durante mais de trezentos anos no Brasil.

A partir das décadas de 1870 e 1880 começaram a se desenvolver instituições que podem ser classificadas como movimento negro⁵⁵: a imprensa, os clubes e/ou associações recreativas e as organizações de caráter político. Apesar de apresentarem objetivos semelhantes (mesmo que sob diversas formas): denunciar as injustiças e reivindicar os direitos dos negros, até a década de 1930 não houve uma organização que tivesse adquirido força suficiente para se tornar a representante da população negra em todo o Brasil.

A maior parte das instituições do movimento negro era organizada na cidade de São Paulo, fortalecendo-se regionalmente⁵⁶ e até a organização da Frente Negra Brasileira,

⁵⁵ Para a caracterização de movimento negro, ver Petrônio Domingues (2007, p. 101). O autor denomina movimento negro de acordo com Regina Pahim Pinto: “a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural”.

⁵⁶ Regina Pahim constatou que existiram 123 associações de negros na cidade entre o final do século XIX e início do XX, sem contar as organizações carnavalescas e de esportes; e Domingues conferiu a existência de 85 instituições entre 1897 e 1937. (*Apud* OLIVEIRA, 2008, p. 11).

nenhuma instituição havia se consolidado como nacional ou conseguido agregar os negros nacionalmente⁵⁷.

De acordo com Oliveira (2008), o que permite considerar a excepcionalidade e o pioneirismo da Frente Negra Brasileira dentre as outras instituições do movimento negro no Brasil é a repercussão e alcance que ela obteve. Além das características comuns a outras instituições de reivindicação dos *homens de cor*, a Frente Negra conseguiu atingir um número relativamente alto de adeptos, teve longa duração e uma estrutura administrativamente organizada e hierarquicamente delimitada⁵⁸, sendo considerada a instituição que deu origem ao *movimento negro de caráter político* na luta contra o preconceito racial no país⁵⁹.

A sua estruturação deve ser buscado na década de 1920, momento em que os objetivos da imprensa e das associações de negros se apresentavam delineados. Gomes (2005) observou que, naquele decênio, os esforços para fortalecer a *classe dos homens de cor [sic]* a partir da educação, bem como manter certa militância política entre os negros, se consolidaram em instituições que pretendiam representar a população negra.

Na década de 1920, uma organização e dois jornais fortaleceram-se sob lideranças negras que participaram da fundação, organização e existência da Frente Negra Brasileira na década seguinte. Assim, o Centro Cívico Palmares (CCP) deve ser considerado precursor da Frente Negra Brasileira, e os jornais *Progresso* e *Clarim d'Alvorada*, importantes instituições das quais despontaram militantes e/ou líderes da Frente Negra Brasileira. Destarte, de acordo com Oliveira (2008, p. 20), foi a partir dessas instituições que as lideranças negras da década de 1920 articularam a Frente Negra Brasileira.

⁵⁷ Houve uma tentativa de unificar as instituições de caráter reivindicatório dos negros promovida pelo Grupo Dramático e Recreativo Kosmos no início do século XX. (DOMINGUES *apud* OLIVEIRA, 2008, p. 12). No entanto, a concretização da união dos negros se deu somente na década de 1930, com a Frente Negra Brasileira.

⁵⁸ As outras características apresentadas pela autora são as seguintes: combate ao preconceito racial; esforço coletivo de protesto; objetivo de entender e resolver os problemas do grupo (negro); finalidade de esclarecer, conscientizar e instruir a população negra; adoção de uma posição de representantes dos interesses do grupo (negro); realização de um esforço deliberado, consciente e sistemático em prol da causa negra; desenvolvimento de um projeto político-ideológico em defesa do grupo (negro); estímulo ao desenvolvimento da consciência e identidade racial; questionamento e desafio ao padrão dominante; organização com base nos modelos ocidentais dos grupos políticos; e intervenção direta nas estruturas formais do poder. A autora caracteriza esses elementos de acordo com a historiografia sobre movimento negro no Brasil, destacando os seguintes autores: Bastide, Fernandes (1959, 1978); Pinto (1998); Domingues (2005); Silva (1990); Félix (2001); Bicudo (1945). (OLIVEIRA, 2008, p. 23-25).

⁵⁹ Devido ao caráter cultural e de diversão das associações (Clubes Recreativos, Grêmios, organizações esportivas e/ou carnavalescas), a historiografia sobre o movimento negro tende a considerar a Frente Negra Brasileira como a organização precursora do movimento negro de *caráter político* no Brasil. Sobre a historiografia que aborda o assunto, ver Oliveira (2008, p. 21-25).

A instituição atingiu grande número de adeptos negros, constituindo-se como movimento de massa⁶⁰, foi criada e organizada pela elite intelectual negra⁶¹ do período e seu discurso estava voltado para a classe média negra, refletindo os valores dominantes do período.

Entretanto, para Oliveira (2008, p. 27), a base da militância fretenegrina era constituída pelo setor popular negro. Segundo a autora, Arlindo Veiga dos Santos “reclamava da omissão dos ‘negros cultos’ e dos ‘moços e moças formadas’”, o que demonstraria que, “com exceção dos quadros dirigentes, [a FNB] parece não ter atraído a reduzida classe média negra, sendo formada, majoritariamente, por estratos populares”. (OLIVEIRA, 2008, p. 27).

Fundada na cidade de São Paulo em 16 de setembro de 1931, a Frente Negra existiu até novembro de 1937, quando Getúlio Vargas implantou o Estado Novo e pouco tempo depois extinguiu todos os partidos políticos do Brasil. Ela mantinha delegações (ou seja, filiais) em diversas cidades de outros estados, assumindo caráter nacional na reivindicação dos direitos dos negros. Durante sua existência, teve dois presidentes, Arlindo Veiga dos Santos (entre 1931 e 1934) e Justiniano Costa (entre 1934 e 1937).

A Frente Negra Brasileira existiu durante praticamente o mesmo período que a Ação Integralista Brasileira, o que nos permite pensar que aquela seria alvo de disputa política para esta. Da mesma forma que a AIB, a FNB se transformou em partido político, em 1936, evidenciando o seu objetivo de interferir nas decisões políticas em favor da comunidade negra.

A semelhança entre as duas organizações também pode ser percebida nos seus lemas e na organização administrativa. A Frente Negra, além da valorização da nação, da religião, e da família, priorizava a *raça* negra, sendo que seu lema era constituído pelos elementos *Deus, Pátria, Raça e Família*.

Além disso, a FNB, assim como a AIB, mantinha uma Milícia, comandada por Pedro Paulo Barbosa, e também um periódico oficial, *A Voz da Raça*, que circulou entre 1933 e

⁶⁰ O número de filiados à FNB não é consenso e os dados são divergentes. Segundo Oliveira (2008, p. 28), três meses após a fundação da instituição, Isaltino Veiga dos Santos anunciava que havia 22 mil filiados à FNB. Em maio de 1932, fontes oficiais da organização divulgavam a existência de 15 mil associados apenas na cidade de São Paulo; e em novembro deste ano anunciavam 50 mil sócios da FNB. Em 1935, o então jornal oficial da FNB, *A Voz da Raça*, divulgava a existência de mais de 100 mil associados. Florestan Fernandes chegou a considerar 200 mil fretenegrinos, entretanto, sem especificar as fontes.

⁶¹ É importante ressaltar que ao referirmos à elite intelectual negra, consideramos a minoria alfabetizada e profissionalmente bem sucedida dos negros no período, que se apresentava em relativa ascensão social e/ou econômica. Entretanto, é necessário enfatizar que, de acordo com Florestan Fernandes (*apud* OLIVEIRA, 2008, p. 27), essa elite negra não poderia ser incluída na classe média nacional.

1937⁶². O presidente da Frente Negra tinha poder quase ilimitado. Conforme seus estatutos ele era a “máxima autoridade e o supremo representante” do movimento e sua ação seria limitada apenas “pelos princípios que a orientam” (Artigo 7º do Estatuto da Frente Negra Brasileira *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 123), o que também pode ser comparado ao poder supremo do chefe nacional da AIB.

De caráter semelhante às Secretarias da AIB, a Frente Negra contava com os Departamentos, que deveriam organizar atividades e tarefas específicas. Entre eles, o Departamento de Educação e Instrução se destacava na organização de escolas para alfabetização e instrução da *gente de cor* e também na coordenação e preparação das festividades da FNB.

O caráter, a denominação, e o lema da instituição nos permitem refletir que a Frente Negra Brasileira tinha o objetivo de representar social e politicamente a gente negra nacional, ao mesmo tempo em que procurava mobilizar os negros para a sua situação e para a necessidade de modificá-la.

Denunciando as injustiças sofridas pela população negra, devido ao preconceito racial e às dificuldades de os ex-escravos se estabelecerem no mercado de trabalho, a Frente Negra lutava contra o racismo e, ao mesmo tempo, criava mecanismos para inserção do negro na sociedade, sendo a fundação de escolas um bom exemplo dessa mobilização⁶³.

Sua doutrina refletia os dilemas e debates da década de 1930, ou seja, os valores característicos da elite intelectual do período, que eram vinculados às suas reivindicações em favor da população negra. Assim, a FNB valorizava o nacionalismo, além do autoritarismo, elementos significativos naquele período, relacionando-os à importância da *raça* negra para a sociedade brasileira e à defesa desta *raça* como representante do povo brasileiro, características predominantes na ideologia frentenegrina.

⁶² O jornal circulou de março de 1933 até 1937 (não foi encontrada referência à data do seu último número). Iniciou como semanário, passando a quinzenário em julho do mesmo ano, e mensário em 1935. Seu subtítulo mudou de “órgão oficial da FRENTE NEGRA BRASILEIRA” para “órgão da gente negra brasileira”, em abril de 1934, conforme se verificou nas primeiras páginas do periódico.

⁶³ A FNB considerava a educação como essencial para a ascensão dos negros. Sobre as escolas frentenegrinas, *vide* Domingues (2008) e Araújo (2007). Os autores demonstram que a educação era considerada um mecanismo de mobilização e importante meio para a inserção do negro na sociedade e no mercado de trabalho. Araújo analisa a organização da escola primária criada pela FNB em São Paulo. Ao avaliar o currículo utilizado na escola, a autora demonstra que, apesar de as escolas frentenegrinas não apresentarem um projeto pedagógico específico e distinto do regular, é possível verificar a inclusão de temas considerados importantes para os negros no currículo e/ou nas festividades do calendário escolar, como o aniversário da FNB, comemorado em 16 de setembro, e a Abolição da escravidão, celebrada em 13 de maio.

Assim, nacionalidade e *raça* estavam sempre presentes no nacionalismo da Frente Negra. A instituição buscava demonstrar que a *raça* negra fazia parte da nação brasileira, e mais: era a representante do povo brasileiro. Por isso, os negros deveriam ser contemplados, participando de maneira justa nos diversos setores da sociedade nacional.

Ao abordar a constituição da população do Brasil, a Frente Negra também considerava o povo brasileiro mestiço – o que estava de acordo com as discussões desenvolvidas pela intelectualidade nacional desde o início do século XX –, destacando a relevância do negro na história nacional – o que, por sua vez, estava de acordo com a sua luta contra o preconceito racial e a favor da inserção social dos negros. Assim, para a FNB, a miscigenação era entendida como parte da nacionalidade brasileira⁶⁴.

A organização apresentava uma visão negativa dos imigrantes, quase xenofóbica. Os seus adeptos tendiam a considerar os imigrantes europeus como se eles não fossem verdadeiros brasileiros e ainda discriminavam os verdadeiros representantes do povo brasileiro, ou seja, os negros.

Além disso, os imigrantes europeus eram vistos como aqueles que traziam ao corpo nacional os germes da democracia liberal e do comunismo, ideologias estrangeiras rejeitadas pelos fretenegrinos. Porém, a Frente Negra admirava Hitler e Mussolini como grandes líderes, mas este último perdeu o encanto para os negros devido à invasão da Etiópia em 1935.

Assim, é possível identificar na ideologia fretenegrina a valorização do autoritarismo, do nacionalismo e da miscigenação, elementos que constituíam o pensamento social brasileiro na década de 1930, bem como o anticomunismo e o antiliberalismo. Todos esses estavam igualmente presentes na ideologia da AIB.

O autoritarismo da FNB também pode ser constatado na organização hierárquica e burocrática da instituição, bem como pela influência do seu primeiro presidente, Arlindo Veiga dos Santos, que também fazia parte do patrianovismo, movimento político de caráter autoritário fundado por ele em 1928, que tinha como objetivo restaurar a monarquia no Brasil.

Nesse sentido, a Frente Negra apresentava, ao menos no início, forte influência do movimento patrianovista, e também do catolicismo, que havia sido a religião oficial do

⁶⁴ Sobre a relação entre as teorias raciais desenvolvidas pelos intelectuais nacionais no início do século XX, especialmente a do branqueamento, e o entendimento sobre a questão racial e a nação pela FNB ver Oliveira (2008, p.57-92). A autora também analisa como a valorização do mestiço por alguns intelectuais brasileiros, tais como Manoel Bomfim, Alberto Torres e Gilberto Freyre, refletiu no movimento negro brasileiro e, especificamente, na ideologia da Frente Negra Brasileira. O que se aproxima da valorização do mestiço pela AIB.

Império no Brasil. Apesar dessa organização política tentar se desvincular do patrianovismo (apresentando-se como movimento político distinto dele), e de nem todos os fretenegrinos identificaram-se com as ideias patrianovistas, é possível considerar que estas influenciaram a Frente Negra, devido à importância e ao poder de Arlindo Veiga dos Santos nas duas instituições⁶⁵.

Os elementos doutrinários e/ou ideológicos da Frente Negra podem ser verificados nos mecanismos criados para estabelecer uma identidade (negra e brasileira) entre os fretenegrinos. A sua interpretação sobre a história nacional, bem como seus símbolos e rituais demonstram esse intuito.

A instituição priorizava a história do povo negro no Brasil, buscando dar destaque ao passado comum na terra brasileira, em detrimento da valorização do passado africano, o que condizia com a postura nacionalista da FNB. Os símbolos e rituais buscavam enaltecer a composição mestiça do povo brasileiro e a importância do negro para o país. A bandeira, composta por quatro cores evidenciava esse intuito com a cor branca representando o português, o vermelho representando o índio, a cor preta representando o negro, e o verde representando o quilombo dos Palmares – a epopeia dos negros na Serra da Barriga. (OLIVEIRA, 2009, p. 41).

A elegia ao negro também pode ser verificada no *Canto da Gente Negra* (o Hino da Frente Negra) e no Hino das crianças ou o *Canto da criança fretenegrina*. (OLIVEIRA, 2009, p. 129-130). Além disso, a FNB comemorava algumas datas consideradas importantes para a gente negra nacional e para a história do país, como o aniversário de fundação da FNB (16 de setembro) e a Abolição da escravidão (13 de maio), bem como comemorava as festas tipicamente nacionais, como as festas juninas, por exemplo. (OLIVEIRA, 2009, p. 42).

Para manter unida a militância fretenegrina, a instituição também realizava festividades ordinárias para encontro dos negros, como as domingueiras em que havia conferências e palestras com homens negros (ou brasileiros) ilustres e/ou bailes dançantes.

Assim, nos rituais e comemorações da FNB é possível constatar a importância do nacionalismo para a instituição, verificando-se, nesse sentido, a semelhança doutrinária entre a FNB e a AIB. A relevância do nacionalismo para ambas as instituições também permite refletir sobre a possibilidade da existência de um ponto de conflito entre as organizações. Ao se apresentarem como representantes da nação brasileira, tanto a AIB como a FNB não admitiriam outra organização política com a mesma característica.

⁶⁵ Sobre Arlindo Veiga dos Santos e sua atuação no patrianovismo, ver Domingues (2006).

Essa avaliação contribui para a análise sobre as abordagens dos negros pela Ação Integralista Brasileira, pois sugere que o apoio deles, considerados parte constituinte do povo e nacionalidade brasileira, seria disputado pelas duas instituições que se afirmavam nacionalistas e representantes da nação.

Apesar de haver semelhanças e divergências entre a Frente Negra Brasileira e a Ação Integralista Brasileira, bem como a existência de negros nas fileiras da AIB, não há estudos específicos sobre a relação entre as organizações, nem sobre a existência de pessoas que militassem simultaneamente nas duas instituições.

Segundo Karin Kossling, a maior parte dos negros que militaram na AIB o fez por mediação da Frente Negra. Embora seja uma afirmação que não possa ser confirmada pelas fontes e nem por pesquisas regionais, deve ser considerada, ao menos em parte, como verdadeira, pois o papel da FNB e do seu presidente, Arlindo Veiga dos Santos, contribuem significativamente para a compreensão da militância negra no Integralismo.

É evidente que nem todos os negros que militaram na AIB eram militantes ou ex-militantes da FNB, mas a sua relação com o Integralismo nos permite compreender melhor as questões que estavam em jogo para boa parte da comunidade de origem africana do Brasil naquele momento.

Arlindo Veiga dos Santos participou da reunião de fundação da AIB, em outubro de 1932, mas não aderiu à AIB, provavelmente devido ao republicanismo característico desta, visto que Veiga dos Santos era monarquista. Apesar da não filiação de Veiga dos Santos à AIB, o movimento integralista tentou se aproximar da Frente Negra⁶⁶, e chegou a contar com o apoio do presidente fretenegrino. Porém, parte da Ação Integralista Brasileira repudiava o exclusivismo racial de alguns dos membros da Frente, considerando que esse exclusivismo dividiria os brasileiros, o que estava em desacordo com a proposta integradora da AIB.

Dentro da Frente Negra, a tensão também existia. Arlindo Veiga dos Santos era, como visto, patrianovista e, estando muito próximo do integralismo, era acompanhado por boa parte da militância negra. Por outro lado, alguns militantes da Frente identificavam nos integralistas o fascismo racista que eles repudiavam e, por isso, recusavam o apoio que Veiga Santos dava à AIB em nome dos negros (MALATIAN, 1990, p. 44-48). Alexandre Marques demonstra, além disso, que a guerra da Etiópia ajudou a levar boa parte da militância da Frente para uma

⁶⁶ Kossling (2004, p. 22) demonstra que, além do discurso, a AIB buscou se aproximar da Frente Negra a partir de contatos com lideranças fretenegrinas. De acordo com a autora, em 1937, um integralista negro, Olympio Moreira da Silva, ao tentar organizar um núcleo da AIB na região de Tieté [SP], buscou se aproximar da Delegação da Frente Negra da região para “se infiltrar no meio da raça negra local”.

posição menos favorável ao fascismo, o que deve ter levado a resistências contra a posição pró-AIB de Veiga Santos.

A dificuldade em estabelecer conclusões mais elaboradas acerca das relações entre FNB e AIB aumenta na medida em que não encontramos referências sobre a Frente Negra Brasileira no periódico integralista analisado.

Quanto à referência sobre a AIB pela Frente Negra, há um artigo de Plínio Salgado reproduzido no jornal *A Voz da Raça*, em 1934, no qual o chefe nacional da AIB chamava a atenção da “mocidade da Pátria” para a necessidade de lutar pela grandeza do Brasil, que, segundo Salgado, estava abandonado pelas autoridades políticas naquele momento⁶⁷.

Esta reprodução nos permite pensar na aproximação entre as instituições, pois o assunto principal do texto é o nacionalismo, o que corrobora com a constatação da relevância deste elemento na doutrina das duas organizações, embora possa parecer contraditório ao argumento apresentado anteriormente, afirmando que este componente pudesse representar também um ponto de conflito entre as organizações.

Essa contradição confirma a possibilidade de uma relação ambígua entre AIB e FNB, que também pode estar apoiada no fato, bem conhecido e já citado, da presença de negros na AIB. Este fato foi ressaltado diversas vezes no periódico *A Offensiva*, como é possível constatar em notas, artigos e fotos publicadas em diversas seções do jornal.

O assunto instiga a questionamentos quando se considera o caráter fascista da AIB, mas é facilmente aceitável quando se verifica que a maior organização de negros no Brasil, ou seja, a Frente Negra Brasileira, também apresentava elementos doutrinários semelhantes aos dos movimentos fascistas.

Conforme verificado na organização e doutrina da Frente Negra, esta instituição apresentava diversos aspectos que permitiriam qualificá-la como fascista. Afinal, ela era um movimento nacionalista, antiliberal, anticomunista, defensor da mobilização das massas populares, voltado às classes médias, e com a presença de um líder carismático.

Além disso, sua ideologia era exclusivista, definindo claramente quem era o “outro” a ser rejeitado, os estrangeiros, os brancos em geral, e os verdadeiros membros da comunidade nacional, os negros (e até certo ponto os mestiços) e aceitavam o recurso à violência, organizando milícias. Por fim, admiravam Hitler e Mussolini e os aceitavam como exemplos a serem seguidos.

⁶⁷ Oliveira (2009, p. 93-94) transcreveu parte do artigo, o qual não conseguimos verificar devido à ilegibilidade do documento que acessamos no Cedem da UNESP, Campus de Assis, SP.

Por outro lado, há outros aspectos que fazem essa classificação menos aceitável. Ao mesmo tempo em que defendiam a raça negra como a autenticamente nacional, uma parte dela ao menos acabava por aceitar e proclamar a necessária integração de negros e brancos na comunidade brasileira, o que, aliás, pode ter contribuído para a passagem de muitos para o Integralismo.

A sua concepção de mundo era essencialmente católica e de defesa da Monarquia, os que os separava do integralismo e do fascismo e os aproximava dos patrianovistas e de um padrão mais conservador do que revolucionário. Por fim, era complicado para muitos deles se autodefinirem como fascistas quando os fascismos os caracterizavam como inferiores racialmente.

Apesar de a pergunta se a Frente Negra poderia ser classificada como fascista permanecer em aberto, o fato de a instituição apresentar elementos ideológicos e organização semelhantes à doutrina e estrutura administrativa da AIB parece inquestionável. No mesmo sentido, essa semelhança pode ter possibilitado a simpatia e a filiação de negros ao movimento integralista.

Entretanto, da mesma forma que não foi possível delimitar as relações entre a AIB e a FNB, é muito difícil afirmar que o que fazia com que os negros aderissem ao integralismo era simplesmente e somente o fato desta organização apresentar caráter semelhante ao da Frente Negra, ou mesmo, fascista.

Parece mais aceitável o apelo que o discurso integralista apresentava na sua imprensa, a partir da divulgação de assuntos que interessavam a essa etnia, somada, provavelmente, às iniciativas assistencialistas da organização, como a organização de escolas de instrução e alfabetização, visto que a FNB também valorizava a educação como forma de ascensão dos *homens de cor* e de lactários, por exemplo, somadas talvez ao nacionalismo e ao projeto integrador de nação da AIB, bem como à importância que a AIB tinha no contexto nacional, que proporcionaria maior visibilidade ao negro excluído dos diversos setores da sociedade brasileira.

Assim, o Integralismo apresentava apelos específicos aos descendentes dos ex-escravos, e, possivelmente, muitos destes decidiram vestir a camisa-verde por acharem o apelo convincente. Alguns dos valores e ideias propagados pela AIB, como a regeneração da raça via educação, e a valorização da nação mestiça, tinham, com certeza, repercussão especial entre eles.

Nesse sentido, como já foi destacado, a Ação Integralista Brasileira veiculou em *A Offensiva* diversos textos relacionados a assuntos que interessavam à comunidade negra do Brasil. A partir da análise dos textos, é possível inferir que a AIB utilizou os temas relevantes para os negros para se aproximar desta etnia, o que acarretaria um número maior de filiados ao integralismo. Conforme destacado, o discurso geral do periódico *A Offensiva* não era dirigido especificamente aos negros, todavia, ao publicar matérias que, de alguma forma, interessavam a esse público, a valorização da etnia e/ou da mestiçagem como representante da nacionalidade brasileira estiveram presentes, muitas vezes em meio à valorização de um ou mais elementos da doutrina e/ou ideologia integralista.

Assim, o apelo dirigido à população negra deve ser compreendido em consonância com a ideia de nação da AIB, que ao defender a homogeneidade dos elementos nacionais para a consolidação da nação brasileira, pretendia englobar toda a população nacional. Esta, por sua vez, deveria se identificar com os valores propagados pela AIB, considerados os verdadeiros valores nacionais, em vez de se identificar com qualquer outro elemento, como a identidade étnica, negra e/ou africana, por exemplo.

Os negros, a nação *integradora* e a propaganda ideológica integralista

A Offensiva divulgou alguns artigos enaltecendo a cultura negra como parte da cultura nacional brasileira. O principal autor de textos com essa abordagem foi Ernani Silva Bruno⁶⁸, que, durante o ano de 1936, manteve uma espécie de *coluna*, não assídua, denominada *Meditações Brasileiras* em que versava sobre a os problemas da nação brasileira, especialmente aqueles ligados à dificuldade de consolidar a unidade nacional no Brasil. Nessa coluna, o autor também discutiu a questão do negro na sociedade nacional.

⁶⁸ Ernani Silva Bruno nasceu em 1913, em Curitiba, PR, e radicou-se em São Paulo em 1926, onde estudou no Liceu Nacional Rio Branco e na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Foi diretor do Museu da Casa Brasileira entre 1970 e 1979, e escreveu diversos livros de História, entre eles: *História e Tradição da Cidade de São Paulo* (1953); *Imagens da Formação do Brasil* (1962), *Viagem ao País dos Paulistas* (1966); *História do Brasil e Regional*, em sete volumes (1966-1967); *O Equipamento Bandeirista Segundo os Antigos Inventários e Testamentos* (1977); *Almanaque de Memórias: Reminiscências, Depoimentos, Reflexões* (1986). O autor faleceu em 1986, mas a data correta é desconhecida.

Informações obtidas no sítio da editora Hucitec, que publicou *História e tradição da cidade de São Paulo* e no sítio oficial do Museu da Casa Brasileira.

Disponível em: < http://www.hucitec.com.br/loja/produtos_descricao.asp?lang=pt_BR&codigo_produto=1873> e < <http://www.mcb.sp.gov.br/ernfraArtigo.asp?sArtigo=71&sLink=0>> (acesso em 05-12-2010).

Em cinco dos seus textos, o autor defendeu que a sociedade e cultura brasileiras eram constituídas pelos índios, negros e portugueses, presentes no país desde a sua formação inicial, bem como enalteceu os estudos que abordavam as contribuições culturais de negros e índios para a cultura brasileira, criticando aqueles que se posicionavam contrariamente a esse tipo de pesquisa e interpretação sobre o Brasil. Silva Bruno ainda chamava a atenção para a necessidade de se pesquisar assuntos relacionados aos negros do país, destacando que verificar como a poesia moderna abordava o negro, assunto considerado inovador na década de 1930, e que mereceria ser melhor estudado pelos pesquisadores nacionais.

Em artigo publicado no dia 16 de agosto de 1936, intitulado *Meditações Brasileiras – O problema da côr nacional*, Silva Bruno criticava as teorias que afirmavam a impossibilidade de se formar no Brasil uma nova cultura a partir da combinação dos três elementos que formavam a nação brasileira desde tempos remotos, ou seja, a partir da união das três culturas: a negra, a índia e a portuguesa.

Segundo o autor, as teorias em voga no momento em que ele escrevia afirmavam que o Brasil estava fadado à dominação cultural de uma das três etnias que formavam originariamente o país sobre as demais, fosse a indígena (indianização), a branca (latinização) ou a negra (africanização), o que considerava errado e em desacordo com a realidade brasileira miscigenada.

No mesmo sentido, em *A preocupação afro-indígena* publicada em janeiro de 1937, o autor atenta para a necessidade de se compreender que a cultura brasileira é mestiça, ou seja, para a constituição miscigenada da cultura nacional. Silva Bruno afirmava que os brasileiros deveriam buscar entender as contribuições culturais de índios e africanos para a formação e constituição do Brasil, e não valorizar apenas a cultura europeia, como considerava que acontecia no meio acadêmico.

Contudo, apesar de o autor enfatizar a necessidade de se valorizar e entender as contribuições das culturas africana e indígena para a brasileira (o que, para ele, felizmente aumentara naquele contexto), é possível identificar nas palavras de Silva Bruno a presença de um discurso que valorizava os europeus (ou seja, os brancos) como mais desenvolvidos do que os índios e negros.

Na passagem seguinte, observa-se a afirmação sobre a inferioridade dos negros e índios em relação aos europeus, em termos do que se considerava como evolução naquele momento, Este fato, segundo o autor, justificaria a maior atenção dispensada às pesquisas

sobre os elementos indígenas e negros na sociedade brasileira, confirmando a necessidade desse tipo de estudos.

se existe uma preocupação muito viva pelo negro, pelo mestiço, pelo caboclo, como raças, como componentes actuaes da nossa paizagem social e economica, é num sentido de solidariedade cultural e sentimental com o mais fraco, com o mais humilde, com o mais esmagado.

O immigrante vem protegido, vem com preparo economico e profissional superior vem sem ter contra si o preconceito de côr e do passado escravo. Não precisa ainda de vozes que cantem em seu louvor.

Essas são as razões da necessária preocupação afro-indígena. (BRUNO, 29 jan. 1937, p. 3).

Assim, mesmo defendendo a constituição mestiça do povo e da cultura brasileira, o autor confirmava as ideias presentes na sociedade brasileira da década de 1930, especialmente aquelas que afirmavam, considerando a formação miscigenada da nação brasileira, a necessidade de civilizar o país, para o que as contribuições dos europeus fossem indispensáveis.

Em outro texto, *O índio, o negro e a civilização brasileira*, Silva Bruno busca, mais uma vez, afirmar que a civilização brasileira é formada por elementos negros, índios e portugueses, afirmando a necessidade de abandonar a unilateralidade presente nos argumentos dos que asseguravam a importância da Europa e dos europeus em detrimento das raízes negras e índias, para, então, compreender a verdadeira constituição da civilização brasileira

É necessário considerar **a civilização brasileira como uma entidade nova**, informada por uma estrutura cultural **em que entraram elementos europeus, elementos africanos, elementos ameríndios**.

Quem aceita esse conceito de civilização brasileira, que é o **conceito escoimado de unilateralidades e parcialidades**, deve trabalhar pela maior expansão e pela maior liberdade das manifestações do povo brasileiro. Não pode acorrentar-as e suffocar-as sob o peso das regras e das regulamentações produzidas pelos elementos que compõem a superestrutura européa do paiz. (BRUNO, 16 fev. 1937, p. 3, grifo nosso).

Silva Bruno ainda destaca a importância dos estudos acadêmicos sobre as contribuições dos negros para a cultura nacional, considerados recentes na década de 1930, na publicação *Meditações Brasileira – Africomania* de maio 1936. Além disso, demonstra ser imperativa a pesquisa acerca das abordagens sobre *O negro em nossa poesia moderna*, publicado em março de 1937, depois de apresentar os exemplos de poetas modernos que escreveram sobre essa etnia.

Corroborando com o esforço que a AIB empreendia em afirmar a importância do negro na sociedade brasileira, bem como o destaque dessa etnia no integralismo, o movimento sempre ressaltou a participação de figuras históricas ou simbólicas do movimento negro brasileiro nas suas fileiras. Entre elas temos a presença de João Cândido, líder da Revolta da Chibata de 1910 (LEVINE, 1980, p. 140), e de Abdias do Nascimento, nome ilustre no movimento negro brasileiro do século XX.

Além deles, o Chefe da província integralista do Rio Grande do Sul entre 1934 e 1936, e Secretário provincial de Imprensa a partir de 1936, Dario de Bittencourt, também tinha ascendência negra, considerava-se pardo – ou seja, mestiço – e havia militado no movimento negro como redator do mais importante jornal da imprensa negra riograndense, *O Exemplo*, entre 1920 e 1930. (SANTOS, 2008).

Entretanto, a influência do castilhismo e do catolicismo na vida de Bittencourt parece ter mais peso na sua filiação à AIB do que a sua militância no movimento negro. Em estudo sobre a trajetória intelectual de Dario de Bittencourt, Barreras (1998) destaca a influência do castilhismo e do catolicismo na produção intelectual do chefe provincial integralista e praticamente não discute a relação do intelectual gaúcho com o movimento negro.

Isto sugere, e é corretamente aceitável, que o autoritarismo e o catolicismo valorizados pela AIB tenham sido os fatores preponderantes no esforço de Bittencourt em organizar (junto com Anor Butler Maciel e Egon Renner) o movimento integralista no Rio Grande do Sul, sendo que sua origem ou identificação étnica provavelmente não fez muita diferença na sua escolha em militar no integralismo⁶⁹.

Assim, o caso de Bittencourt contribui para demonstrar a possibilidade de que, em várias ocasiões, os negros aderiram ao integralismo devido à sua identificação social e/ou ideológica com os ideais da AIB e não necessariamente devido à sua origem étnica ou defesa da sua identidade de afrodescendente.

O mesmo fato provavelmente se repetiu com outros negros, que se aproximaram do movimento não por sua origem étnica, mas por compartilharem os valores e perspectivas integralistas e por suas origens sociais ou culturais, no catolicismo ou nas classes médias, por exemplo.

⁶⁹ Em pesquisas recentes, Santos (2008) apresenta as relações (intelectuais, familiares) estabelecidas entre Dario de Bittencourt e líderes e militantes da causa negra do Rio Grande do Sul, na tentativa de demonstrar a “auto-identificação étnico-racial” construída por este intelectual riograndense. Entretanto, o autor não discute a participação de Bittencourt na AIB. Assim, apesar dessas relações e da militância de Bittencourt no movimento negro, é provável que as motivações para a sua militância integralista pouco tem a ver com a defesa da causa negra.

Muitas mulheres de origem índia ou negra, conforme indicado por Deutsch (2002), podem ter optado pela militância na AIB por sua condição de gênero ou origem social e não simplesmente pela cor da pele. Afinal, a AIB permitia, e até valorizava a participação e iniciativa femininas no movimento, embora restritas às atividades de caráter assistencialista, como a organização de postos de coleta e distribuição de leite materno, e a atuação como professora nas escolas integralistas, atividades condizentes com a função materna e de cuidado do lar e da família a que as mulheres estariam destinadas, de acordo com a doutrina integralista.

Dessa forma, a filiação de negros à Ação Integralista Brasileira deve ser considerada como uma escolha feita a partir da combinação de vários elementos, difícil de serem avaliados, a não ser em nível individual. Entretanto, a valorização dos negros pela AIB e a propaganda integralista voltada a esse grupo, veiculada na sua imprensa, podem ter contribuído na opção dos negros pelo integralismo. Se não, ao menos permitem considerar que os negros eram avaliados como um público importante pela AIB.

Entende-se que esse destaque à participação de negros ou de seus descendentes na militância integralista também fazia parte do empenho da AIB em demonstrar que buscava estabelecer relações amistosas com a gente negra nacional, considerando que esta fazia parte da nação brasileira mestiça, bem como em se apresentar como movimento político sem preconceitos de cor.

Essas considerações permitem apreender que a raça ou a cor e a descendência negra não eram impedimentos para a filiação ao movimento integralista, nem ao exercício de cargos importantes na AIB, como a chefia provincial, por exemplo, mesmo que este número fosse restrito.

Contudo, é necessário relativizar a participação e valorização dos negros no movimento, pois, na maioria das vezes, os *homens de cor* enaltecidos pelo movimento pertenciam à elite intelectual negra, ou eram negros de destaque na história ou na sociedade nacional, embora tenha sido constatada a presença de negros desconhecidos em fotos publicadas no jornal *A Offensiva*, inclusive na seção *Sociaes*.

O destaque à ascendência negra de Bittencourt, assim como de outros militantes negros (ilustres ou não), com a divulgação das suas fotos na imprensa integralista, pode ser exemplificado na seguinte imagem.



Figura 5 - Dario de Bittencourt na revista *Anauê!*
Anauê, ano I, n. 3, p. 10, ago 1935.

Nesse sentido, é interessante destacar o grande número de fotos de negros e/ou mulatos publicadas na seção *Sociaes (sic)* do jornal, que divulgava aniversários, casamentos, batizados e outros eventos sociais dos integralistas. A maior parte dos integralistas que apareciam nessa seção pertencia à militância de base e não aos quadros de liderança da AIB, e sua biografia não pôde ser constatada. Por isso, optamos por apresentar essas camisas-verdes, negros e/ou mulatos, nos anexos deste trabalho.

Da mesma maneira, a divulgação e consagração de atletas brasileiros negros corroboram a ideia de que o jornal buscou enaltecer figuras de negros proeminentes no período. Os esportes, além de proporcionar diversão e entretenimento que, com certeza, interessava à população brasileira em geral, na década de 1930, eram considerados importante recurso para a saúde. A prática de esportes era vista como algo capaz de “regenerar a raça”, ou seja, proporcionar o fortalecimento saudável do indivíduo. Além disso, era entendido como algo que contribuía para a disciplina dos corpos e dos indivíduos, bem como para a interiorização da hierarquia, elementos importantes para a AIB e para a intelectualidade nacionalista da década de 1930⁷⁰.

Os acontecimentos referentes aos negros jogadores de futebol, Domingos da Guia e Leônidas da Silva, o Diamante Negro⁷¹, considerados os maiores futebolistas das décadas de

⁷⁰ Sobre a importância da educação e do esporte para a AIB como mecanismos de fortalecimento da raça, ver Geraldo (2001); Simões (2009). Sobre a educação no Estado Novo, ver Bomeny (1999).

⁷¹ Sobre Domingos da Guia, ver o artigo de Pereira (2007) e o álbum dos saudosistas disponível no sítio do Museu dos Esportes. Disponível em <<http://www.museudosesportes.com.br/noticia.php?id=1264>> (acesso em 05-01-2011).

Sobre Leônidas da Silva, ver também o álbum dos saudosistas do Museu dos Esportes. Disponível em: <<http://www.museudosesportes.com.br/noticia.php?id=1268>> (acesso em 05-01-2011). As imagens dos jogadores divulgadas no periódico analisado encontram-se como figuras 10 e 11 nos anexos.

1930 e 1940, foram frequentemente noticiados nas páginas de *A Offensiva*, na seção *Sportiva* [sic] especialmente nos anos de 1937 e 1938, provavelmente porque era o momento em que se decidia o selecionado (ou seleção) para a Copa do Mundo de 1938, para o qual ambos foram convocados. A atuação de Domingos e Leônidas no mundial lhes rendera os títulos de melhor zagueiro e centroavante do país, respectivamente, mesmo que o Brasil tenha conseguido apenas o terceiro lugar no campeonato.

No contexto de profissionalização do futebol no Brasil, ou seja, no momento em que os clubes foram autorizados a contratar formalmente jogadores, com o pagamento de salários (1933), a ascensão social por meio do futebol passou a ser considerada uma grande oportunidade entre os negros, geralmente advindos dos setores mais baixos da sociedade, que até então, “jogavam bola” apenas por diversão. Foi a partir da década de 1920 que os afrodescendentes passaram a ser admitidos pelos clubes de futebol nacional. Eles eram atraídos pelos prêmios pagos por clubes aos jogadores que se destacavam. Mas foi especialmente na década de 1930, possivelmente devido às ideias nacionalistas que tendiam a valorizar a mestiçagem como representante da nacionalidade brasileira, que os negros garantiram seu lugar no futebol nacional.

Nesse sentido, *A Offensiva* agradava ao povo brasileiro, noticiando os acontecimentos referentes àqueles que se constituíam como ídolos do futebol nacional, esporte que se tornava cada vez mais popular no país, sendo utilizado posteriormente como propaganda ideológica por Getúlio Vargas, que, durante o Estado Novo, buscou afirmar o futebol como representante da nacionalidade brasileira, valorizando inclusive os jogadores negros e/ou mestiços, considerados como representantes do povo brasileiro formado a partir da mestiçagem.

Outro esporte, não tão popular quanto o futebol, o automobilismo, também era divulgado na seção *Sportiva* do periódico. A participação de um piloto negro, Geraldo Severino Pedro, nas corridas automobilísticas foi noticiada em duas ocasiões. O destaque dado ao *volante* (sic) Raio Negro nas páginas de *A Offensiva* se deve principalmente ao fato de que o piloto era integralista.

Em março de 1937, o periódico afirmava que era a primeira vez que um piloto automobilista vestia a camisa verde nas competições, tendo conquistado o sexto lugar no Grande Prêmio *Subida da Montanha*, realizada no dia 21 de março no Rio de Janeiro. O texto destacava ainda que Geraldo Severino Pedro pertencia à “Escola Technica de Instructores de Educação Physica da Guanabara” da AIB, pela qual teria corrido, e na qual vinha se impondo

à admiração de seus patrícios, ressaltando que o Raio Negro era “um dos candidatos a instructor dos integralistas”. (RAIO NEGRO...p. 7, 23 março 1937).

No dia 07 do mês seguinte, *A Offensiva* publicava uma notícia em que divulgava um abaixo assinado feito pelos motoristas “camisas-verdes da provincia da Guanabara” e entregue ao “companheiro” (também integralista) Alberto Justi Chautiardi, “proprietario da Mechanica de Automoveis, da cidade de Petropolis” (EM PROL..., p. 7, 07 abril 1937), solicitando que este patrocinasse a reforma e a preparação do carro com que Raio Negro participaria do próximo *Circuito da Gávea*, que seria realizado em junho daquele ano.

Este fato sugere que Raio Negro não tinha condições financeiras para manter sua posição de piloto e também não tinha patrocínio para atuar nas corridas. No mesmo sentido, permite inferir que a condição sócio-econômica inferior de Severino Pedro estava de acordo com a realidade da maioria dos negros do Brasil naquele contexto. Depois da segunda nota, os feitos de Raio Negro não foram mais divulgados em *A Offensiva*, o que sugere que o piloto integralista não tenha tido sucesso no circuito da Gávea e/ou em outras corridas posteriores, tendo, simplesmente deixado de interessar à AIB⁷².

Mais um fato vinculando os negros aos esportes e noticiado pelo jornal *A Offensiva* merece ser mencionado: as vitórias de Jesse Owens nas Olimpíadas de Berlim, realizadas em 1936, e sua caracterização como o melhor atleta dos Jogos Olímpicos daquele ano. O jornal criticou, inclusive, a atitude de Hitler em não querer receber o atleta negro, destacando o assunto na nota intitulada *Os atletas negros e o preconceito racial*, publicado em agosto de 1936. De acordo com este texto, apesar de os negros sofrerem com o preconceito racial em diversas partes do mundo, e de haver leis de segregação racial no sul dos Estados Unidos, o fato deste país manter uma delegação olímpica com grande número de atletas afrodescendentes evidenciava que “o preconceito racial desaparece quando se entra no campo do sport”. (OS ATHLETAS... p. 9, 25 ago 1936).

Na lista dos dez melhores atletas das Olimpíadas de Berlim, divulgada na seção Sportiva de *A Offensiva* em novembro de 1936, encontra-se o nome de Jesse Owens, como o “extraordinário ‘sprinter’ de Ohio” (OS DEZ ... p. 4, 6 nov. 1936). *A Offensiva* noticiou ainda

⁷² Em informações sobre o circuito da Gávea, verificado em diversos sites pessoais (blogs) ou de grupos comerciais, o nome de Geraldo Severino Pedro não aparece entre os primeiros colocados na corrida, nem entre os demais pilotos, o que sugere que ele não tenha participado, ou que ficou classificado entre os últimos colocados, caso tenha participado.

Informações disponíveis em: <<http://nobresdogrid.com.br>> e <<http://www.obvio.ind.br>> (Acesso em 10-01-2011).

Não tivemos acesso a trabalhos acadêmicos que abordam as corridas automobilísticas da década de 1930.

que Jesse Owens havia sido considerado o melhor atleta norte-americano do ano de 1936. Em artigo publicado em janeiro de 1937, ao divulgar a lista de classificação dos melhores atletas dos Estados Unidos no ano de 1936, feita pelos “chronistas” americanos, o jornal destacava que era a segunda vez que críticos daquele país davam o título de melhor atleta do ano a um *homem de cor*.

Dessa forma, em muitas situações, o periódico integralista *A Offensiva* enalteceu os atletas negros e suas vitórias, afirmando, inclusive, que, apesar de os preconceitos de cor persistirem na sociedade da década de 1930, este tipo de preconceito desaparecia quando se tratava dos esportes. Contudo, é evidente que a discriminação racial existia também no campo dos esportes, porém, o fato de a vitória dos atletas os tornarem populares e/ou ídolos nacionais (ou mundiais), contribuía para que o preconceito racial parecesse diluído em meio à veneração dos grandes atletas negros.

Assim, a divulgação de notícias sobre os campeonatos de futebol e automobilismo no Brasil, enaltecendo figuras de negros como Domingos e Leônidas, e Raio Negro, respectivamente, bem como a exaltação do negro norte-americano Jesse Owens como o maior atleta das Olimpíadas de Berlim de 1936, no jornal *A Offensiva*, pode ser compreendida de duas maneiras.

Por um lado, estava de acordo com os objetivos do periódico em se constituir como um diário de referência nacional, que fosse lido pelo maior número possível de brasileiros, integralistas ou não, que, por sua vez, interiorizariam a ideologia da AIB. Para tanto, a AIB deveria divulgar os assuntos que eram de interesse nacional naquele momento e que pudessem atrair todos os tipos de leitores para o jornal.

Por outro lado, ao enaltecer a figura de negros, especialmente brasileiros, o jornal estava de acordo com a ideia de nação que a AIB pretendia afirmar: uma nação integradora, ou seja, que absorvia todas as etnias existentes no Brasil, inclusive a negra.

Apesar de ser possível identificar o objetivo de demonstrar que o negro integrava a nação brasileira e, por isso, também deveria fazer parte da nação integral nos textos escritos sobre os afrodescendentes ou sobre assuntos de seu interesse, grande parte das publicações não apresentava posição clara.

Aliás, muitos artigos apresentaram discursos ambíguos. Em alguns textos que pretendem demonstrar a importância e a participação do negro na história do Brasil, bem como valorizar a miscigenação como representante da nacionalidade brasileira, identifica-se a presença de um discurso próximo àquele propagado por adeptos da teoria do branqueamento,

ou, ao menos, um discurso que enaltece os valores dominantes propagados pela elite branca do período como algo a ser seguido por todos os brasileiros, inclusive (e, talvez, principalmente) pelos negros.

Observa-se um discurso que pretende chamar a atenção dos negros para a necessidade deles apreenderem ou interiorizarem determinados valores, com o intuito de passarem a fazer parte da sociedade brasileira de maneira a não subverter a ordem estabelecida, pensamento típico da elite no período, e perfeitamente identificável no discurso autoritário da AIB.

Assim, muitos dos textos que versavam sobre assuntos interessantes à população negra, principalmente os sem autoria e os que foram escritos pelo chefe nacional, utilizaram o espaço para enaltecer os elementos da doutrina integralista, constituindo-se em nítida propaganda ideológica da AIB.

Este é o caso da *Carta a Castro Alves*, escrita por Plínio Salgado e publicada em *A Offensiva*, em 14 de março de 1937, como uma homenagem do chefe nacional ao poeta dos escravos, no dia em que este completaria noventa anos. Em tom romântico e poético, como se falasse a Castro Alves, Plínio Salgado, afirma que sente a presença do poeta enquanto escreve, e que sente que a alma de Castro Alves não espera do chefe nacional “um artigo para o público ao teu respeito mas uma carta para o teu coração a respeito do Brasil”.

Plínio Salgado afirma que, ao reler alguns versos de Castro Alves, verificou o quanto eles eram condizentes com a realidade brasileira naquele momento. Os mesmos versos da penúltima estrofe de *Navio Negreiro* (1869), em que Castro Alves afirma a vergonha da manutenção da escravidão para o Brasil, foram utilizados pelo chefe nacional da AIB para demonstrar que, no momento em que este vivia, eram outros brasileiros que envergonhavam a pátria, ao defenderem ideologias estrangeiras, como o comunismo, e “combaterem os legítimos defensores da Pátria”, ou seja, os camisas-verdes.

Depois de transcrever os citados versos,

Auriverde pendão de minha terra,
Que a brisa do Brasil beija e balança,
Estandarte que a luz do sol encerra
E as promessas divinas da esperança...
Tu que, da liberdade após a guerra,
Foste hasteado dos heróis na lança
Antes te houvessem roto na batalha,
Que servires a um povo de mortalha!...

Plínio Salgado escrevia a Castro Alves:

Esses teus versos são proféticos, Ó Poeta Iluminado [...] nos dias de agora, o auri-verde pendão da nossa terra, em muitos logares do Brasil, está servindo de mortalha para si mesmo... Há brasileiros que se servem d'elle para se escudarem, para combaterem os legítimos defensores da Pátria. Há brasileiros secretamente mancomunados com estrangeiros, para escravizar os seus compatriotas, apontando-os como inimigos do pavilhão sagrado. (SALGADO, p. 2, 14 março 1937).

O chefe nacional da AIB segue afirmando que, em inúmeras ocasiões, a bandeira nacional foi vergonhosamente utilizada ou rechaçada pelos comunistas e outros inimigos da pátria, como na Intentona comunista de 1935, por exemplo. Mas, felizmente, foi sempre defendida corajosamente pelos verdadeiros amantes do Brasil, os soldados fiéis à nação no primeiro caso, e os integralistas, legítimos defensores da pátria, em várias ocasiões.

Salgado questiona que tipo de versos escreveria o poeta Castro Alves se vivesse no mesmo Brasil que ele e observasse o país dividido politicamente (pelos partidos, ou seja, pelo pluripartidarismo característico da democracia), escravizado economicamente (pelas empresas e bancos estrangeiros), e com seu povo entregue à sorte, “desamparado, doente, roído de maleita [malária], verminose, sem nenhum conforto e sem nenhum amparo”.

Depois de apresentar novamente os versos de Navio Negreiro, o chefe nacional da AIB finaliza o texto, tranquilizando o poeta dos escravos,

Mas, Castro Alves, nesta conversa que estou tendo contigo, te direi: nem roto na batalha, nem mortalha de um Povo será o auri-verde pendão, que tanto amaste. Aqui estamos, os camisas-verdes do Brasil. Chegámos a tempo. Nada nos destruirá. Força alguma nos deterá. Estamos alerta. Um dia faremos desse auri-verde pendão da nossa terra a expressão da maior força, da maior civilização da America. (SALGADO, p. 2, 14 março 1937).

Dessa forma, Plínio Salgado utiliza-se de um assunto que, a princípio sugere tratar de algo relacionado à condição de vida do negro, já que Castro Alves é conhecido e exaltado pelas denúncias às violências praticadas durante a escravidão, para afirmar os prejuízos que as ideologias estrangeiras causavam à pátria e também valorizar o nacionalismo libertador proposto pela AIB. O chefe nacional afirmava que a “salvação da pátria” seria tarefa realizada pelos verdadeiros libertadores do Brasil, ou seja, os camisas-verdes, que depois de expulsar os males estrangeiros, ergueriam, para o orgulho (e não mais vergonha) do país, a bandeira auriverde.

Além da *Carta a Castro Alves*, escrita pelo chefe nacional e publicado em *A Offensiva* carregada de propaganda ideológica integralista, o periódico integralista noticiou *enthusiaticamente* [sic] a programação e as homenagens organizadas pela Casa de Castro Alves em comemoração ao nonagésimo aniversário do poeta dos escravos (1847-1871). Também foram realizadas festividades em sua homenagem em diversas escolas primárias e/ou ginásios integralistas.

A figura de Castro Alves foi ainda amplamente divulgada nas páginas de *A Offensiva*, especialmente em 1937, ano em que seria comemorado o nonagésimo aniversário de nascimento do poeta dos escravos. O periódico noticiou a programação da Semana em homenagem ao poeta que foi organizada pela Casa de Castro Alves.

Em março deste ano, foi destacada a filiação de D. Adelaide de Castro Alves Guimarães às fileiras do *Sigma*. Segundo *A Offensiva*, a única irmã viva do poeta dos escravos havia ingressado para a AIB “Enriquecendo o quadro brilhantissimo dos intellectuaes brasileiros que affirmam a feição intellectual do Integralismo”. (A IRMÃ... p. 2, 21 mar 1937).

Assim, um mesmo assunto poderia ser divulgado de maneira que, ao mesmo tempo em que enaltecia os negros e/ou sua participação no Integralismo, propagava os ideais doutrinários da AIB. Nesse sentido, é difícil identificar uma linha de raciocínio comum nas abordagens dos diversos assuntos que interessavam aos negros, o que pode ser melhor delineado se analisarmos alguns dos temas separadamente.

Por isso, apresentamos a seguir a análise de dois assuntos abordados com relativa frequência nas páginas de *A Offensiva*. Primeiramente, trataremos de um tema especificamente interessante à população negra brasileira e referente à história nacional, a *Abolição da escravidão no Brasil*. O segundo assunto estava mais relacionado ao caráter fascista da AIB, mas também interessava à população negra nacional, a *Guerra da Abissínia*.

A Abolição da escravidão e a verdadeira liberdade do Brasil

A maneira com que o *13 de maio* foi divulgado em *A Offensiva* contribuiu para percebermos como a AIB se empenhava em fortalecer sua imagem como representante da

nacionalidade brasileira e movimento político capaz de lutar pelos interesses da nação. Os assuntos tratados nos textos sobre a Abolição podem ser englobados em duas abordagens.

A primeira é caracterizada pela divulgação das comemorações referentes à data realizadas pela AIB nos seus diversos núcleos e/ou províncias ou por outras organizações civis e políticas, sempre destacando a importância do acontecimento não só para os negros, mas também para o progresso e desenvolvimento da nação, e ressaltando o papel dos intelectuais e/ou abolicionistas no processo de emancipação dos escravos no Brasil.

Outra abordagem foi desenvolvida a partir do argumento que relaciona a emancipação dos negros com a libertação do país. Esta ainda estaria por ser realizada, e, de acordo com os discursos dos textos, somente poderia ser alcançada pela ação dos integralistas que representavam os novos e únicos abolicionistas da pátria.

Um texto publicado em 1936 (sem autoria), intitulado “O 13 de maio no Colégio Icarahy de Niterói”, descreveu as comemorações do *13 de maio* realizadas pelo “Gremio estudantil Castro Alves” pertencente ao referido colégio. A solenidade contou com a participação de alunos e professores, que fizeram apresentações artísticas e conferências sobre a libertação dos escravos no Brasil.

As comemorações descritas permitiram verificar que o papel dos abolicionistas que direcionaram o processo foi ressaltado na ocasião. Esse destaque aos abolicionistas parecia importante para o jornal, o que nos leva a pensar que a atuação dos intelectuais para transformações na sociedade brasileira eram valorizadas pelo partido. Além disso, a inserção do tema a partir dessa abordagem seria necessária para sua posterior vinculação à ideologia da AIB.

Em 1937, outro texto (também sem autor), com o título *O 13 de maio na Ação Integralista – A sessão cívica de ontem na Sede Provincial da Guanabara*, enalteceu a festividade realizada pela Secretaria de Propaganda da Ação Integralista Brasileira na província da Guanabara, em comemoração à data da libertação dos escravos no Brasil.

No evento, o chefe provincial dr. Raymundo Barbosa Lima pronunciou algumas palavras e convidou um integralista negro para presidir a celebração e representar o chefe nacional da AIB. O texto menciona ainda que Alcebíades Barbosa fez uma conferência sobre a Abolição, destacando fatos “desde as primeiras leis que se fizeram para reprimir a escravidão até o desfecho de 13 de maio”. Na sua fala, Barbosa enalteceu as figuras de José do Patrocínio e Joaquim Nabuco, e fez referências à importância dos poemas de Castro Alves

como precursores da “revolução abolicionista”, demonstrando, mais uma vez, que o Integralismo valorizava o papel das “figuras heróicas” para a libertação dos escravos.

No mesmo sentido, a Frente Negra Brasileira (FNB) também divulgava em periódico próprio as comemorações referentes à data da abolição da escravidão realizadas por ela e destacava a importância do acontecimento para a comunidade negra e para o Brasil, enfatizando o papel dos “heróis” abolicionistas. A data representaria a libertação dos negros, e, por isso, deveria ser sempre lembrada e comemorada. Ela seria o início de um novo momento propício à luta e inclusão desse setor na sociedade brasileira, que se organizava social e politicamente desde o final do século XIX.

O jornal semanário-mensário *A voz da raça*, “órgão oficial da gente negra brasileira”, que circulou durante quase toda a existência da FNB, era utilizado para divulgar os ideais da organização, noticiar os assuntos considerados relevantes aos *homens de cor* [sic], e informar sobre as realizações de reuniões, filiações, atividades artísticas e políticas do movimento.

Nos anos de 1936 e 1937 foram publicados nesse jornal seis textos (artigos e notas) referentes à data da abolição da escravidão no Brasil⁷³. Eles apresentavam a *Abolição* como o “dia da raça” e noticiavam as comemorações referentes à data, considerando-a uma das mais importantes para a história nacional. Conforme Lima (maio 1936, p. 1), a libertação dos escravos só não era mais significativa para a História do Brasil que a Independência política do país, comemorada em 7 de setembro.

O fato de a Frente Negra valorizar a Abolição da escravidão em grau de importância pouco inferior à Independência do Brasil, e não mencionar a mudança de regime político ocorrida em 1889, ou seja, a proclamação da República, nos permite inferir que a FNB, apesar de não se declarar monarquista, estava mais propensa a valorizar este tipo de governo do que a república.

No mês de maio do ano de 1936 foram publicados dois artigos referentes ao *13 de maio*: *O dia da raça*, assinado por Silvério Lima; e *A comemoração do 13 de maio*, sem autoria. Em junho do mesmo ano foram divulgadas notas apresentando as comemorações feitas sobre a abolição em Birigui e em Tieté [sic]. Em maio de 1937 também foram veiculados artigos tratando do assunto: *13 de maio – Frente Negra Brasileira*, sem autoria; *13 de maio*, assinado por Luiz Mascarenhas; e o mesmo de 1936, *O dia da raça*, de Silvério

⁷³ Os textos que tivemos acesso estão parcial ou completamente ilegíveis. Por isso a dificuldade em determinar com precisão como o assunto foi abordado.

Lima. Há ainda vários momentos em que a figura de Luiz da Gama é valorizada como herói da pátria, destacando sua descendência negra.

A apropriação da data da emancipação dos escravos pelo movimento negro, durante a década de 1930, foi verificada por Fátima Aparecida Silva, que discutiu a absorção do assunto especificamente pela Frente Negra Brasileira em Sorocaba. A autora demonstrou que a abolição da escravidão era significativa para a organização dos negros, que a comemorava como símbolo da libertação dos escravos, e por isso representante da raça negra. No entanto, o discurso sobre o tema valorizava o papel das grandes figuras de heróis como: Castro Alves, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, Princesa Isabel, entre outros, na emancipação dos escravos, em detrimento da participação dos próprios escravos, dos libertos e da população brasileira em geral. Isto também pode ser observado no jornal *A voz da raça*, bem como no jornal *A Offensiva*, como já foi demonstrado.

Mais do que apresentar a importância da data da abolição e dos abolicionistas para a nação e o povo brasileiro, o Integralismo pretendia demonstrar nas páginas do seu periódico que o Brasil havia se desvencilhado de apenas um tipo de escravidão, mas ainda não estava completamente livre. *A Abolição* teria libertado os escravos negros, mas o país necessitava de uma nova emancipação, que o libertasse dos males internos e externos e o inserisse no rol das civilizações desenvolvidas.

Essa “verdadeira abolição” seria possível somente pela ação da AIB, ou seja, pela sua chegada ao poder, pois era o único movimento “verdadeiramente” nacional capaz de alforriar o povo e a nação brasileira. Até mesmo os textos que divulgaram as comemorações ao dia da Abolição faziam referência à necessária libertação da pátria pelo Integralismo.

É interessante notar como a AIB se afirmava como uma organização representativa da nacionalidade brasileira – *brasilidade* –, e sem preconceitos de qualquer espécie. Referindo-se ao fato (já destacado) de o chefe da província da Guanabara ter convidado um negro para representar o chefe nacional do Integralismo nas comemorações do *13 de maio* naquela província, em 1937, *A Offensiva* ostentava que: “Essa atitude do chefe provincial era **uma homenagem a todos os integralistas de cor e veio mostrar que dentro das fileiras do Sigma existe um alto sentimento de brasilidade, sem preconceitos de qualquer espécie**”. (O 13 DE MAIO..., 1937, p. 3, grifo nosso).

É importante ressaltar que não pretendemos afirmar que a AIB estivesse isenta de aspectos racistas, e muito menos que era tolerante a tudo, conforme já discutimos no segundo

capítulo. Os debates acerca da intolerância presente na ideologia da AIB, especialmente no que se refere ao negro, estão longe de um final consensual.

Todavia, nota-se que, nos artigos publicados em *A Offensiva sobre a Abolição*, as discussões acerca da questão racial foram preteridas em função da metaforização da libertação dos escravos com a libertação do Brasil, com ênfase no papel dos integralistas nessa nova abolição. Apresentando-se como única representante da nação, a AIB pretendia demonstrar que libertaria todo o povo brasileiro, brancos e *pretos* [sic] dos novos cativeiros, que estariam representados pelas doutrinas estrangeiras, como o liberalismo e o comunismo.

No artigo publicado em 14 de maio de 1936, foram apontados os aspectos das comemorações sobre a Abolição da escravidão realizadas no núcleo da Gambôa, e, depois, descrito o conteúdo do discurso do Chefe Nacional na ocasião. Este expôs sobre a significação da data 13 de maio, elucidando que a abolição da escravidão não libertou efetivamente os negros, e principalmente não representou a libertação da pátria do jugo estrangeiro, o que deveria ser feito pela ação do Integralismo. A perspectiva que considera a AIB como única forma de libertar a nação pode ser constatada na seguinte passagem:

A última etapa, do 13 de maio, não só para o negro, mas para o brasileiro, preto ou branco, está no integralismo. Não nos partidos liberais, mas nas organizações corporativas onde serão lavrados os alicerces duma obra, não para durar vinte ou quarenta annos, porém, para marcar uma nova era dum século resplandescente, para o futuro. **Escrava nação brasileira, escrava hontem, como hoje ainda é.** (A SIGNIFICAÇÃO..., 14 maio 1936, p. 3, grifo nosso).

Em 1937, mais um texto (também sem autoria) anunciava que o *13 de maio* era o Dia do Negro e havia sido comemorado em quase todos os municípios integralistas, onde os camisas-verdes rememoraram a importante data para a raça negra. O texto destacava a inauguração de obras de assistência educacional e médico-social em vários núcleos integralistas e expressava a importância dessas iniciativas para a nação alcançar a *verdadeira* liberdade, ou seja, a *liberdade integral* afirmando que:

cada gesto tem uma grande significação, pois, sem educação e assistência sanitária e econômica, **não só os negros libertados pela lei Aurea, mas toda a grande totalidade do povo brasileiro ainda espera do Integralismo a verdadeira liberdade.** (O DIA..., 21 maio 1937, p. 1, grifo nosso).

A ênfase nas obras assistencialistas realizadas pela AIB permite pensar que essas ações sociais eram importantes meios para os integralistas chamarem a atenção da população negra, considerada esquecida pelas autoridades. Nesse sentido, essas atitudes da AIB podem ter contribuído para que parte dos negros simpatizasse com o movimento, e até mesmo aderisse à AIB como forma de ascender social e/ou economicamente.

Outro artigo, assinado por J.T. Castro Alves, também pode ser avaliado como propaganda e exaltação da AIB como única organização capaz de libertar o país. Entretanto, o autor caracteriza os inimigos internos da pátria. Para J. T. Castro Alves, as *mazelas* políticas presentes na sociedade brasileira, representadas pelos chefes políticos nacionais – os coronéis –, que escravizavam politicamente os brasileiros há tempos deveriam ser eliminadas.

Denominando os coronéis de “belengüins⁷⁴ da liberal democracia” e “novos feitores” da escravidão política no país, J.T. Castro Alves apresentava o Integralismo como “uma nova mentalidade abolicionista [...], [um] movimento pela emancipação política do homem, e também pela emancipação moral e econômica. Pela emancipação integral”. Ao afirmar a força que o movimento integralista havia adquirido na sociedade brasileira, o autor defendia que a AIB estava pronta para libertar a nação:

Ela [a nova campanha abolicionista/abolição = AIB] prosseguiu tenaz, perseverante, paciente, quebrando a pouco e pouco os grilhões que prendiam os bons brasileiros aos novos senhores de engenho. **A princípio, no meio das maiores dificuldades e incompreensões. Por fim, vitoriosa quase totalmente. Hoje quase um milhão de vozes clamam. São os novos libertos.**

[...] os escravos políticos quebram as algemas que os prendiam aos partidos, unindo-se à legiões verdes dos que, guiados pelos supremos interesses da Patria, alimentando os sentimentos profundamente tradicionais da nacionalidade, sob o comando de Plínio Salgado, que soube acordar o espírito da raça, **caminham, soberbos e confiantes, heróicos e abnegados, na marcha gloriosa para a construção de uma Grande Pátria, Culta, Justiceira e Livre.** (CASTRO ALVES, 17 maio 1936, p. 25, grifo nosso).

Assim, para o Integralismo, os “novos escravos”, ou seja, o povo brasileiro escravizado politicamente, estariam se livrando dos seus feitores, personificados nos coronéis, representantes dos partidos liberais, no liberalismo e no comunismo, e assimilando que a

⁷⁴ Segundo o minidicionário Aurélio (FERREIRA, 2001, s/p), belengüin, beleguin: agente de polícia; tira. E de acordo com o dicionário online (Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/beleguin/>>, acessado em 11 de junho de 2010). Beleguin - Empregado inferior de Justiça que citava, prendia etc. Pej. Agente policial ou judicial. (Sin.: esbirro, galfarro, malsim, mastim, meirinho; tira.).

verdadeira liberdade, proposta pela AIB, era a única solução para o Brasil, e que esta organização estaria pronta para construir a nova nação, ou a *Nação Integral*.

Um texto publicado sem autoria no dia 13 de maio de 1937, às vésperas do plebiscito que seria realizado para a escolha do candidato à presidência pela AIB, atenta, sutilmente, à necessária e próxima libertação da nação brasileira. O texto se inicia afirmando que a abolição da escravidão fora importante para o desenvolvimento e progresso da nação brasileira, e termina alarmando sobre a necessidade de se continuar progredindo para alcançar a almejada civilização.

Para a nação progredir e alcançar a civilização seria necessário libertá-la dos novos tipos de escravidão, que não são explicitados, mas podem ser interpretados como as forças inimigas da AIB representadas pelo liberalismo e pelo comunismo, já destacadas em outros artigos. Esses inimigos somente poderiam ser vencidos pela ascensão do Integralismo ao poder, considerado o único movimento habilitado a garantir o progresso da nação brasileira.

Nesse sentido, a *Abolição* foi descrita como um importante movimento popular da nação, resultado da luta dos negros pela sua libertação depois de três séculos de sofrimento, como um “Facto de amplas proporções no scenario da vida publica do paiz, a libertação dos escravos traduz o mais avantajado **surto de progresso registrado no caminho da civilização brasileira**” (OS GRANDES..., 13 maio 1937, p. 1, grifo nosso). Porém, o destaque da luta fora dirigido aos intelectuais e políticos abolicionistas, tais como o poeta Castro Alves, quem deu o primeiro “toque de alarme” aos escravos através de seus poemas, e José do Patrocínio, que lutou pela causa abolicionista.

E, foi então que **um grupo de homens eminentes tomou o encargo patriótico de activar a marcha dos acontecimentos em benefício do término da escravatura do Brasil**. Na imprensa e na tribuna, surgiram, quasi a um tempo, personalidades de alta relevancia social, política e intellectual, afim de conquistar a liberdade dos homens de cor. (OS GRANDES..., 13 maio 1937, p. 1, grifo nosso).

O texto apresenta a libertação dos escravos como uma etapa do desenvolvimento da nação brasileira, cuja emancipação total, ou seja, o advento da civilização, ainda estava por vir, o que seria feito pela ação do Integralismo. Assim, o progresso da nação era anunciado, quase que em tom profético, como necessário e próximo, conduzindo o leitor a pensar que a civilização seria alcançada quando o partido integralista chegasse ao poder:

Victoria impressionante da civilização brasileira [...]. Victoria admirável do direito sobre a força, ella [abolição] refletiu-se através dos tempos como lição de civismo, como exemplo de cultura.[...] **essa victoria se faz sentir no trepidar da marcha tumultuosa, lembrando que o Brasil conquistou um triumpho e que outros triumphos terá ainda de alcançar, para sacudir todos os jugos, todas as escravidões que detêm sua marcha gloriosa em demanda do progresso.** (OS GRANDES..., 13 maio 1937, p. 1, grifo nosso).

Dessa forma, a Ação Integralista Brasileira destacava a importância da Abolição para o progresso nacional e o papel dos abolicionistas no processo, ao mesmo tempo em que afirmava que uma nova liberdade seria alcançada pelo povo brasileiro, que, desta vez, seria guiado pelos integralistas, considerados os novos abolicionistas da nação. A AIB apresentava-se como o único movimento capaz de conquistar a *verdadeira liberdade* para o país, proporcionando a continuidade do seu progresso para se tornar uma *verdadeira civilização*.

Nessa perspectiva, ao abordar um assunto relevante para a população negra nacional, a AIB aproveitou para divulgar seus ideais doutrinários, afirmando seu nacionalismo ao se apresentar como organização política apta a libertar os brasileiros dos novos grilhões da escravidão, ou seja, a liberal-democracia e o comunismo, proporcionando ao Brasil a *nova e verdadeira Abolição*.

A guerra da Abissínia (1935-1936): a batalha da Itália pela civilização da Etiópia

A *Offensiva* noticiou o conflito armado entre Itália e Abissínia ocorrido entre outubro de 1935 e maio de 1936. Nas páginas do periódico integralista foram noticiados desde os debates e o posicionamento de países europeus em relação ao episódio, até o desenrolar do acontecimento. As notícias foram mais frequentes no ano de 1936, porém as informações sobre o episódio continuaram a ser publicadas depois de terminada a guerra, ou seja, no período em que a Etiópia havia sido transformada em colônia da Itália.

Para perceber a dimensão da atenção que a AIB dispensou ao episódio, é importante mencionar que o jornal afirmava a existência de um enviado especial de *A Offensiva* para cobrir o acontecimento.

A partir de janeiro de 1936, parte dos artigos publicados sobre a guerra tiveram Luigi Ricci como autor, que era apresentado como o “enviado especial da *A Offensiva*” aos locais

da guerra. A primeira vez que o nome de Luigi Ricci apareceu como o autor de um texto sobre o conflito foi em 30 de janeiro de 1936, acompanhado da seguinte explicação:

Afim de manter nosso público a par de tudo quanto se passa no globo, A OFFENSIVA, ao mesmo tempo que assegurou os serviços telegraphicos das mais importantes agencias do gênero, contractou os serviços profissionaes de jornalistas de renome, incumbindo-os de, seja por telegramma, seja por aéreo, ou seja por qualquer outro meio, relatar os acontecimento que se desenrolam sob suas vistas. Sendo o conflicto ítalo-ethiope o assumpto de maior relevancia, actualmente, a occupar e, talvez, a preoccupar a opinião publica internacional, A OFFENSIVA assegurou-se a exclusividade da collaboração do Sr. Luigi Ricci, correspondente de guerra junto ao commando geral das tropas expedicionarias em operações na frente da Somalia e um dos “azes” do periodismo mundial. (RICCI, 30 jan 1936, p. 1).

Apesar de encontramos seu nome ligado às publicações relacionadas à guerra da Etópia, não obtivemos informações a respeito da nacionalidade de Luigi Ricci, nem outros subsídios que auxiliem na comprovação de que ele estaria a trabalho especificamente do periódico integralista *A Offensiva*, o que consideramos improvável.

Possivelmente tratava-se de um jornalista italiano, o que pode ser evidenciado pelo fato de que suas publicações são visivelmente pró-Itália (além do seu nome e sobrenome), cujos textos seriam enviados por algum contato de Salgado na Itália ou, o que parece mais provável, traduzidos e reproduzidos de algum periódico italiano. A publicação dos documentos no jornal integralista *A Offensiva* era sempre posterior ao da data que aparecia no texto, geralmente essa diferença chegava a ser de quase um mês.

Além disso, apesar de a insistência na importância de Luigi Ricci, sua assinatura constou em apenas três dos quinze textos (entre artigos e notas) publicados em *A Offensiva* sobre o conflito ítalo-abissínio. Caso ele fosse realmente um enviado especial do periódico para cobrir os acontecimentos da guerra, a frequência de textos com a sua autoria provavelmente seria maior do que o que foi publicado.

De qualquer maneira, *A Offensiva* considerava que a guerra que ocorria na África naquele momento interessava aos leitores do jornal e que, por isso, ele deveria noticiar o desenrolar dos acontecimentos. Isto porque se tratava de um evento que envolvia a Itália fascista, cuja ideologia inspirara a formação teórica da AIB, e, portanto, preocupava os líderes do movimento e parte da militância de base, fosse pela simpatia aos movimentos fascistas, ou pelo grande número de imigrantes italianos, simpáticos ao *Duce*, que aderiu ao Integralismo (especialmente em São Paulo).

Da mesma forma, mas em outro sentido, o assunto inquietava a comunidade negra nacional, que também estava presente nas fileiras da AIB, ainda que em menor número. O conflito entre a Itália e a Etiópia interessava aos afrodescendentes por se tratar da invasão ao último país africano livre.

Destarte, se pelo lado da Itália e daqueles que apoiavam a sua causa, o conflito ítalo-etíope da década de 1930 era considerado significativo e importante para a consolidação do Império fascista italiano; por outro lado, o dos movimentos negros ou das comunidades negras ao redor do mundo, ele era visto como uma agressão à única nação africana livre naquele momento e, conseqüentemente, uma agressão aos povos negros do mundo.

Conforme demonstrado, a AIB buscava absorver todos os brasileiros nas suas fileiras, incluindo os negros. O Integralismo valorizava o negro como parte da nação brasileira e buscava se afirmar como um movimento político não racista. Essa preocupação também parecia estar presente nos textos sobre o conflito ítalo-abissínio publicados em *A Offensiva*.

Dessa forma, a abordagem sobre o assunto apresenta ambigüidades no sentido de que, apesar de a maioria dos textos enaltecer a conquista da Itália e principalmente a civilização proporcionada por esta ao povo etíope, em alguns momentos o periódico buscava exaltar a não existência do elemento racial no conflito.

Nesse sentido, a análise sobre a abordagem do conflito veiculada no periódico de um movimento político de caráter fascista em um país como o Brasil, que apresentava grande número de negros na sua população e também nas hastes da AIB, torna-se interessante para se pensar na relação que o movimento integralista buscava estabelecer com os afrodescendentes.

A guerra entre a Itália e a Etiópia ocorrida entre 1896 e 1897 teve origem no final do século XIX, quando, no contexto da corrida imperialista entre os países da Europa, a Itália fracassou na tentativa de conquistar o último país africano livre do colonialismo europeu, ao perder a Batalha de Adwa (ou Adua) em 1897, depois de praticamente um ano de conflitos com a Etiópia. A revanche seria, então, retomada pela Itália na década de 1930.

Assim, o conflito de 1896-1897 apresentou resultados distintos para os dois povos envolvidos. Por um lado, os italianos saíram arrasados moral e ideologicamente, e com um sentimento de revanche. Por outro lado, a vitória da Etiópia passou a ser vista como representante da força e resistência dos povos africanos, além de contribuir para a criação da imagem de uma Etiópia invencível. Deste modo, os movimentos negros que se fortaleceram no final do século XIX apreenderam na resistência etíope a força do povo africano, e muitos deles passaram a considerar a Etiópia como uma espécie de *terra prometida*.

Até então, Etiópia era um termo utilizado por diversos movimentos de afirmação dos negros para referenciar o continente e a ancestralidade africanos (e não especificamente o país assim denominado). A nação etíope adquiriu importância para os movimentos negros depois de vencer a batalha de Adua contra a Itália, o que, segundo Marques (2008, p. 180), fez com que parte do movimento negro passasse a considerar a Etiópia como sinônimo de África, representando a liberdade e a identidade do povo negro.

Nessa perspectiva, a invasão ao último povo africano livre por um país europeu na década de 1930 não poderia ser bem vista pela maioria da comunidade negra no mundo e no Brasil, e realmente desagradou. Com o início do conflito armado pela Itália, grande parte do movimento negro protestou contra a incursão sobre a Etiópia pelos italianos fascistas. De acordo com Barker (1979, p. 29), “a indignação mais veemente, provocada pela atitude ameaçadora da Itália, partiu das cidades onde havia uma elite de africanos educados dos Estados Unidos, do Caribe e das capitais dos domínios britânicos na África”.

Dessa maneira, para compreender a abordagem que a AIB fez sobre o conflito ítalo-abissínio nas páginas de *A Offensiva*, é necessário considerar o grande valor que a existência de uma nação africana livre do colonialismo europeu, até o século XX, tinha para os povos africanos e para o movimento negro ao redor do mundo. Segundo Barker,

Para a gente de cor do mundo, a Etiópia era o último baluarte livre da cultura africana – uma espécie de Sion negro – cuja independência tinha de ser mantida a qualquer preço. Na verdade, vários cultos semi-religiosos, cujos seguidores reverenciavam Hailé Selassié [então imperador etíope] e consideravam a Etiópia como a “terra prometida”, haviam surgido nos anos 20. Esses cultos eram conhecidos como “etiopianismo” ou tomavam o nome e o título do regente – daí os rastafários. (BARKER, 1979, p. 29-30).

No Brasil, a Etiópia também era considerada representante da liberdade dos povos negros. No final do século XIX, foram criadas várias organizações abolicionistas ou de reivindicação de direitos dos negros, contendo o termo etíope no nome. O *Centro Ethiopico* foi criado em 1884 em Pelotas para lutar pela abolição da escravidão na região; e, posteriormente, em 1909, o *Centro Ethiopico Monteiro Lopes* foi criado na mesma cidade com caráter político de reivindicação dos direitos dos negros⁷⁵. (MARQUES, 2008, p. 177).

Além disso, na década de 1930, a Guerra da Abissínia repercutiu entre a intelectualidade negra nacional, inclusive refletindo em relações conflituosas dentro da AIB.

⁷⁵ Sobre a discussão acerca da importância e valorização da Etiópia pelo movimento negro no Brasil, ver Marques (2008, p. 167-180).

Nesse sentido, Abdias do Nascimento (2002, p. 304-305), que foi integralista entre 1933 e 1937, conta que organizou manifestações contra a invasão fascista da Etiópia em 1935, com outros negros de São Paulo.

Considerando a afinidade entre os fascistas e os integralistas, pode-se imaginar como atos desse tipo devem ter repercutido dentro do movimento. A presença de muitos descendentes de alemães (dos quais ao menos uma parte poderia e deveria compartilhar de alguns dos ideais arianos do nazismo) também indica que a tensão interna pode ter sido significativa. No entanto, pela historiografia disponível, ainda não é possível reconstruir esses conflitos, embora haja trabalhos como de Alexandre Marques (2008)⁷⁶ e Karin Kossling (2004) que indicam a existências dessas relações.

Nessa perspectiva, *A Offensiva* parece ter refletido um pouco dessas tensões ao abordar o conflito ítalo-etíope, mesmo que tenha se posicionado principalmente a favor da Itália fascista. Esta situação pode ser verificada em um texto publicado perto do final do conflito, em 19 de abril de 1936, intitulado *Abyssinia, nação agressora!*.

Nessa publicação, o jornal refletia o argumento utilizado pelo governo italiano de que a Itália agira em legítima defesa, depois de tentar diversos acordos com o país africano. Assim, buscava-se demonstrar nas páginas de *A Offensiva* o erro da Sociedade das Nações “quando deu a Itália como nação agressora, no conflito que se desencadeou na África oriental”, o que pode ser evidenciado já no título do artigo.

O texto aborda as relações entre Itália e Abissínia ao longo do século XX, afirmando que esta sempre ameaçara a integridade das colônias italianas, e que, por isso, a invasão do país africano pela Itália fascista seria necessária para garantir a manutenção do poder italiano sobre suas colônias. Segundo o texto,

Os membros da SDN [Sociedade das Nações] [...] esqueceram-se ou se fizeram esquecidos, por conveniência, que a nação abexim, simples amalgama de tribos barbaras, vinha constituindo de há muito tempo, um sério factor de insegurança para as colonias italianas da Erithréa e da Somália que por esse motivo, nunca puderam ser aproveitadas como deviam em virtude das ameaças e das incursões dos “razziadores” selvagens e ferozes, insuflados pelos governos de Addis Abeba, desde os tempos de Menelick. (ABYSSINIA..., 19 abril 1936, p. 9).

⁷⁶ Marques avalia a repercussão do conflito entre a intelectualidade negra da cidade de Pelotas, a partir da análise do jornal pelotense da imprensa negra *A Alvorada* (2008, p. 180-220).

Para justificar a incursão da Itália, o artigo utiliza argumentos que caracterizavam o povo etíope como bárbaro e incivilizado, ou seja, um país que precisava ser desenvolvido e civilizado pela nação fascista.

A Abissínia era apresentada como uma terra em que reinavam atividades desumanas, como a escravidão com suas punições atroz, por exemplo, e como um local incivilizado, onde faltava infraestrutura básica, como banheiros públicos e/ou coleta de lixo nas ruas. Citando os estudos do professor G. Baravelli, afirmava-se que na capital do império etíope, Addis Abeba, “cidade de cem mil habitantes [...] não existem ‘water-closets’ públicos, nem tão pouco particulares, com exceção, bem entendido, das residências dos europeus e americanos. A limpeza das ruas é confiada aos abutres, chacaos e hyenas.” (ABYSSINIA..., 19 abril 1936, p. 9).

O texto é finalizado com a afirmação de que a Itália salvaria a Etiópia do atraso, da barbárie e da selvageria: “Positivamente, a Abyssinia, atrasada e retrograda de hoje, será amanhã, o maior império colonial, agasalhando um povo livre e recebendo os fulgores da civilização mediterranea, o genio da Roma Eterna!” (ABYSSINIA..., 19 abril 1936, p. 10).

A propaganda italiana em favor da conquista da Abissínia utilizava-se ainda da derrota em Adua em 1897, afirmando que a invasão era necessária para vingar este episódio e uma forma de recuperar o esplendor do império romano para consolidar o Império fascista, seu herdeiro. Ao caracterizar as particularidades do imperialismo italiano em relação aos outros países europeus, Bertonha (2005, p. 159) avalia que a campanha italiana na Abissínia na década de 1930 confirmava a importância do fator psicológico e cultural no imperialismo italiano, visto que sua derrota para a Etiópia, no final do século XIX, havia deixado “marcas profundas na auto-imagem dos italianos que se tornaram vítimas do desprezo de outros europeus”. Assim, a invasão sobre o país africano era considerada uma retaliação pelos italianos e estava de acordo com a política externa agressiva da Itália fascista.

Antes do início das batalhas de 1935 e 1936⁷⁷, o imperador etíope estava alerta aos preparativos italianos e também se preparou para um possível conflito. Apesar de militarmente inferior (especialmente porque, a pedido do governo italiano, países europeus produtores de armas haviam cessado a venda de equipamentos militares para a Etiópia no início de 1935), Hailé Selassié I ordenou a permanência do seu exército a 30 km das fronteiras, como forma de proteção a um possível ataque de Mussolini, cujo início era cada

⁷⁷ Para a caracterização do conflito, utiliza-se principalmente Barker (1979) e Bertonha (2005).

vez mais provável. Entretanto, o *Negus* decidiu não atacar, pois queria deixar claro à opinião pública mundial quem era o país agressor.

O ano de 1934 pode ser considerado chave para o início do conflito de 1935-1936 e a conquista da Etiópia pelas tropas italianas. Em dezembro, houve um conflito entre as tropas somalis italianas e as etíopes, em Wal Wal, região localizada dentro do território etíope. O conflito se iniciou depois que uma comissão anglo-etíope, responsável por delimitar as fronteiras entre a Etiópia e a Somália inglesa, ao chegar a Wal Wal, verificou a existência de um destacamento de somalis italianos na região pertencente ao país africano. Então, ocorreram confrontos armados entre somalis italianos e etíopes durante um dia, mas não houve negociação sobre o conflito.

Depois do episódio, a Itália apresentou uma lista de exigências para a Etiópia, entre elas um pedido formal de desculpas e indenizações, demonstrando que, caso as reclamações não fossem atendidas, procederia à invasão. Em resposta às exigências da Itália, o imperador da Etiópia apelou à Sociedade das Nações para resolver o impasse, solicitando uma arbitragem internacional. No entanto, o caso permaneceu sem solução até setembro de 1935, o que favoreceu o início do conflito armado pela Itália.

Assim, as tropas italianas, sob o comando do general De Bono, chegaram à fronteira norte da Etiópia (a partir da Eritréia) no começo do mês de outubro de 1935, com as ordens do *Duce*. Sem declaração formal de guerra, a Itália bombardeou com sua força aérea (a *Regia Aeronautica*) a cidade de Adwa, que foi conquistada pouco tempo depois. O exército italiano na fronteira sul da Etiópia (a partir da Somália italiana) estava sob o comando do general Graziani que, depois da conquista etíope pela Itália, foi nomeado vice-rei na Abissínia.

As forças militares das duas nações eram visivelmente desiguais, o que causou desconforto até para os países que haviam “fechado os olhos” para o conflito, e a opinião pública mundial se posicionava, cada vez mais, contrariamente ao episódio, e teoricamente a favor da Etiópia, sem agir, entretanto, em benefício do país africano.

O representante do governo etíope na Sociedade das Nações recorreu à autoridade da instituição, na sessão extraordinária realizada em 10 e 11 de outubro de 1935, e solicitou que a Itália fosse punida com o embargo econômico/comercial por parte dos membros da Sociedade, alegando que o país europeu havia violado o Pacto de não agressão entre os países que compunham a SDN. A Itália argumentou que se tratava de guerra de autodefesa.

A Sociedade das Nações, naquele momento, entendeu que se tratava de agressão da Itália sobre a Etiópia, porém definiu que as penas impostas à nação agressora seriam definidas

por cada país, e não pela Sociedade, o que dificultou a aplicação das sanções, pois alguns países membros da SDN não aplicaram sanções algumas à Itália.

Na prática, as imposições sobre a Itália não repercutiram diretamente no conflito, mas principalmente na sociedade italiana que viu diminuir o consumo de produtos de primeira necessidade, como carne, por exemplo, pelos italianos. Assim, a guerra continuou sem muitos empecilhos para a nação fascista, e terminou com conquista de Addis Abeba, capital da Abissínia, pela Itália, em maio de 1936.

A invasão (ou conquista, como os italianos preferiram caracterizar) repercutiu no mundo todo e de maneira diversificada. Apesar de parte considerável da opinião pública se mostrar contrária à invasão, muitos países do velho ou do novo mundo se não apoiaram, também não agiram para que o conflito não se concretizasse.

A Inglaterra foi o principal país que se posicionou contrariamente à conquista italiana, sobretudo a partir de junho de 1935, devido à opinião pública inglesa, e também ao contexto de mudança nas relações diplomáticas entre Itália e Inglaterra, bem como de modificação da política externa fascista, que se tornou mais agressiva e violenta. (BERTONHA, 2005, p. 167). Porém, nas sessões da Sociedade das Nações, a Inglaterra agia conforme as circunstâncias e interesses imediatos, e quase não se esforçou para evitar o ataque italiano. Assim, na prática, a Inglaterra não fez quase nada em favor da nação africana, e em muitas ocasiões, ao afirmar acordos com a Itália (especialmente devido ao medo desta se aliar à crescente Alemanha), demonstrou sua simpatia à nação italiana, ou pelo menos, sua não oposição à decisão da Itália de invadir o país africano.

A posição da Inglaterra, contrária ao conflito, era interpretada e difundida pela Itália (para o seu povo e para aqueles que eram favoráveis à conquista e colonização do país africano) como uma reação à ameaça que a consolidação do Império Fascista constituía para a hegemonia da Inglaterra. Esta interpretação também foi veiculada no jornal *A Offensiva*, conforme verificado no artigo *O Conflito Italo-Abissínio e a Inglaterra*, sem autoria, publicado no periódico em setembro de 1935, antes do primeiro ataque italiano à Etiópia.

Iniciado com uma citação de Léon Daudet (1867-1942), co-fundador e membro da *Action Française*, sobre a oposição entre Inglaterra e Itália em relação ao conflito desta com a Abissínia, o texto procurava justificar a atitude da nação fascista, afirmando que ela agia de acordo com “as necessidades vitais do povo italiano e a garantia militar na África oriental”, sendo que, por isso, a Sociedade das Nações não poderia intervir na questão. Segundo o texto, a solução militar seria a única maneira de a Itália solucionar o problema do protetorado

abissínio e garantir a segurança das suas colônias, já que, “nas circunstancias perigosas, não teríamos a ajuda de ninguém; dar-se-ia provavelmente o contrario.”. (O CONFLICTO..., 14 set. 1935, p. 10).

O texto afirmava ainda que os interesses da Inglaterra no conflito estavam ligados à sua preocupação com a região do Nilo, que os ingleses pretendiam dominar, conforme é possível constatar nas seguintes palavras do documento: “a Inglaterra mantém-se firme na sua posição de alarme quanto ao Nilo [...] pergunto até onde ira ella barrar o caminho da Italia e ficar, sem preocupações, a dona do Nilo.”. (O CONFLICTO... 14 set. 1935, p. 10).

A publicação chamava a atenção também para o fato de que uma atitude agressiva da Inglaterra em relação à Itália, como o fechamento do canal de Suez, por exemplo, acarretaria dificuldades comerciais para todos os países da Europa, o que, conseqüentemente, poderia resultar em problemas diplomáticos entre as potências europeias: “Mas é na Europa sobretudo que a attitude da Inglaterra póde ter graves conseqüências. Quanto aos países dominados pela Inglaterra não se sabe exactamente o que pensam, devido a variedade das suas populações.”. (O CONFLICTO... 14 set. 1935, p. 10). Este argumento pode ser interpretado como um esforço da Itália para conseguir o apoio das nações europeias no seu objetivo de colonizar o país africano.

Outra publicação faz referência à contraposição da Inglaterra às atitudes italianas na Etiópia. O texto, também sem autoria, intitulado *Do alto da montanha – a voz do sangue...* publicado em 16 de novembro de 1935, afirmava que o país liberal estava preocupado apenas com os prejuízos que a guerra poderia causar à sua hegemonia econômica e não com o país invadido. E isto seria visível pelo fato de que a Inglaterra havia mantido a escravidão em todas as suas colônias inglesas da África, o que, por sua vez, contrariava as suas atitudes anteriores em defesa do fim da escravidão no Brasil, por exemplo. Segundo o texto, estas atitudes contraditórias dos ingleses comprovariam que o país agia apenas de acordo com os seus interesses econômicos imediatos:

A Inglaterra que se fez campeã da abolição da escravatura no Brasil, somente porque o trabalho escravo na nossa lavoura fazia concorrência ao das suas colonias, a Inglaterra fechou sempre os olhos à escravatura de negros por negros em suas colonias africanas, na Republica da Liberia e no Imperio da Ethiopia. (DO ALTO..., 16 nov. 1935, p. 7).

Assim, a Inglaterra só estaria interessada em manter seu poder econômico, agindo em favor dos grandes industriais do seu país, que, por sua vez, tinham interesse em estabelecer

relações comerciais ou instituir empresas exploradoras de matérias-primas nas suas colônias e nas colônias de outros países:

Como é do consenso universal, a Inglaterra só se move pelo interesse commercial da plutocracia judaica que domina a sua política externa.

[...]

Assim pois a opposição da Inglaterra á Italia, na campanha africana, nada mais é que a perda do negocio, arranjado pelo Mr. Franck William Rickett, para os seus patrões da Royal Dutch, da Anglo Persian, da British Oil Development, por cujos interesses véla o Gabinete e Parlamento britannicos, ameaçando com suas esquadras, até agora invencíveis... (DO ALTO... 16 nov. 1935, p. 7).

Mesmo que a Inglaterra tenha agido de acordo com os seus interesses ao se posicionar perante o conflito, é interessante notar como a AIB articulava as críticas que tecia ao liberalismo nos textos em que discutia a guerra ítalo-etíope nas páginas de *A Offensiva*. Nesse sentido, é possível observar, no texto citado acima, o antiliberalismo e as críticas ao capitalismo internacional dominado pelos judeus, elementos presentes na ideologia integralista.

Além disso, constatou-se que a Ação Integralista Brasileira, ao noticiar os assuntos referentes à Itália e à Abissínia, se posicionou a favor da conquista italiana, visivelmente de acordo com a atitude expansionista da nação fascista, com a qual compartilhava a ideologia.

Na mesma perspectiva que a maioria dos países da América Latina, inclusive do Brasil⁷⁸, assim como a maior parte das nações europeias, a AIB enaltecia as atitudes civilizatórias da nação italiana sobre o país africano. Porém, contraditoriamente, buscava apresentar uma imagem positiva dos negros, afirmando, inclusive, que o conflito não era uma guerra de raças, e que grande parte dos africanos apoiava o exército italiano, lutando ao seu lado.

Em um texto com um título impactante como *Não existe questão de côr para os italianos*, o mesmo autor que escreveu que os abissínios eram selvagens e bárbaros, Luigi Ricci, discutia assuntos diversos, mas buscava justificar a colonização italiana na Abissínia, o que não é exatamente sugerido pelo título.

Primeiramente, o autor apresenta as belezas naturais que conheceu na Abissínia, especificamente na região do rio Ganale Doria, bem como a fertilidade da terra, afirmando que os camponeses italianos saberão utilizar e desenvolver esta terra como fizeram no Brasil,

⁷⁸ Sobre a repercussão do conflito nos países da América Latina e o posicionamento destes acerca da guerra ver Marques (2008, p. 77-87).

na Argentina e no Uruguai. Ricci afirma que soldados italianos, nas horas de folga, já haviam plantado feijão, ervilhas, tomates e algumas verduras, comprovando a produtividade do solo. Isto tudo o teria feito pensar que o povo italiano finalmente poderia encontrar

a terra que lhe convém, para obter as matérias primas necessárias á sua vida. E que se torna necessária a intervenção do braço italiano para arrancar a esse solo privilegiado todos os thesouros que nelle se acham encerrados, está a provar-o o fato que doze milhões de negros que habitam a Abyssinia, não souberam durante séculos seguidos, explorar suas immensas riquezas, permanecendo em um estado de atrazo e de miséria tal que só encontra comparação na existência dos índios insubmissos das florestas sul-americanas. (RICCI, 19 mar 1936, p. 4).

O texto evidencia claramente a posição favorável do autor à colonização italiana na Abissínia. No entanto, apesar de afirmar que os negros não haviam desenvolvido o país, mantendo-o na miséria, busca demonstrar que não havia questão de *côr* [sic] (ou seja, racismo) para os italianos. Segundo o autor, os soldados italianos, ao contrário dos ingleses, confraternizavam com os soldados negros (*dubats*), bem como se relacionavam amigavelmente com o povo etíope (óbvio que com aqueles que não se opunham à conquista italiana e sim apoiavam-na)⁷⁹, conforme se observa na seguinte passagem:

Que venham os ingleses apreciar como os jovens officiaes italianos se sentem bem no meio das tropas de *côr*.
[...] Que venham apreciar esses soldados italianos que, loucos de saudades da família, chamam os negrinhos barrigudinhos e sujos e os agradam com afagos paternaes, aconchegando-os ao collo. (RICCI, 19 mar 1936, p. 4).

Em mais uma publicação, Ricci enaltece a participação das tropas formadas por soldados negros nas vitórias italianas, e também procura apresentar que parte da população etíope estava de acordo com a ocupação.

Em *Os "bersaglieri" pretos e as outras tropas de cor garantem a liberdade de movimento das tropas italianas*, o autor, depois de discorrer sobre seu encontro e conversa com o sultão etíope Olol Dinle, destacando as qualidades do líder abissíneo que escolhera lutar

⁷⁹ Barker demonstra as atitudes violentas e coercitivas adotadas por Grazziani contra aqueles que resistiram à ocupação italiana no curto período em que exerceu o vice-reinado na Abissínia (1936-1937). Sobre a organização administrativa e as medidas empreendidas pelo governo italiano após a conquista do território, ver Barker (1979, p. 134-159).

ao lado dos italianos⁸⁰, buscava demonstrar as contribuições dos *homens de cor* que lutavam ao lado da Itália: sómalos [*sic*], e *askaris* da Líbia, comparando-os com os eritreus e abissínicos, considerados inferiores no que se referia à prática nas guerras.

Os somalis eram considerados leais e ligeiros, ao contrário de eritreus e abissínicos, cuja origem e crença na superioridade da sua raça não admitiam “o mando de pessoas que julgam pertencerem a ‘cabilas’ inferiores”. Os líbios eram considerados resistentes ao clima e a diversas moléstias, o que seria favorável à vitória nas batalhas. Além disso, eram inteligentes e possuíam “uma intuição excepcional, um poder visual notável e uma capacidade de movimentos verdadeiramente maravilhosa”. (RICCI, 1 abril 1936, p. 1).

Além das tropas regulares (*askaris*), havia as tropas irregulares (*dubats*), que eram formadas por soldados recrutados nas várias regiões das colônias italianas. Ricci enaltece a fidelidade dos *dubats* para com os generais italianos, o que lhes teria rendido o título de *bersaglieri* pretos, dado pelo próprio Mussolini. O autor também exaltava as características dos *dubats* nas batalhas: “Esses *dubats*, representam para os italianos, o que o perdigueiro representa para o caçador. Espia os movimentos do adversário; atrae-o fora da toca; o individualiza e não o perde de vista até pegal-o no instante oportuno.”. (RICCI, 1 abril 1936, p. 1).

Barker (1979, p. 101) reconhece a importância da participação dos negros ao lado da Itália na guerra, destacando a relevância dos soldados colonos, especialmente eritreus, na vitória italiana. Segundo o autor, a última batalha importante do conflito, a batalha de Mai Ceu, vencida pela Itália, que o general italiano Badoglio “chamou de ‘a batalha pelo Império’ foi vencida pelas tropas coloniais negras”, o que pode ser constatado pelo maior número de baixas entre os colonos do que entre os oficiais vindos da Itália.

Dessa forma, a participação dos negros nas tropas italianas foi fundamental para a vitória da Itália sobre a Abissínia, o que, em partes, era reconhecido pelos italianos. Todavia, a propaganda fascista enalteceu principalmente o papel do Exército italiano e das tropas de camisas-negras na conquista da Abissínia.

O papel dos negros na guerra foi veiculado pelos italianos e pelo jornal *A Offensiva* de acordo com o seu posicionamento em relação à nação fascista. Apesar do fato de que todos os que lutaram na guerra fossem africanos e negros (eritreus, *askaris*, *dubats* e etíopes), a nação fascista os classificava de acordo com o seu posicionamento em relação à Itália, enaltecendo

⁸⁰ O rás Olol Dinle e seu exército lutaram ao lado dos italianos, e foram considerados traidores por Hailé Selassié e pelos etíopes fiéis ao imperador.

as qualidades daqueles que lutavam ao lado dos italianos, e caracterizando defeitos naqueles que se posicionavam contra as tropas do *Duce*.

Nesse sentido, nem todos os negros eram considerados inimigos da Itália, mas sim aqueles *insubordinados, infiéis e desleais* que lutavam contra a nação fascista, caracterizados geralmente como selvagens e bárbaros, que deveriam ser civilizados pelos italianos assim que estes conquistassem e colonizassem a Etiópia.

A comparação feita entre os negros que lutavam ao lado dos fascistas ou que faziam parte das colônias italianas, e aqueles que resistiam ao exército do *Duce*, elogiando os primeiros em detrimento dos segundos, sugere que a civilização dos africanos pela Itália era um assunto considerado primordial pelo governo de Mussolini. Isto permite inferir que, para a nação fascista, os povos colonizados seriam superiores aos ainda não colonizados, pois aqueles já tinham entrado em contato com a civilização italiana e apreendido os valores necessários para evoluírem.

Constatam-se no periódico integralista *A Offensiva* interpretações semelhantes em relação aos negros que participaram do conflito, considerando que as publicações analisadas apresentam posicionamento favorável à nação italiana, utilizando basicamente os mesmos argumentos que a propaganda fascista.

O destaque dado às questões da cor e/ou da não existência do racismo nos títulos dos dois textos (*Não existe questão de cor para os italianos*, e *Os "bersaglieri" pretos e as outras tropas de cor garantem a liberdade de movimento das tropas italianas*), permite pensar que os textos pretendiam chamar a atenção da população negra, além de tentar afirmar a inexistência de discriminação racial na ideologia da AIB.

Além disso, a disposição dos textos que abordavam a relação entre os italianos e os negros africanos, bem como o destaque ao assunto no título e na primeira página do jornal⁸¹, nos remete à ideia de que, pelo menos em alguns momentos, o periódico procurou chamar a atenção de um público específico e interessado no tema, os negros, ou pelo menos, procurou enfatizar o assunto de acordo com a necessidade do movimento se afirmar como uma organização política destituída de preconceitos raciais em relação aos negros.

Ao mesmo tempo, e o que parece mais relevante e interessante, ao valorizar os adjetivos dos negros aliados à Itália e depreciar os negros que deveriam ser conquistados, podemos inferir que havia um enaltecimento da colonização como sinônimo de civilização

⁸¹ A maioria dos textos publicados sobre a Guerra da Abissínia aparece somente no interior do jornal, geralmente na página dedicada aos assuntos internacionais.

dos africanos no discurso divulgado em *A Offensiva*. Assim, podemos refletir que a AIB considerava que, também no Brasil, seria necessária a civilização dos negros partidários do Integralismo, o que, entretanto, deveria ser feito pela interiorização dos valores propagados pelo movimento integralista, tais como a disciplina, a ordem e a hierarquia, entre outros.

Nessa perspectiva, a partir da análise das publicações do jornal integralista *A Offensiva* referentes aos negros e/ou a temas interessantes à população negra nacional, verificou-se que, apesar da heterogeneidade de abordagens e interpretações acerca do assunto, a AIB utilizou os temas para disseminar sua doutrina e ideologia, o que corrobora com o papel doutrinador que a imprensa integralista assumiu.

No que se refere aos negros, foi possível constatar que a AIB apresentava um apelo específico, que pode ser relacionado ao seu projeto de nação. Nesse sentido, a diversidade dos temas e, em alguns casos, as ambigüidades presentes nos textos podem ser estendidas à visão que *A Offensiva*, e, conseqüentemente, a AIB tinha sobre a *população de cor* do Brasil, o que, por sua vez, não pode ser desvinculado da proposta integralista de nação.

O nacionalismo *integrador* da AIB pretendia englobar todas as etnias existentes no Brasil para formar a *nação integral*, incluindo o negro como parte da *brasilidade* desde o processo de formação do país (devido à valorização do mestiço como representante do povo brasileiro). Ao mesmo tempo, a nação brasileira a ser consolidada deveria ser civilizada, no sentido europeu do termo, e, segundo a propaganda integralista, somente a AIB estaria habilitada para criar essa nova nação civilizada no Brasil. Para tanto, o povo brasileiro também deveria estar imbuído de sentimentos e valores civilizados, o que deve ser entendido como os valores propagados pela AIB.

Assim, podemos concluir que a propaganda doutrinária e ideológica da AIB voltada aos negros e difundidas nas páginas de *A Offensiva* apresentava ambigüidades no mesmo sentido que seu projeto homogeneizante de nação. Este, ao defender a integração de todos os elementos pertencentes à sociedade brasileira para a formação da nação, definia de maneira autoritária que esses elementos eram aqueles que estavam presentes na doutrina integralista, e somente com a instituição desses valores na sociedade brasileira, a partir da ascensão da AIB ao poder, é que se constituiria a *verdadeira* unidade nacional no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme demonstrado, o objetivo inicial da pesquisa era apreender como e porque um movimento de caráter fascista, a Ação Integralista Brasileira (AIB), existente oficialmente no Brasil entre 1932 e 1937, teria admitido a presença de negros nas suas fileiras, bem como compreender o que teria levado afrodescendentes a se filiarem a uma organização política que apresentava, de alguma forma, aspectos racistas.

A partir da utilização da análise das publicações que se referiam aos negros e/ou a assuntos que interessavam à comunidade negra brasileira divulgadas no jornal integralista *A Offensiva* (1934-1938), bem como da bibliografia sobre o tema, pôde-se verificar principalmente a visão que a Ação Integralista Brasileira tinha acerca dos afrodescendentes, compreender a forma peculiar com que a *questão racial* era abordada pelo Integralismo, e indicar alguns motivos que teriam atraído os negros para as suas fileiras.

A pesquisa nos levou a inferir que a Ação Integralista Brasileira foi criada no contexto em que a intelectualidade nacional estava preocupada com a consolidação da nação brasileira nos moldes do que era entendido como civilização no mundo ocidental naquele período.

Nesse sentido, apresentou-se algumas das interpretações desenvolvidas pela *intelligentsia* brasileira, entre o final do século XIX e a década de 1930, acerca das possibilidades de se criar uma nação forte e civilizada no Brasil. As diferentes perspectivas sobre o assunto foram criadas com base na consideração de que a miscigenação da população nacional, a partir da “mistura” das três *raças* (a branca – portuguesa –, a índia e a negra) existentes no país desde o processo histórico de colonização, seria a representante da identidade nacional brasileira.

Dessa forma, no momento em que a AIB foi fundada, apresentando-se como a única organização política capaz de (re)construir a nação brasileira e instituir a *verdadeira unidade nacional* no país a partir do que ela considerava como características genuinamente nacionais, havia diversas interpretações acerca da consolidação de uma nação moderna (no sentido europeu do termo) no Brasil.

As principais perspectivas verificadas eram as seguintes: a que condenava o país ao fracasso devido à sua população mestiça, considerada racialmente inferior; a teoria do branqueamento que defendia a regeneração da raça nacional e, conseqüentemente da nação brasileira, a partir miscigenação entre as raças consideradas inferiores (negra e índia) com a

raça entendida como superior (a branca), que garantiria a predominância das qualidades desta na população nacional; e aquelas que defendiam a necessidade da criação de políticas públicas que recuperassem o povo brasileiro (mestiço) que estaria esquecido pelas autoridades há muito tempo, o que deveria ser feito por um Estado centralizado, forte e capaz de implantar medidas sanitárias, higienistas e eugenistas na sociedade e povo brasileiro.

Assim, notou-se que as discussões e perspectivas predominantes entre a intelectualidade nacional influenciaram a proposta de nação desenvolvida pela Ação Integralista Brasileira na década de 1930. Nesse sentido, foi possível verificar que a mestiçagem, compreendida como representante do povo brasileiro, estava presente no nacionalismo integralista, bem como na proposta de nação desenvolvida pela AIB. Não obstante, o projeto integralista de nação tinha características próprias, e o seu elemento principal era o discurso *integrador* utilizado pela AIB.

Desse modo, a AIB defendia a criação de uma nação homogênea em que todos os elementos nacionais estariam integrados e na qual não haveria conflitos. A implantação dessa *nação integrada* ou *integral* seria proporcionada pela ação do movimento integralista, que a partir de um poder centralizado e forte e da valorização dos seus aspectos doutrinários, tais como disciplina, ordem, hierarquia e espiritualismo, garantiria a unidade dos elementos considerados nacionais, tais como a *raça*, a história, os costumes e a cultura brasileira.

É importante ressaltar que a nação brasileira pensada pela AIB foi delineada, elegendo tanto os seus elementos formadores quanto os seus desagregadores (ou seus inimigos), de maneira autoritária, tal como é feito pelos diversos movimentos fascistas. Assim, os inimigos da AIB, considerados também inimigos da nação brasileira, eram caracterizados como elementos estrangeiros, tais como o liberalismo e o comunismo vinculados principalmente ao judaísmo internacional.

Além disso, a valorização dos elementos considerados genuinamente brasileiros, como a língua portuguesa, a miscigenação racial e cultural de negros, índios e portugueses, a história nacional e o espiritualismo, traziam consigo a desvalorização das culturas estrangeiras existentes na sociedade brasileira, tais como a língua e os costumes dos povos imigrantes, como os alemães, por exemplo.

Nessa perspectiva, o discurso *integrador* da AIB era ambíguo e até contraditório. Ao afirmar a necessidade de integrar todos os elementos presentes na sociedade nacional, a nação integral excluía tudo aquilo que era considerado alienígena, especialmente as culturas dos grupos étnicos de imigrantes. Além disso, os principais inimigos da AIB, considerados

desagregadores da pátria brasileira, como o comunismo e o liberalismo, eram caracterizados como ideologias estrangeiras, ligadas a elementos externos como os judeus, por exemplo.

Assim, o nacionalismo e a proposta de nação da AIB podem ser considerados intolerantes. Entretanto, os aspectos da intolerância integralista estavam mais ligados a argumentos políticos, econômicos e culturais do que a aspectos racistas, no sentido biológico do termo *raça*.

A ambigüidade da proposta homogeneizante de nação desenvolvida pela AIB pôde ser verificada nas páginas do jornal *A Offensiva*. A heterogeneidade de textos e autores constatada nas publicações divulgadas neste periódico que abordaram os negros e/ou os assuntos que interessavam à *população de cor* [sic] do Brasil corrobora com a imagem ambígua de nação integradora proposta pela AIB.

No jornal, foram publicados textos valorizando a importância da cultura negra na formação da cultura brasileira; comemorações referentes a datas importantes para a população afrobrasileira como a Abolição da escravidão no Brasil; notícias referentes a um assunto de interesse do povo negro como a Guerra entre Itália e Abissínia (1935-1936); além de imagens e notícias sobre esportistas negros e fotos de militantes integralistas negros e/ou mulatos divulgadas na Seção *Sociais* [sic] do periódico.

Parte considerável dos textos buscava demonstrar que a ideia de superioridade de uma raça em relação às demais estava superada. Porém, foi possível verificar a presença de elementos que consideravam um povo (ou cultura), no caso a branca, como superior, em termos de civilização, aos demais. Este fato estava de acordo com a ideia presente no nacionalismo integralista de que era necessário instituir uma nação civilizada no Brasil, o que permite inferir que os brancos europeus teriam papel primordial na consolidação da nação integral, visto que era na Europa que os países já tinham consolidado nações fortes e civilizadas.

Além disso, a maioria das publicações estava imbuída dos elementos doutrinários e ideológicos integralistas, demonstrando que a Ação Integralista Brasileira pretendia propagar os seus ideais a todos os leitores do jornal, fossem eles integralistas ou não.

Verificou-se ainda que os apelos destinados à população negra ou *de cor* brasileira difundidos em *A Offensiva* geralmente apresentavam argumentos que buscavam afirmar a presença do negro na sociedade e nação brasileira e, portanto, como bem vinda ao Integralismo, sendo este apresentado como o único movimento político *genuinamente* nacionalista e capaz de consolidar a *verdadeira* nação no Brasil.

Assim, a propaganda integralista voltada à população negra disseminada na imprensa, somada à constatação da presença de afrodescendentes na AIB, permite inferir que os apelos tenham surtido efeito, no sentido de atrair os negros para o movimento integralista. Contudo, essa eficiência da propaganda integralista em relação aos negros deve ser analisada com cautela, considerando-se outras motivações para a filiação de afrodescendentes à AIB.

Nesse sentido, a valorização de elementos presentes na sociedade nacional do período pela AIB (como o catolicismo, a educação como forma de ascensão social e econômica, e a defesa da miscigenação como representante da nacionalidade brasileira); as ações do Integralismo voltadas a atividades assistencialistas, e a relevância da AIB naquele contexto nacional, também podem ter contribuído para que negros simpatizassem e/ou se filiassem ao movimento integralista. Além disso, a aproximação entre os ideais propagados pela AIB e pela Frente Negra Brasileira deve ser avaliada como propulsora à aceitação do Integralismo por parte da população negra nacional.

Dessa forma, apesar da possibilidade de inferências sobre a participação dos negros na AIB, as conclusões acerca do que teria levado os afrodescendentes a adentrarem a um movimento de caráter fascista, que apresentava de alguma forma o racismo, não podem ser delimitadas com certeza, a não ser por motivos subjetivos dos militantes.

Assim, a partir da pesquisa realizada, foi possível perceber que a AIB considerava o negro como parte da identidade nacional e da sociedade brasileira (assim como o fazia grande parte da intelectualidade nacional do período). Por isso, ele também deveria fazer parte da nação integral que seria instituída quando o Integralismo ascendesse ao poder. Porém, para tanto, o negro deveria ser/estar civilizado, o que pode ser compreendido como a interiorização dos valores doutrinários propagados pela AIB considerados parte da *verdadeira* nação brasileira, tais como o nacionalismo, o antiliberalismo, o anticomunismo, a hierarquia e a disciplina.

Destarte, a presente pesquisa contribuiu para entender como os negros estavam inseridos na proposta de nação da Ação Integralista Brasileira, e, conseqüentemente, compreender um pouco melhor como a *questão racial* ou a *intolerância* estava presente na ideologia integralista. Assim, contribuí para a compreensão deste movimento político de caráter fascista que existiu no Brasil na década de 1930. Contudo, os resultados desta pesquisa não exaurem o tema, deixando o caminho aberto para novas investigações.

REFERÊNCIAS

ARQUIVOS CONSULTADOS

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Periódico *A Offensiva* microfilmado.

Centro de estudos UNESP-Assis – Periódico *A Voz da Raça* digitalizado.

Centro de Documentação da Universidade Estadual de Maringá (CEDOC-UEM) – Maringá-PR para leitura e digitalização da documentação microfilmada.

FONTES

- **JORNAL A OFFENSIVA (1934-1938)**
- **Artigos citados publicados em *A Offensiva*:**

A IRMÃ... *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 443, p. 2, 21 mar. 1937.

ABYSSINIA... *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano II, n. 160, p. 9 e 10, 19 abril 1936.

BRASILIDADE... *A Offensiva*. Rio de Janeiro, ano I, n. 1, p. 2, 17 maio 1934.

MAURICIANO. Integralismo e nacionalismo. *A Offensiva*. Rio de Janeiro, ano IV, n. 596, p. 4, 18 set. 1937.

BRASILIDADE... *A Offensiva*. Rio de Janeiro, ano II, n. 59, p. 5, 29 jun. 1935.

BRUNO, E. S. Meditações brasileiras IV. *A Offensiva*. Rio de Janeiro, ano II, n. 56, p. 2, 08 jun. 1935.

_____. Meditações brasileiras (O problema da côm nacional). *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano III, n. 260, p. 1 e 14, 16 ago. 1936.

_____. A preocupação afro-indígena. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 400, p. 3, 29 jan. 1937.

_____. O índio, o negro e a civilização brasileira. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 414, p. 3, 16 fev. 1937.

_____. O negro em nossa poesia moderna. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 433, p. 2, 10 mar. 1937.

_____. Meditações brasileiras (Africomania). *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano II, n. 170, p. 2, 1 maio 1936.

A PALAVRA da mulher pelo candidato do Brasil. *A Offensiva*. Rio de Janeiro, ano IV, n. 538, p.3, 13 jul. 1937.

A SIGNIFICAÇÃO para o Integralismo da data de 13 de maio. Ainda não há liberdade no Brasil. O 13 de maio foi um acto e não um facto. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano II, n. 181, p.3, 14 maio 1936.

DO ALTO da montanha. A voz do sangue... *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano II, n. 79, p. 7, 16 nov. 1935.

EM PROL do Raio Negro. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 456, p. 7 e 9, 07 abril 1937.

LIBERTAÇÃO dos Escravos (especial para A OFFENSIVA). *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano III, n. 184, p. 25, 17 maio 1936.

MANIFESTO-PROGRAMMA lançado à Nação pelo Chefe Nacional da Acção Integralista Brasileira em Janeiro de 1936. Plataforma com que Plínio Salgado, candidato dos camisas-verdes, pleiteará, nas próximas eleições nacionais, a presidencia da Republica. *A Offensiva*. Rio de Janeiro, ano IV, n. 513, p.2, 13 jun. 1937.

OS ATHLETAS negros e o preconceito racial. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano III, n. 267, p. 9 e 11, 25 ago 1936.

OS DEZ melhores atletas das Olympiadas. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano III, n. 330, p. 4, 6 nov. 1936.

RAIO NEGRO foi representado na E.T.I. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 444, p. 7, 23 mar. 1937.

RICCI, Luigi. No “front” sómalo, entre “askaris” e “dubats”. *A Offensiva*, ano II, n. 92, p. 1, 30 jan. 1936.

RICCI, Luigi. Os “bersaglieri” pretos e as outras tropas de cor garantem a liberdade de movimento das tropas italianas. *A Offensiva*, ano II, n. 144, p. 1 e 4, 01 abril 1936.

STRAUCH, Ottolmy da Costa. Ensaio sobre o caráter nacional. *A Offensiva*. Rio de Janeiro, ano III, n. 248, p. 10 e 12, 02 ago. 1936.

O CONFLICTO Italo-Abyssinio e a Inglaterra. *A Offensiva*, ano II, n. 70, p. 10, 14 set. 1935.

O DIA DO NEGRO foi comemorado pelos camisas-verdes com a inauguração de escolas e ambulatórios. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 493, p. 1, 21 maio 1937.

O INTEGRALISMO e a sucessão presidencial. Um grande plebiscito lançado nas fileiras dos camisas-verdes. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 472, p.1, 25 abril 1937.

OS GRANDES ACONTECIMENTOS da história brasileira – Abolição da escravidão. Toda nação comemora nesta data a gloriosa epopéia que libertou a raça negra no Brasil. Aspectos da obra grandiosa realizada por José do Patrocínio e outros vultos eminentes do passado. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 486, p.1-2, 13 maio 1937.

O 13 DE MAIO no Collegio Icarahy de Nictheroy – uma saudação á imprensa brasileira. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano II, n. 181, p. 10, 14 maio 1936.

O 13 DE MAIO na Acção Integralista – A sessão cívica de hontem na Sede Provincial da Guanabara. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 487, p.3, 14 maio 1937.

SALGADO, Plínio. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano II, n. 80, p. 1, 23 out. 1935.

SALGADO, Plínio. Carta a Castro Alves, *A Offensiva*, ano IV, n 437, p. 2, 14 mar. 1937.

- **Artigos citados publicados em OUTROS PERIÓDICOS:**

A COMEMORAÇÃO do 13 de maio. *A voz da raça*. São Paulo, ano III, n. 53, p.4, maio 1936.

COMEMORAÇÃO do 13 de maio em Birigui. *A voz da raça*, São Paulo, ano III, n. 54, p.4, junho 1936.

LIMA, Silvério. O dia da raça. *A voz da raça*, São Paulo, ano III, n. 53, p.1, maio 1936.

TIETÉ e o 13 de maio, *A voz da raça*, São Paulo, ano III, n. 54, p. 4, junho 1936.

BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, José de. *O Guarani*. 19. ed. São Paulo: Ática, 1995.

_____. *Iracema*. 29. ed. São Paulo: Ática, 1995.

ALONSO, Angela. O positivismo de Luís Pereira Barreto e o pensamento brasileiro do final do século XIX. Instituto de estudos avançados da USP. Disponível em: <www.iea.usp.br/artigos> . Acesso em 14-06-2010.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Márcia Luiza Pires. A escola primária da Frente Negra Brasileira em São Paulo (1931-1937). In: AGUIAR, M. A. S.; OLIVEIRA, I.; OLIVEIRA, R.; SILVA, P. B. G. (org.). *Negro e educação 4: linguagens, resistências e políticas públicas*. São Paulo: Ação Educativa, Anped, 2007. p. 39-53.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e revolução – O Integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1988.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra medo branco. O negro no imaginário das elites. Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BALAKRISHNAN, Gopal (org.) *Um mapa da questão nacional*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BARBOSA, Jeferson Rodrigues. *Sob a sombra do eixo: camisas-verdes e o jornal integralista Ação (1936-1938)*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)–Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

BARKER, A. J. *A conquista da Etiópia*. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1979. (História ilustrada do século de violência).

BARRERAS, Maria José Lanziotti. *Dario de Bittencourt (1901-1974)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

BATISTA, Alexandre Blankl. “*Mentores da nacionalidade*”: a apropriação das obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres e Farias Brito por Plínio Salgado. 2006. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BERTONHA, João Fábio. A questão da “Internacional Fascista” no mundo das relações internacionais: a extrema direita entre solidariedade ideológica e rivalidade nacionalista. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Ano 43, n. 01, 2000a, p. 99-118.

_____. *Bibliografia orientativa sobre o Integralismo (1932-2007)*. Jaboticabal: Funep, 2010.

_____. Entre Mosley, Whittaker e Plínio Salgado: interfaces entre o universo fascista do Brasil e do mundo anglo-saxão. *Interfaces Brasil/Canadá. Revista da ABECAN – Associação Brasileira de Estudos Canadenses*. Porto Alegre: UFRGS. ABECAN, 2002. p. 129-144.

_____. *Fascismo, nazismo, integralismo*. São Paulo: Ática, 2000b.

_____. *O antifascismo socialista italiano em São Paulo nos anos 20 e 30*. 1993. Dissertação (Mestrado em História)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

_____. *Os italianos*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. *Sob o signo do Fascio: O fascismo, os imigrantes italianos e o Brasil, 1922-1943*. 1998. 419 f. Tese (Doutorado)– Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

_____. *Sobre a direita. Estudos sobre o fascismo, o nazismo e o integralismo*. Maringá: Eduem, 2008.

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 137-166.

BULHÕES, Tatiana da Silva, “Evidências esmagadoras de seus atos”: fotografia e imprensa na construção da imagem pública da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

CANDELORO, V.; PRIORI, A. Manoel Bomfim: a educação como resposta aos “males” do Brasil. In: PEREIRA, L.; PRIORI, A. (org.). *Dilemas do desenvolvimento brasileiro. Ideias, política e economia no Brasil do século XIX*. Curitiba: Instituto Memória, 2009. p. 147-171.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira. Momentos decisivos*. 7. ed. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: editora Itatiaia. v. 2., 1993. (Coleção Reconquista do Brasil – 2ª série, v. 178).

CARVALHO, José Murilo. Nações imaginadas. In: _____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: editora UFMG, 1998.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru, SP: Edusp, 1999.

CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUÍ, M.; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e participação popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Centro de estudos de cultura contemporânea, 1978.

CORSI, Margarida da Silveira. *Da pena em punho ao olho da câmera: a dialogia na (re) construção da identidade nacional em O Guarani*. 2007. 270 f. Tese (Doutorado)–Universidade Estadual Paulista, Assis, 2007.

CRUZ, Natália dos Reis. *O Integralismo e a Questão Racial. A Intolerância como Princípio*. 2004. 281 f. Tese (Doutorado)–Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2004.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. ed. crítica Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ática, 1998. (Série Bom Livro especial).

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Sua alma em sua palma: identificando a “raça” e inventando a nação. In: *Repensando o Estado Novo*. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 257-288.

CURTY, Marlene Gonçalves; CRUZ, A. C.; MENDES, M. T. M. *Apresentação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses: (NBR 14724/2005)*. 2ª Ed. Maringá: Dental Press, 2006.

CYTRYNOWICZ, Roney; MAIO, Marcos Chor. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003. Livro 2. p. 44-61.

DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil café com leite. Debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na primeira república. *Tempo*, n. 26, p. 67-90, jan.-jun. 2009.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS-1930. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, s/d. CD-ROM.

DIWAN, Pietra. *Raça Pura*. São Paulo: Contexto, 2007.

DOMINGUES, Petrônio José. Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a luta contra o racismo no Brasil. *Revista Histórica*, São Paulo, n. 14, 2004. p. 15-18.

_____. “Um tempo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. *Revista Brasileira de Educação*. v.13. n.39. set-dez, 2008. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/275/27503908.pdf>> Acesso em: 27 maio 2010.

_____. Movimento negro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 12 n. 23, julho, 2007. p. 100-122. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/v12n23a07.pdf> Acesso em: 25 out. 2010.

_____. O “messias” negro? Arlindo Veiga dos Santos (1902-1978). “Viva a nova monarquia brasileira; Viva Dom Pedro III!”. *Varia Historia*. Belo Horizonte, v. 22, n. 36, jul-dez, 2006. p. 517-536

DOTTA, Renato Alencar. *As relações entre a AIB, os sindicatos e os trabalhadores através da imprensa integralista*. 2003. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

DOTTA, Renato A.; CAVALARI, Rosa M. F.; POSSAS, Lídia M. V (org.). *Integralismo: novos estudos e reinterpretações*. Rio Claro: Arquivo Público do município, 2004.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. “A Milícia do Além”: Rituais políticos da Ação Integralista Brasileira. In: IV SEMANA DE HISTÓRIA POLÍTICA. I SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA POLÍTICA, 2009. *Anais eletrônicos*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009. s/p.

FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. (dir.) *O Brasil republicano, v.3: sociedade e política (1930-1964)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

FRENCH, John D. *Afogados em leis. A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. Trad. Paulo Fontes. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 34ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GELLNER, Ernest. *Naciones y nacionalismo*. Versión española de Javier Setó. 2. reimp. Madrid: Alianza, 1987.

GERALDO, Endrica. *Entre a raça e a nação: a família como alvo dos projetos eugenista e integralista de nação brasileira nas décadas de 1920 e 1930*. 2001. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

_____. Integralismo e eugenia. In: DOTTA, Renato Alencar *et all.* *Integralismo: novos estudos e reinterpretações*. Rio Claro: Arquivo municipal de Rio Claro, 2004. p. 141-154.

GERTZ, René. *O Fascismo no sul do Brasil – Germanismo, Nazismo e Integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GOMES, Angela de Castro. Gilberto Freyre: alguns comentários sobre o contexto historiográfico de produção de Casa Grande e Senzala. *Remate de Males*, Campinas, n. 20, p. 47-58, 2000/2001.

GOMES, Flávio. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005. (Descobrimos o Brasil)

GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Trad. Mauro Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

HALL, Michael M. Corporativismo e fascismo. As origens das leis trabalhistas brasileiras. In: ARAÚJO, Angela Maria Carneiro (org.). *Do corporativismo ao neoliberalismo. Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 13-23.

HILTON, Stanley. Ação Integralista Brasileira: o Fascismo no Brasil, 1932-1938. In: _____. *O Brasil e a Crise Internacional, 1930-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p. 23-57.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos. O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Nações e nacionalismos desde 1780 – programa, mito e realidade*. Tradução de Maria Célia Paoli e Ana Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

IV ENCONTRO NACIONAL DOS PESQUISADORES DO INTEGRALISMO E III SIMPÓSIO DO LABORATÓRIO DE HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL, 2010, Juiz de Fora. *Anais...* Disponível em: <http://www.ufjf.br/lahps/files/2010/11/Anais_do_III_Simp%C3%B3sio_do_Laborat%C3%B3rio_de_Hist%C3%B3ria_Pol%C3%ADtica_e_Social.pdf> Acesso em: 25 ago. 2010.

KRAUSE-VILMAR, Dietfrid. A negação dos assassinatos em massa do nacional-socialismo: desafios para a ciência e para a educação política. In: MILMAN, Luis; Vizentini, Paulo Fagundes. *Neonazismo, negacionismo e extremismo político*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. p. 97-114.

KOSSLING, Karin Sant'Anna. Os afro-descendentes na Ação Integralista Brasileira. *Revista Histórica*, São Paulo, n. 14, 2004. p.19-24.

LAUERHASS JUNIOR, Ludwig. *Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1986.

LEVINE, Robert. *O Regime de Vargas: Os anos críticos, 1934-1938*. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LOPES, Antonio Herculano. Vem cá, mulata! *Tempo*, n. 26, p. 91-111, jan.-jun. 2009.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. PINSKY, Carla Bessanezi (org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153.

MAIO, Marcos Chor. *Nem rostchild, nem Trotsky: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

_____. Qual anti-semitismo? Relativizando a questão judaica no Brasil dos anos 30. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 229-256.

_____; SANTOS, R. V. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996.

MARQUES, Alexandre Kohlrausch. “*A questão ítalo-abissínia*”: os significados atribuídos à invasão italiana à Etiópia, em 1935, pela intelectualidade gaúcha. 2008. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL. O Culturalismo dos Anos 30 no Brasil e na América Latina: Deslocamento Retórico ou Mudança Conceitual? In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996, p. 107-124.

MUNAKATA, Kazumi. O corporativismo e o Ministério do Trabalho. In: _____. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (p. 62-82).

_____. O mundo com legislação trabalhista. In: _____. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (p. 83-106).

NASCIMENTO, Abdias. *O Brasil na mira do pan-africanismo*. Salvador: Centro de estudos afro-orientais-EDUFBA, 2002.

NEHAB, Werner. *Anti-semitismo, Integralismo, Neo-nazismo*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1988.

OLIVEIRA, André Côrtes. *Quem é a “gente negra nacional”? Frente Negra Brasileira e A Voz da Raça (1933-1937)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

OLIVEIRA, Laiana Lannes de. *A Frente Negra Brasileira: política e questão racial nos anos 30*. 2002. 109 f. Dissertação (Mestrado)–Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

_____. *Entre a miscigenação e a multirracialização: brasileiros negros ou negros brasileiros? Os desafios do movimento negro brasileiro no período de valorização nacionalista (1930-1950) – A Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro*. 2008. 323 f. Tese (Doutorado)–Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2008.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos. *Imprensa integralista, imprensa militante (1932-1937)*. 2009. 388 f. Tese (Doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PARENTE, Josênio Camelo. *Anauê – os camisas verdes no poder*. Fortaleza: EUFC, 1999.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Domingos do Brasil: Futebol, raça e nacionalidade na trajetória de um herói do Estado Novo. *Locus: revista de História*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 193-214, 2007.

PRIMO, Jacira Cristina Santos. *Tempos vermelhos: a Aliança Nacional Libertadora e a política brasileira (1934-1937)*. 132 f. 2006. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

SANTOS, José Antônio dos. O Curriculum Vitae como vestígio do passado. Dario de Bittencourt (1901-1974), uma eminência duplamente parda. In: IX Encontro Estadual de História - ANPUH RS, 2008, Porto Alegre - RS. *Vestígios do Passado: a história e suas fontes*. São Leopoldo - RS : Editora Oikos, 2008. Disponível em: <<http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/site/anaiseletronicos>> (Acesso em 23-12-2010)

SANTOS, Ricardo Augusto dos; THIELEN, Eduardo Vilela. Belisário Penna: notas fotobiográficas. *História da ciência e saúde – Manguinhos*, v. 9, n. 2, Rio de Janeiro, maio-ago 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702002000200008> (Acesso em 28-08-2010) – doi: 10.1590/S0104-59702002000200008.

SCHMIDT, Patricia. A Ação Integralista Brasileira e a imprensa escrita: os jornais e revistas no projeto de construção do “homem integral”. *Anais da 26ª reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Jun. 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SENTINELO, Jaqueline Tondato. O lugar das “raças” no projeto de nação da Ação Integralista Brasileira. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 9, n. 108, maio de 2010. p. 145-152. Disponível em

<<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/9457/5606>>

Acesso em: 05 maio 2010.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 199-228.

SILVA, Fátima Aparecida. Produção e apropriação da memória dos escravizados no Brasil: escola, movimento negro. O 13 de maio em Sorocaba – 1930. *UNISO/UFC. GT: Afro-Brasileiros e Educação*, n. 21. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT21-2726--Int.pdf>> Acesso em: 09 maio 2010.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os fascismos. In: REIS FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. *O século XX. O Tempo das crises. Revoluções, fascismos e guerras*. v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SILVA, Giselda Brito (org.). *Estudos do Integralismo no Brasil*. Recife: editora da UFRPE, 2007.

SIMÕES, Renata Duarte. A Educação do Corpo no Jornal *A Offensiva* (1932 – 1938). 2009. 205 f. Tese (Doutorado)– Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2009.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia. Raça gênero e nação na América Latina*. Trad. Paulo M. Garchet. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. (Coleção História e Saúde).

TRINDADE, Héliogio. *Integralismo. O fascismo brasileiro na década de 30*. 2. ed. rev. amp. São Paulo-Rio de Janeiro: Difel, 1979.

_____. Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30. In: FAUSTO, Bóris (dir.). *O Brasil Republicano. Sociedade e Política (1930 – 1964)*. Tomo III. v. 3. SP: Difel, 1986. 3ª ed., p. 297-335.

VASCONCELOS, José. *La raza cósmica. Mission de la raza iberoamericana*. 2. ed. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1948.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003. Livro 2. p. 145-179.

VIOTTI DA COSTA, Emília. *A Abolição*. São Paulo: Global, 1982. (História Popular. n.10).

WASSERMAN, Claudia. Percurso intelectual e historiográfico da questão nacional e identitária na América Latina: as condições de produção e o processo de repercussão do conhecimento histórico. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 18, p. 99-123, dez/2003.

ENDEREÇOS DA INTERNET

Dicionário online

<<http://www.dicio.com.br/>>

Sítio da editora Hucitec

<<http://www.hucitec.com.br/>> Acesso em: 05 dez. 2010.

Sítio do Museu da Casa Brasileira

<<http://www.mcb.sp.gov.br/>> Acesso em: 05 dez. 2010.

Sítio do Museu dos Esportes

<<http://www.museudosportes.com.br/>> Acesso em: 05 jan. 2011.

Sítio oficial da Liga de Defesa Nacional

<<http://www.ligadedefesanacional.org.br/primeiroestatuto.html>>. Acesso em: 30 jun. 2010.

Sítio oficial do Instituto Histórico e Geográfico Nacional

<<http://www.ihgb.org.br/ihgb2.php>>. Acesso em: 16 jun. 2010.

<<http://nobresdogrid.com.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2011

<<http://www.obvio.ind.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2011

ANEXO A – Exemplo de capa de primeira fase do periódico integralista

O Patrio não morrará

PLÍNIO SALGADO

O meu artigo de hoje deverá focalizar um grande thema: a saudade que nos sobrevive, a nós, "camisa-verdes", nossos irmãos peregrinos, das florestas da Amazônia.

Em vez de ficar um grande thema, vou comentar um pequeno assunto. As curules abrem e o motivo para ficar para a primeira semana, porque hoje vou tratar da Jurisprudência da Liberdade-democracia, considerando os integralistas a respeito das sanções de mais de dezenta vezes pelas curules nos Bancamentos de Londres e Nova York.

Reflexão é a realidade da nova lei de emergência, de combater as extensões, porém vaga que sobreviva em silêncio a seguir Conselho voltado e prometido pelo mesmo autor da proposta.

O ponto de vista do Integralismo é claro. Desde já repulimos energicamente a pécha de extensões que nos querem impedir.

Que pretensão o Integralismo? Assim ele não destrua a unidade da União? Não precisa o ponto fundamental de ser um Conselho público e estatutário, a unidade da União.

Assim o Integralismo protesta contra a fôrma republicana? Não, porque no manifesto de Oshobodo documento basico da nossa doutrina, fazemos claramente a distincção do Integralismo da República, por um termo longo, isto é, que o termo não diz nada das campanhas eleições frequentes.

Assim o Integralismo protesta contra a sistema federalista? Não, porque seu principio de centralismo sobre o assunto, é o de maximizar a descentralização administrativa.

Assim o Integralismo é contrario á democracia? Não, porque não pretende extirpar os erros do sistema substituído a voto intencional do eleitor avaliado pelo voto consciente das honras regularizadas no seu classe profissional.

Assim o Integralismo quer destruir o municipalismo? Não, porque, ao contrario, o Integralismo paga por liberar os municípios das cargas das obrigações anti-democráticas e anti-liberes dos partidos situacionistas das famílias e dos grupos provincianos.

Assim o Integralismo quer destruir a Família? Não, porque elle declara a "Revolução das Famílias" e é familia que constitui uma base material sólida e uma autonomia moral absoluta.

Assim o Integralismo quer acabar com a liberdade religiosa? Não, porque o Integralismo deseja a coexistência de todas as forças religiosas, no sentido de uma espiritualidade reconhecida do povo brasileiro.

Assim o Integralismo quer extirpar a liberdade dos indivíduos? Não, porque o Integralismo, apoiado á espiritualidade corporativa e á justiça social, quer que a cada indivíduo, em virtude de necessidades materiais que a formam escassa e impotente para manifestar a sua opinião.

Assim o Integralismo quer acabar com a representação nacional? Não, porque a Câmara Corporativa, que elle deseja, exprime a verdadeira vontade da Nação e será um indice da verdadeira democracia, porque ha lugar para todos, os brasileiros que foram honrados, tendo a opposição como a representação nacional.

Assim o Integralismo quer acabar com o Poder Judiciário? Não, porque o Integralismo quer a extirpação da lei de classes de que se alimenta a propagação comunista.

Assim o Integralismo quer lançar ao estacamento a lei, ou na pratica todos os que têm agido a favor de ocupar cargos no Governo? Não, porque o Integralismo é uma doutrina, acima dos partidos, e dentro delle ha lugar para todos, os brasileiros que foram honrados, tendo a opposição como a representação nacional.

Assim o Integralismo quer lançar ao estacamento a lei, ou na pratica todos os que têm agido a favor de ocupar cargos no Governo? Não, porque o Integralismo é uma doutrina, acima dos partidos, e dentro delle ha lugar para todos, os brasileiros que foram honrados, tendo a opposição como a representação nacional.

Assim o Integralismo quer acabar com a liberdade religiosa? Não, porque o Integralismo deseja a coexistência de todas as forças religiosas, no sentido de uma espiritualidade reconhecida do povo brasileiro.

Assim o Integralismo quer extirpar a liberdade dos indivíduos? Não, porque o Integralismo, apoiado á espiritualidade corporativa e á justiça social, quer que a cada indivíduo, em virtude de necessidades materiais que a formam escassa e impotente para manifestar a sua opinião.

Assim o Integralismo quer acabar com a representação nacional? Não, porque a Câmara Corporativa, que elle deseja, exprime a verdadeira vontade da Nação e será um indice da verdadeira democracia, porque ha lugar para todos, os brasileiros que foram honrados, tendo a opposição como a representação nacional.

Assim o Integralismo quer acabar com o Poder Judiciário? Não, porque o Integralismo quer a extirpação da lei de classes de que se alimenta a propagação comunista.

Assim o Integralismo quer lançar ao estacamento a lei, ou na pratica todos os que têm agido a favor de ocupar cargos no Governo? Não, porque o Integralismo é uma doutrina, acima dos partidos, e dentro delle ha lugar para todos, os brasileiros que foram honrados, tendo a opposição como a representação nacional.

a Offensiva

Direção de PLÍNIO SALGADO

ANNO II RIO DE JANEIRO, 24 DE JANEIRO DE 1935 NUM. 37

Os comunistas devem estar exultando com a lei contra o extremismo! Porque elles sabem que a sua força reside nos vícios fundamentais da liberal democracia e da economia burgueza, e que será fatal a sua marcha dentro desse regimen. Para ser contra o communismo é preciso ser contra as instituições cujos erros o alimentam :: :: ::

Retorno á "política dos governadores"

N a politica estadual brasileira, com a promulgação da Constituição de 1934, houve um movimento de regressão em relação ao sistema federal e ao sistema de governos locais.

É que, quando se viu que os governadores estavam sendo tratados como simples funcionários públicos, houve um movimento de regressão em relação ao sistema federal e ao sistema de governos locais.

Assim, o Integralismo quer acabar com a liberdade religiosa? Não, porque o Integralismo deseja a coexistência de todas as forças religiosas, no sentido de uma espiritualidade reconhecida do povo brasileiro.

Assim o Integralismo quer extirpar a liberdade dos indivíduos? Não, porque o Integralismo, apoiado á espiritualidade corporativa e á justiça social, quer que a cada indivíduo, em virtude de necessidades materiais que a formam escassa e impotente para manifestar a sua opinião.

Assim o Integralismo quer acabar com a representação nacional? Não, porque a Câmara Corporativa, que elle deseja, exprime a verdadeira vontade da Nação e será um indice da verdadeira democracia, porque ha lugar para todos, os brasileiros que foram honrados, tendo a opposição como a representação nacional.

Assim o Integralismo quer acabar com o Poder Judiciário? Não, porque o Integralismo quer a extirpação da lei de classes de que se alimenta a propagação comunista.

Assim o Integralismo quer lançar ao estacamento a lei, ou na pratica todos os que têm agido a favor de ocupar cargos no Governo? Não, porque o Integralismo é uma doutrina, acima dos partidos, e dentro delle ha lugar para todos, os brasileiros que foram honrados, tendo a opposição como a representação nacional.

As Homenagens de Antehontem Ao Chefe Nacional

Varias solenidades em commemoração do seu anniversario



Um aspecto do movimento de regressão em relação ao sistema federal e ao sistema de governos locais.

Assim, o Integralismo quer acabar com a liberdade religiosa? Não, porque o Integralismo deseja a coexistência de todas as forças religiosas, no sentido de uma espiritualidade reconhecida do povo brasileiro.

Assim o Integralismo quer extirpar a liberdade dos indivíduos? Não, porque o Integralismo, apoiado á espiritualidade corporativa e á justiça social, quer que a cada indivíduo, em virtude de necessidades materiais que a formam escassa e impotente para manifestar a sua opinião.

Assim o Integralismo quer acabar com a representação nacional? Não, porque a Câmara Corporativa, que elle deseja, exprime a verdadeira vontade da Nação e será um indice da verdadeira democracia, porque ha lugar para todos, os brasileiros que foram honrados, tendo a opposição como a representação nacional.

Assim o Integralismo quer acabar com o Poder Judiciário? Não, porque o Integralismo quer a extirpação da lei de classes de que se alimenta a propagação comunista.

Assim o Integralismo quer lançar ao estacamento a lei, ou na pratica todos os que têm agido a favor de ocupar cargos no Governo? Não, porque o Integralismo é uma doutrina, acima dos partidos, e dentro delle ha lugar para todos, os brasileiros que foram honrados, tendo a opposição como a representação nacional.

Formação da Elite

AZEVEDO AMARAL
(Especial para A OFFENSIVA)

O movimento de regressão em relação ao sistema federal e ao sistema de governos locais.

Assim, o Integralismo quer acabar com a liberdade religiosa? Não, porque o Integralismo deseja a coexistência de todas as forças religiosas, no sentido de uma espiritualidade reconhecida do povo brasileiro.

Assim o Integralismo quer extirpar a liberdade dos indivíduos? Não, porque o Integralismo, apoiado á espiritualidade corporativa e á justiça social, quer que a cada indivíduo, em virtude de necessidades materiais que a formam escassa e impotente para manifestar a sua opinião.

Assim o Integralismo quer acabar com a representação nacional? Não, porque a Câmara Corporativa, que elle deseja, exprime a verdadeira vontade da Nação e será um indice da verdadeira democracia, porque ha lugar para todos, os brasileiros que foram honrados, tendo a opposição como a representação nacional.

Assim o Integralismo quer acabar com o Poder Judiciário? Não, porque o Integralismo quer a extirpação da lei de classes de que se alimenta a propagação comunista.

Assim o Integralismo quer lançar ao estacamento a lei, ou na pratica todos os que têm agido a favor de ocupar cargos no Governo? Não, porque o Integralismo é uma doutrina, acima dos partidos, e dentro delle ha lugar para todos, os brasileiros que foram honrados, tendo a opposição como a representação nacional.

Figura 1 – A Offensiva, Rio de Janeiro, ano II, n. 37, p. 1, 24 jan 1935.

166

“A OFFENSIVA”
Sigma-Jornaes-Reunidos
DIRECTOR:
Madeira de Freitas
SECRETARIO:
Victorino de Oliveira
GERENTE:
Ordival Gomes
Redacção, Administração e
Officinas Proprias:
RUA DA QUITANDA, 51
Rio de Janeiro — BRASIL
TELEPHONE
23-5961
(Mesa de ligações internas)
PUBLICIDADE ... 23-0787

Assignaturas
Anno (diariamente) ... 60\$000
Semestre (diariamente) ... 35\$000
Anno (só nos domingos) 15\$000
Semest. (só domingos) ... 8\$000
As assignaturas começam em
qualquer dia e terminam sempre
no ultimo dia do mez e são pagas
— adiantadamente —

VENDA AVULSA
EM TODO o BRASIL
Numero do dia 2\$00
Numero atrasado 3\$00
Toda a correspondencia deve ser
dirigida ao GERENTE D“A OF-
FENSIVA”, sendo que sómente a
correspondencia particular deve-
rá trazer endereço nominal.

Figura 2 – *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 436, p. 2, 13 mar 1937.

ANEXO E – Fotos de negros e/ou mulatos publicadas no periódico *A Offensiva*

SEÇÃO *SOCIAES* [sic]



Figura 5 – *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 438, p. 6, 16 março 1937.



Figura 6 – *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 432, p. 6, 09 março 1937.



Figura 7 – *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 477, p. 4, 01 maio 1937.



Figura 8 – *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 478, p. 8, 4 maio 1937.

OUTRAS SEÇÕES



Figura 9 – Camisa verde Antonio Rodrigues dos Santos
A Offensiva, ano III, n. 84, p. 4, 21 dez. 1935.



Figura 10 – *A Offensiva*, ano IV, n. 443, p. 3, 21 março 1937.
(texto referente ao desfile integralista realizado na capital da República)



Grupo de integralistas do núcleo de Orlandia, — Estado de São Paulo, — que assistiram ao Congresso Integralista, do dia 22 e 23, em São Paulo, e que posaram especialmente para a OFFENSIVA — A' frente, vê-se o bandeirante Antonio Carlos de Mattos, ladeado pelo monitor Antonio Basile e o decurião Germano Garbim; á retaguarda da esquerda para a direita os milicianos; Antonio Viccari, sub-decurião; João Furtado e Francisco Sant'Anna milicianos

Figura 11 – Grupo de integralistas do núcleo de Orlandia.
A Offensiva, ano II, n. 41, p. 5, 21 fev. 1935.

ANEXO F – Publicações sobre o automobilista RAIO NEGRO em *A Offensiva*

RAIO NEGRO

foi o representante da E. T. I.



O bravo Raio Negro

Pela sétima vez, nas corridas automobilísticas de auto-homen, na disputada competição da Subida da Montanha, um corredor se apresenta

para competir envergando a gloriosa camisa-verde.

É o Geraldo Severiano Pedro, o conhecido "Raio Negro" que alcançou brilhantemente o sexto lugar, após uma emocionante exibição.

"Raio Negro" é integralista e aluno da Escola Técnica de Instrutores de Educação Física da Guanabara, um dos conceituados candidatos à Instructor dos Intercalistas e dia a dia vem se impondo à admiração dos seus patriotas pela sua modestia e pelo seu valor. O zesto de "Raio Negro" foi muito grato aos seus companheiros, porque quanto ele correu representando particularmente a gloriosa Escola a que pertence, e soube nessa representação se colocar à altura do seu merecimento e do seu conceito.

Essa vibrante demonstração de convicção e de idealismo, de disciplina e de fé, foi nos instruída por um órgão merecedor de nossa imensa admiração. Viram nessa prova de altivez, motivo de crítica e de escusa, não tem importância. Bravo Raio Negro, conte com a solidariedade dos seus companheiros e se lembre sempre que "os cães ladraram mas a caravana passa".

Figura 12 – *A Offensiva*, ano IV, n. 444, p. 7, 23 março 1937.

EM PRÓL DE

"Raio Negro"

UM ABAIXO ASSIGNADO DOS MOTORISTAS DO GRUPO PROFISSIONAL



Raio Negro, o destemido volante integralista

Os motoristas camisa-verdes, da Província de Guanabara, têm de ter uma atitude muito sympathica e que merece o apoio incondicional de todos.

Enviaram esse profissional de volante ao companheiro Alberto Justo Chatiard, proprietário da Mecânica de Automoveis, da cidade de Petropolis, um abaixo assignado contendo innumerables assignaturas apellando para que esse citado companheiro apoie o movimento em prol de "Raio Negro", o bravo automobilista patriota, que disputou o Grande Premio "Subida da Montanha"

(Conclue na 9.ª pag.)

EM PROL DE RAIO NEGRO

(Conclusão da 7ª pagina)

envergando a heroica camisa-verde.

O apello em questão visa não somente, um auxilio directo para que o carro de "Raio Negro", seja reformado e devidamente preparado para o proximo "Circuito da Gavena" nas officinas da Mechanica de Automoveis.

A iniciativa dos volantes integralistas não deixa de merecer os nossos applausos e é uma oportunidade, porque "Raio Negro" é realmente merecedor dessas attentões.

Por conseguinte será desnecessario dizer que o companheiro Alberto Justo Chatiard attenderá esse justo apello.

Figura 13 – *A Offensiva*, ano IV, n. 456, p. 7 e 9, 07 abril 1937.

ANEXO G – O jogador de futebol LEÔNIDAS da Silva em *A Offensiva*

LEONIDAS

capitão do rubro-negro

Kuechner falou. Depois de demorado silencio após o fracasso do domingo, a vaia da torcida e a crise do Flamengo, foi a primeira vez que o tecnico húngaro falou



Leonidas

aos seus players, em cujo meio de ha muito lavrada geral descontentamento.

Lançou mão do seu interprete para dar mil e uma satisfações e mais uma vez justificou a excellencia do seu methodo de treinamento, isto é, de sua technica. Lamentações sobre lamentações e... a turma se "derreteu". Passou uma esponja sobre o passado. E a technica do húngaro continua para mais uma vez ser posta em pratica no proximo jogo com o Vasco.

A crise, no entanto, continua. Mas esperamos que seja debelada para a honra e gloria do Flamengo.

Da missão de Kuechner resultou a elevação de Leonidas para capitão do quadro rubro-negro...

Figura 14 – *A Offensiva*, ano IV, n. 614, p. 7, 09 out 1937.

ANEXO H – O jogador de futebol DOMINGOS da Guia em *A Offensiva*

A temporada do Flamengo na Bahia

A delegação "rubro-negra"
viajará quarta-feira pelo
"Araranguá"

Conforme vimos anunciando, o Flamengo, vice-campeão carioca e campeão do retorno, fará uma temporada futebolística na Bahia.

Para saldar o compromisso assumido com os clubs da "boa terra",



**Domingos, o "crack" ru-
bro-negro que a Bahia
conhecerá**

o Flamengo já marcou o dia do seu embarque, o qual se verificará na próxima quinta-feira à bordo do "Araranguá".

O quadro "rubro-negro" seguirá integrado de todos os seus valores. Chefiará a delegação o conhecido sportman dr. J. Guimarães.

Figura 15 – *A Offensiva*, ano V, n. 744, p. 7, 15 março 1938.

ANEXO I – O atleta JESSE OWENS em *A Offensiva*

Os dez melhores athletas das Olympiadas



Jesse Owens, o extra-ordinario "sprinter" de Ohio.

100 METROS RAZOS		
Jesse Owens (E.U.)	10"2	
Metcalfe (E.U.)	10"2	
Wallender (E.U.)	10"3	
Borchmeyer (Alemanha) ..	10"3	
Osendarp (Hollanda)	10"4	
Robinson (E. Unidos)	10"4	
Packard (E. Unidos)	10"4	
Fondevilla (Argentina) ..	10"4	
Hornberger (Alemanha) ..	10"4	
Leichum (Alemanha)	10"4	
200 METROS RAZOS		
Jesse Owens (E. Unidos) ..	20"3	
Wallender (E. Unidos)	20"5	
Robinson (E. Unidos)	20"8	
Walter (E. Unidos)	20"8	
Draper (E. Unidos)	20"8	
Luvall (E. Unidos)	21"0	

Continuar na 2.ª pagina

Figura 16 – *A Offensiva*, ano III, n. 330, p. 4, 06 nov 1936.

Jack Tigre x Enzo Rolla

O ESPECTACULO DE SABBADO NO ESTADIO BRASIL

Jack Tigre, o valoroso campeão nacional dos leves, que no sabbado lutou de maneira surpreendente, demonstrando estar em perfeita forma e que lhe voltou aquelle ardor das noites memoraveis em que luctava até o ultimo alonto esforçando-se pela victoria que quase sempre lhe sorria, lutará neste sabbado contra um elemento também valoroso que é portador de um cartel recomendador a qualquer centro pugilistico do mundo, este elemento é o boxeador Enzo Rolla, peso-leve italiano.

Enzo Rolla em seu cartel com 37 victorias por pontos, 4 por K. O., 10 empates e somente 4 perdas e todas ellas por pontos, como se vê é um bellissimo cartel. E' um pugilista cheio de vigor, joven, que lucta com muito ardor, com uma mobilidade assombrosa não dando descanso ao adversario procurando a lucta do principio ao fim, louco por vel-a terminar quanto antes, emocionando o publico.

Não resta duvida que ambas farão uma bellissima lucta, pois estão confiantes de que vencerão, e o optimismo dos dois se reflecte de modo interessante, pois que fallam do mesmo modo. Jack Tigre por occasião dos treinos, ralhando com os collegas, disse:

— Aceitei a lucta para este sabbado porque estou em boas condições e não quero deixar passar uma oportunidade de por em meu cartel mais uma victoria, pois tenho a certeza de que vencerel.

Momentos depois quando treinava Enzo Rolla, interrogaram-no so-

Contraria á filiação á entidade da Allemanha
Manifestou-se a Sociedade de Gymnastica de São Leopoldo

PORTO ALEGRE, 22 (Havas) — Em animada reunião, a Sociedade de Gymnastica de São Leopoldo manifestou-se contraria á filiação á



Jack Tigre, o valoroso pugilista patricio que enfrentará Enzo Rolla

Figura 17 – *A Offensiva*, ano IV, n. 547 p. 7, 23 julho 1937.

ANEXO K – Quadros demonstrativos do número de publicações acerca dos negros e/ou assuntos interessantes à comunidade negra em *A Offensiva*

ANO/ TEMA	13 DE MAIO	GUERRA DA ABISSÍNIA	ESPORTE (Futebol, pugilismo)	CULTURA (Folclore, festas, danças)	CASTRO ALVES	ESTUDOS ACADÊMICOS SOBRE OS NEGROS
1934	—	—	—	—	—	—
1935	—	01	—	02	—	—
1936	03	07	07	—	—	05
1937	04	01	13	01	11	04
1938	01	02	03	03	01	01
TOTAL	08	10	23	06	12	10

Quadro 1 - Número de artigos e notas que abordam assuntos relacionados à população negra publicados no jornal *A Offensiva* (1934-1938), POR TEMA.

ANO	NÚMERO DE ARTIGOS E NOTAS	FOTOS COM NEGROS (com ou sem legendas)
1934		
1935	04	15
1936	25	14
1937	41	39
1938	13	02
TOTAL	83	70

Quadro 2 - Número total de artigos que abordam assuntos relacionados à população negra publicados no jornal *A Offensiva* (1934-1938), POR ANO.